

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

# PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAIS

## ÁFRICA SUBSARIANA

Navegar pela incerteza

OUT  
2019



Estudos económicos e financeiros

Perspetivas económicas regionais

**África Subsariana**  
Navegar pela incerteza

**19**

©2019 Fundo Monetário Internacional

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

IMF Library

Nomes: International Monetary Fund, publisher.

Título: Regional economic outlook. Sub-Saharan Africa : navigating uncertainty.

Outros títulos: Sub-Saharan Africa : navigating uncertainty. | World economic and financial surveys.

Descrição: Washington, DC : International Monetary Fund, 2019. | World economic and financial surveys, 0258-7440| Oct. 2019. | Includes bibliographical references.

ISBN 9781513514055 (inglês, edição impressa)

ISBN: 9781513515731 (inglês, Web PDF )

ISBN: 9781513517025 (português, Web PDF)

LCSH: Africa, Sub-Saharan—Economic conditions. | Economic development—Africa, Sub-Saharan. | Economic forecasting—Africa, Sub-Saharan.

Classificação: LCC HC800.R4 2019



O relatório *Perspetivas económicas regionais: África Subsariana* é publicado duas vezes ao ano, na primavera e no outono, e passa em revista a evolução económica da região. As projeções e considerações de política económica nele apresentadas são as do corpo técnico do FMI e não necessariamente representam os pontos de vista do FMI, do seu Conselho de Administração ou da sua Direção-Geral.

Os pedidos podem ser feitos online, por fax ou por correio:

International Monetary Fund, Publication Services  
P.O. Box 92780, Washington, DC 20090 (U.S.A.)

Tel.: (202) 623-7430 Fax: (202) 623-7201

E-mail : [publications@imf.org](mailto:publications@imf.org)

[www.imf.org](http://www.imf.org)

[www.elibrary.imf.org](http://www.elibrary.imf.org)

# Índice

<b>Siglas e acrónimos</b> .....	<b>vi</b>
<b>Agradecimentos</b> .....	<b>vii</b>
<b>Sumário executivo</b> .....	<b>ix</b>
<b>1. Navegar pela incerteza</b> .....	<b>1</b>
Evolução e perspectivas macroeconómicas .....	2
Riscos para as perspectivas .....	9
Políticas.....	11
Referências .....	23
<b>2. Concorrência, competitividade e crescimento na África Subariana</b> .....	<b>25</b>
Concorrência do mercado dos produtos: alguns factos estilizados .....	27
Concorrência e desempenho macroeconómico .....	31
Dinâmica e concorrência das empresas .....	34
Fomentar a concorrência nos mercados internos .....	35
Conclusões.....	39
Referências .....	42
<b>3. Atrasados internos na África Subariana: causas, sintomas e curas</b> .....	<b>45</b>
A dimensão, composição e evolução dos atrasados internos na África Subariana .....	46
Causas para a acumulação de atrasados internos .....	49
Sintomas: efeitos macroeconómicos dos atrasados de pagamentos internos .....	52
Curas: regularização e prevenção de atrasados.....	56
Conclusão .....	59
Referências .....	63
<b>Apêndice estatístico</b> .....	<b>65</b>
<b>Versão ampliada do Apêndice Estatístico e Documento de Referência</b> .....	<b>online</b>
<a href="https://www.imf.org/~/media/Files/Publications/REO/AFR/2019/October/English/backgroundpapers.ashx?la=en">https://www.imf.org/~/media/Files/Publications/REO/AFR/2019/October/English/backgroundpapers.ashx?la=en</a>	
Versão online ampliada das tabelas do Apêndice Estatístico;	
Anexo online do Capítulo 2 – Concorrência, Competitividade e Crescimento na África Subariana;	
Anexo online do Capítulo 3 – Atrasados Internos na África Subariana: Causas, Sintomas e Curas;	
Publicações do Departamento de África do FMI 2013–19	
<b>Caixas</b>	
1.1. Melhorar a governação na África Subariana .....	20
1.2. Lições retiradas de outros acordos de comércio regional para o Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana .....	21
2.1. Margens comerciais das empresas e liberalização do comércio .....	41
3.1. Exercício de recolha de dados sobre atrasados internos .....	61
3.2. Acumulação de atrasados e multiplicadores orçamentais .....	61
<b>Tabela</b>	
2.1. África Subariana: Margem comercial e rentabilidade das empresas .....	30

## Figuras

### Capítulo 1

1.1. Crescimento do volume global de importações e índice global de incerteza de política económica, julho 2017–julho 2019 .....	3
1.2. Variação projetada nos preços das matérias-primas: Variações esperadas, média 2019–20 vs. 2018 .....	3
1.3. África Subsariana: Emissão de Eurobonds, 2010–19 .....	3
1.4. Países do Sahel: Conflitos com mortes, 2018 .....	4
1.5. África Subsariana: PIB real per capita, 1990–2023 .....	4
1.6. África Subsariana: Crescimento do PIB real vs. índice de concentração das exportações de mercadorias .....	5
1.7. África Subsariana: Histograma do crescimento do PIB, 2022 .....	6
1.8. África Subsariana: Depreciação da taxa de câmbio efetiva nominal e inflação do índice de preços no consumidor, 2019 .....	6
1.9. África Subsariana: Défice orçamental e inflação do índice de preços no consumidor, projeções de 2019 .....	6
1.10. África Subsariana: Dívida pública, 2011–23 .....	7
1.11. África Subsariana: Variação do défice orçamental primário não extrativo, 2013 vs. 2018 .....	7
1.12. África Subsariana: Situação de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento habilitados à assistência PRGT, 2008–19 .....	7
1.13. África Subsariana: Composição da dívida pública, 2000–17 .....	8
1.14. África Subsariana: Contribuições ao ajustamento da balança corrente .....	8
1.15. África Subsariana: Margens de reservas .....	9
1.16. África Subsariana: Atrasados internos e rácio de crédito malparado, 2018 .....	9
1.17. África Subsariana: Variação no crédito ao setor privado e dívida pública em moeda nacional, 2014–18 .....	9
1.18. África Subsariana: Crescimento das exportações, jan. 2014–junho 2019 .....	10
1.19. África Subsariana: Parcela do total da dívida em moeda estrangeira, mediana, 2010–19 .....	10
1.20. Cenário de risco de baixa: Impacto da escalada das tensões comerciais, do abrandamento mundial e do aperto das condições financeiras mundiais na África Subsariana .....	11
1.21. Incidência de desastres naturais, 1980s–2000s .....	11
1.22. África Subsariana: Criação líquida de empregos, 2010–30 .....	12
1.23. África Subsariana: Evolução das taxas de política monetária desde dezembro de 2018 .....	12
1.24. África Subsariana: Saldo orçamental primário e saldo que estabiliza a dívida, 2014–18 .....	13
1.25. África Subsariana: Variação do défice orçamental primário não extrativo, 2018 vs. 2023 .....	13
1.26. África Subsariana: Crédito bancário ao setor privado, 2006–18 .....	15
1.27. Número de medidas macroprudenciais disponíveis por país, 2016 .....	16
1.28. África Subsariana e regiões selecionadas: Comércio ligado às cadeias de valor, 1990s–2010s .....	18
1.29. Índice de desigualdade de género e coeficiente de Gini, média 2010–17 .....	19

**Capítulo 2**

2.1.	Grupos selecionados de países: Concorrência nos mercados dos produtos, 2007–17 .....	27
2.2.	África Subsariana: Concorrência nos mercados dos produtos, 2007–17 .....	28
2.3.	Grupos selecionados de países: Indicadores da concorrência ao nível das empresas.....	29
2.4.	Grupos selecionados de países: Indicadores de concorrência e número de concorrentes.....	29
2.5.	África Subsariana: Margem comercial das empresas, 2002–17 .....	30
2.6.	Grupos selecionados de países: Margens comerciais das empresas por setor .....	31
2.7.	África Subsariana: Concorrência e desempenho macroeconómico .....	33
2.8.	África Subsariana: Diferenciais de preços com outros grupos de países .....	33
2.9.	África Subsariana: Impacto do aumento da concorrência local nos preços.....	34
2.10.	Impacto estimado das margens comerciais no desempenho das empresas.....	35
2.11.	África Subsariana: Reformas estruturais, 1973–2014.....	36
2.12.	África Subsariana: Fiscalização antimonopólio.....	38

**Capítulo 3**

3.1.	África Subsariana: Percentagem de países com atrasados internos registados, 2018 .....	46
3.2.	África Subsariana: Stock de atrasados internos por grupo de países, 2018 .....	46
3.3.	África Subsariana: Nível do stock de atrasados internos e notação da análise de sustentabilidade da dívida, 2017 .....	47
3.4.	Pontuações PEFA sobre o stock de atrasados internos .....	47
3.5.	África Subsariana: Percentagem de países com atrasados internos não registados, 2018 .....	47
3.6.	África Subsariana: Stock de atrasados internos, 2005–17 .....	48
3.7.	África Subsariana: Frequência dos termos ligados aos atrasados internos nos relatórios do corpo técnico do FMI, 2005–17 .....	48
3.8.	África Subsariana: Desagregação dos atrasados internos, número de países .....	49
3.9.	África Subsariana: Condicionalidade nos acordos com o FMI ligada aos atrasados internos, 2002–18.....	49
3.10.	África Subsariana: Causas da acumulação de atrasados internos.....	49
3.11.	África Subsariana: Indicadores selecionados de governação e stock de atrasados internos, 2005–18.....	50
3.12.	África Subsariana: Variáveis orçamentais selecionadas e stock de atrasados internos, 2005–18.....	50
3.13.	Acumulação de atrasados internos após choques orçamentais .....	51
3.14.	Causas da acumulação de atrasados internos, resultado da regressão .....	51
3.15.	Canais de transmissão da acumulação de atrasados internos para a economia .....	52
3.16.	África Subsariana: Impacto macroeconómico dos atrasados de pagamentos internos.....	54
3.17.	África Subsariana: Efeitos heterogêneos dos atrasados de pagamentos internos no desempenho do setor privado .....	54
3.18.	África Subsariana: Disciplina de pagamento do governo e atitudes do público em relação à confiança, 2005–18 .....	55
3.19.	Reembolso de atrasados – Árvore de decisão estilizada .....	57

## Siglas e acrónimos

AFTA	Zona de Comércio Livre da ASEAN	IPE	Incerteza de política económica
ALC	América Latina e Caraíbas	IVA	Imposto sobre o valor acrescentado
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático	MONAP	Médio Oriente, Norte de África, Afeganistão e Paquistão
ASD	Análise de Sustentabilidade da Dívida	NAFTA	Acordo de Comércio Livre da América do Norte
ASS	África Subsariana	OCDE	Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento	ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CAO	Comunidade da África Oriental	OMC	Organização Mundial do Comércio
CBC/FT	Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo	PEFA	Despesa pública e responsabilidade financeira
CCSA	Comissão da Concorrência da África do Sul	PIB	Produto interno bruto
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental	PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central	PRGT	Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento
CER	Comunidades Económicas Regionais	REO	Perspetivas Económicas Regionais (FMI)
COMESA	Mercado Comum para a África Oriental e Austral	SACU	União Aduaneira da África Austral
DSGE	Modelo dinâmico estocástico de equilíbrio geral	TCEN	Taxa de câmbio efetiva nominal
ESCAP	Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico	TEC	Tarifa Externa Comum
EP	Empresas públicas	UEMOA	União Económica e Monetária Oeste-Africana
FMI	Fundo Monetário Internacional	WEBS	Inquérito do Banco Mundial às Empresas
GFP	Gestão das finanças públicas	WEO	<i>World Economic Outlook</i> (FMI)
IDE	Investimento direto estrangeiro	ZCLCA	Zona de Comércio Livre Continental Africana
IPC	Índice de preços no consumidor		

### África Subsariana: Lista de abreviaturas dos países:

ZAF	África do Sul	CIV	Côte d'Ivoire	LBR	Libéria	RWA	Ruanda
AGO	Angola	ERI	Eritreia	MDG	Madagáscar	STP	São Tomé e Príncipe
BEN	Benim	SWZ	Eswatini	MWI	Malawi	SYC	Seicheles
BWA	Botswana	ETH	Etiópia	MLI	Mali	SEN	Senegal
BFA	Burkina Faso	GAB	Gabão	MUS	Maurícias	SLE	Serra Leoa
BDI	Burundi	GMB	Gâmbia	MOZ	Moçambique	SSD	Sudão do Sul
CPV	Cabo Verde	GHA	Gana	NAM	Namíbia	TZA	Tanzânia
CMR	Camarões	GIN	Guiné	NER	Níger	TGO	Togo
TCO	Chade	GNB	Guiné-Bissau	NGA	Nigéria	UGA	Uganda
COM	Comores	GNQ	Guiné Equatorial	KEN	Quénia	ZMB	Zâmbia
COD	Congo, Rep. Dem. do	LSO	Lesoto	CAF	Rep. Centro Africana	ZWE	Zimbabue
COG	Congo, República do						

## Agradecimentos

A edição de outubro de 2019 das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana* foi preparada por uma equipa liderada por Papa N'Diaye sob a coordenação de Catriona Purfield e David Robinson.

A equipa foi composta por Said Bakhache, Reda Cherif, Seung Mo Choi, Samuel Delepierre, Sandesh Dhungana, Xiangming Fang, Kriztina Fabo, Jesus Gonzalez-Garcia, Michael Gorbanyov, Cleary Haines, Moez Ben Hassine, Yanki Kalfa, Siddharth Kothari, Andresa Lagerborg, Alexander Massara, Miguel Pereira Mendes, Nkunde Mwase, Malika Plant, Jean Portier, Mahvash S. Qureshi, Samuele Rosa, Hoda Selim, David Stenzel, Torsten Wezel, Martha Woldemichael, Yuanchen Yang, Mustafa Yenice e Jung Eun Yoon.

Charlotte Vazquez foi responsável pela produção do relatório, com a assistência de Maria Ines Canales. A edição final e produção foram supervisionadas por Cheryl Toksoz, do Departamento de Comunicação.

As seguintes convenções foram utilizadas nesta publicação:

- Nas tabelas, uma célula em branco indica “não se aplica”; a elipse (. . .) indica “dados não disponíveis” e 0 ou 0,0 indicam “zero” ou “negligenciável”. Pequenas discrepâncias entre os totais e a soma das suas componentes devem-se a arredondamentos.
- O sinal (–) entre anos ou meses (por exemplo, 2009–10 ou janeiro–junho) indica o período coberto, do primeiro ao último ano ou mês; o sinal (/) entre anos ou meses (por exemplo, 2005/06) indica um exercício orçamental ou financeiro, assim como a abreviatura EF (por exemplo, EF 2006).
- “Ponto base” significa um centésimo de 1 ponto percentual (por exemplo, 25 pontos base são equivalentes a  $\frac{1}{4}$  de 1 ponto percentual).





# Sumário Executivo

## 1. NAVEGAR PELA INCERTEZA

O crescimento na África Subsaariana deverá manter-se nos 3,2% em 2019 e acelerar para 3,6% em 2020. Prevê-se que, em cerca de dois terços dos países na região, o crescimento seja mais lento do que previam as projeções anteriores. Esta revisão em baixa reflete um ambiente externo mais complexo, as persistentes perturbações na produção nos países exportadores de petróleo e um crescimento mais fraco do que o previsto na África do Sul.

As perspectivas de crescimento para 2019 e anos seguintes variam consideravelmente entre os países na região. O crescimento deverá manter-se forte nos países não ricos em recursos, situando-se, em média, nos 6%. Como resultado, em 24 países – que representam uma população total de 500 milhões de pessoas – o rendimento per capita irá subir mais rapidamente do que no resto do mundo. Em sentido inverso, prevê-se que o crescimento seja mais lento nos países ricos em recursos (2,5%). Assim, 21 países deverão registar um crescimento per capita inferior à média mundial.

A inflação deverá aliviar daqui em diante. O peso da dívida na África Subsaariana está, em média, a estabilizar, porém as elevadas vulnerabilidades da dívida pública e as baixas reservas externas continuarão a limitar a margem de ação das políticas em vários países.

As perspectivas deparam-se com outros riscos descendentes. Os ventos contrários externos intensificaram-se desde abril e incluem a ameaça do crescimento do protecionismo, uma subida acentuada nos prémios do risco ou uma inversão nas entradas de capital devido a condições financeiras globais mais restritivas e a um abrandamento mais rápido do que o previsto na China e na área do euro. A nível regional, os riscos descendentes a curto prazo incluem os choques climáticos, a intensificação dos desafios de segurança e a potencial propagação do surto do Ébola para além da República Democrática do Congo. Além disso, as derrapagens orçamentais, incluindo as que ocorreram em alguns países antes das eleições, e a ausência de reformas em países chave poderão agravar as pressões sobre o défice e a dívida. A médio prazo, a implementação com êxito de reformas, incluindo no contexto da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), pode constituir um risco ascendente considerável.

Uma estratégia assente em três vertentes que reduza os riscos e promova o crescimento sustentado em todos os países na região implica:

- **Calibrar cuidadosamente o conjunto de políticas a curto prazo:** Num contexto de reservas limitadas e elevada vulnerabilidade da dívida em alguns países, os decisores políticos têm pouco espaço de manobra para resistir às turbulências externas. O espaço para apoiar o crescimento continua, sobretudo, do lado da política monetária e cinge-se aos países com pressões inflacionistas controladas e crescimento abaixo do potencial. Se os riscos descendentes se materializarem, a política orçamental e monetária poderá ser cuidadosamente recalibrada para apoiar o crescimento, em linha com a sustentabilidade da dívida e o financiamento disponível, e no âmbito de um plano de ajustamento a médio prazo credível. Nos países que apresentam um crescimento lento, o ritmo de ajustamento poderá ser mais gradual, desde que haja financiamento, ou a composição do ajustamento poderá ser ajustada de modo a minimizar o impacto no crescimento. Nos países de rápido crescimento que se deparam com um elevado nível de vulnerabilidade da dívida, a prioridade continua a ser a reconstituição das reservas.
- **Reforçar a resiliência:** Tal ajudaria a região a ter períodos mais longos de forte crescimento. Para reforçar a resiliência – incluindo a resiliência a desafios relacionados com o clima, a saúde e a segurança – será

necessário mobilizar as receitas internas, racionalizar os subsídios ineficientes e melhorar a gestão das finanças públicas (Capítulo 3) a fim de consolidar os balanços soberanos e criar espaço orçamental para as necessidades de desenvolvimento. A promoção da diversificação da economia, a melhoria dos quadros de política macroeconómica e a redução do crédito malparado também contribuiriam para reduzir a vulnerabilidade dos países a choques.

- **Acelerar o crescimento a médio prazo:** É essencial aumentar as taxas de crescimento per capita, sobretudo nos países ricos em recursos, a fim de garantir a sustentabilidade dos resultados sociais e criar emprego para os 20 milhões de novos trabalhadores (em termos líquidos) que deverão entrar nos mercados de trabalho todos os anos. Com o objetivo de promover o crescimento a médio prazo, será necessário abordar de forma abrangente as barreiras tarifárias e não tarifárias no contexto da ZCLCA, desenvolver as cadeias de valor regionais e implementar reformas estruturais para impulsionar o investimento e a competitividade.

## 2. CONCORRÊNCIA, COMPETITIVIDADE E CRESCIMENTO NA ÁFRICA SUBSARIANA

O Capítulo 2 analisa o ponto da situação da concorrência nos mercados dos produtos na África Subsariana. Embora exista uma heterogeneidade considerável entre países, mais de 70% dos países na região encontram-se na última metade dos países à escala mundial em termos de indicadores de concorrência. As margens comerciais das empresas são cerca de 11% superiores nos países da África Subsariana face a outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento. Além disso, há uma maior prevalência de empresas públicas. Uma análise empírica sugere que o aumento da concorrência pode impulsionar a taxa de crescimento do PIB real em 1 ponto percentual através de uma maior competitividade das exportações, produtividade e investimento. Pode igualmente aumentar de forma substancial o poder de compra dos consumidores ao baixar os preços dos bens e serviços, sobretudo os preços dos alimentos e outros produtos básicos. A concorrência pode ainda ajudar a aumentar a proporção de mão-de-obra na produção, o que tem, potencialmente, importantes efeitos distributivos. Para aumentar a concorrência nos mercados de produtos é necessária uma reforma holística que contemple: medidas para reduzir as barreiras estruturais e regulamentares; um quadro de política concorrencial eficaz, que inclua uma lei da concorrência robusta apoiada por uma autoridade da concorrência independente e com recursos adequados; políticas de comércio e investimento que incentivem a concorrência externa; e políticas fiscais e de contratação pública favoráveis.

## 3. ATRASADOS INTERNOS NA ÁFRICA SUBSARIANA: CAUSAS, SINTOMAS E CURAS

Baseado numa base de dados sobre os atrasados internos nos países da África Subsariana, o Capítulo 3 revela que os atrasados internos são uma realidade em muitos países, o que reflete uma fraca capacidade de gestão das finanças públicas. Além disso, os atrasados registaram um aumento nos últimos anos (cifrando-se em cerca de 3,3% do PIB em 2018), no seguimento do choque dos preços das matérias-primas em 2014. Não obstante a prevalência dos atrasados, as suas causas, os efeitos e as consequências não são bem conhecidas. O capítulo conclui que os atrasados internos afetam negativamente a atividade do setor privado e a prestação de serviços sociais, ao mesmo tempo que aumentam as vulnerabilidades do setor bancário e comprometem a confiança dos cidadãos nos governos. Os atrasados também enfraquecem a capacidade da política orçamental apoiar o crescimento, colocando em causa o mérito do recurso a esta forma de financiamento para evitar cortes na despesa. Por fim, o capítulo analisa várias abordagens para proceder à regularização dos atrasados (verificação, definição de prioridades e liquidação de atrasados) e prevenir a acumulação de novos atrasados, incluindo a reforma da gestão das finanças públicas, o estabelecimento de amortecedores e o apoio externo em tempo oportuno.

# 1. Navegar pela incerteza

O crescimento na África Subariana deverá manter-se nos 3,2% em 2019 e acelerar para 3,6% em 2020. Prevê-se que, em cerca de dois terços dos países na região, o crescimento seja mais lento do que previam as projeções anteriores. Esta revisão em baixa reflete um ambiente externo mais complexo, as persistentes perturbações na produção nos países exportadores de petróleo e um crescimento mais fraco do que o previsto na África do Sul.

As perspetivas de crescimento para 2019 e anos seguintes variam consideravelmente entre os países na região. O crescimento deverá manter-se forte nos países não ricos em recursos, situando-se, em média, nos 6%. Como resultado, em 24 países – que representam uma população total de 500 milhões de pessoas – o rendimento *per capita* irá subir mais rapidamente do que no resto do mundo. Em sentido inverso, prevê-se que o crescimento seja mais lento nos países ricos em recursos (2,5%). Assim, 21 países deverão registar um crescimento *per capita* inferior à média mundial.

A inflação deverá aliviar daqui em diante. O peso da dívida na África Subariana está, em média, a estabilizar, porém as elevadas vulnerabilidades da dívida pública e as baixas reservas externas continuarão a limitar a margem de ação das políticas em vários países.

As perspetivas deparam-se com outros riscos descendentes. Os ventos contrários externos intensificaram-se desde abril e incluem a ameaça do crescimento do protecionismo, uma subida acentuada nos prémios do risco ou uma inversão nas entradas de capital devido a condições financeiras globais mais restritivas e a um abrandamento mais rápido do que o previsto na China e na área do euro. A nível regional, os riscos descendentes a curto prazo incluem os choques climáticos, a intensificação dos desafios de segurança e a potencial propagação do surto do Ébola para além da República Democrática do Congo. Além disso, as derrapagens orçamentais, incluindo as que ocorreram em alguns países antes das eleições, e

a ausência de reformas em países chave poderão agravar as pressões sobre o défice e a dívida. A médio prazo, a implementação com êxito de reformas, incluindo no contexto da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), pode constituir um risco ascendente considerável.

Uma estratégia assente em três vertentes que reduza os riscos e promova o crescimento sustentado em todos os países na região implica:

- **Calibrar cuidadosamente o conjunto de políticas a curto prazo:** Num contexto de reservas limitadas e elevada vulnerabilidade da dívida em alguns países, os decisores políticos têm pouco espaço de manobra para resistir às turbulências externas. O espaço para apoiar o crescimento continua, sobretudo, do lado da política monetária e cinge-se aos países com pressões inflacionistas controladas e crescimento abaixo do potencial. Se os riscos descendentes se materializarem, a política orçamental e monetária poderá ser cuidadosamente recalibrada para apoiar o crescimento, em linha com a sustentabilidade da dívida e o financiamento disponível, e no âmbito de um plano de ajustamento a médio prazo credível. Nos países que apresentam um crescimento lento, o ritmo de ajustamento poderá ser mais gradual, desde que haja financiamento, ou a composição do ajustamento poderá ser ajustada de modo a minimizar o impacto no crescimento. Nos países de rápido crescimento que se deparam com um elevado nível de vulnerabilidade da dívida, a prioridade continua a ser a reconstituição das reservas.
- **Reforçar a resiliência:** Tal ajudaria a região a ter períodos mais longos de forte crescimento. Para reforçar a resiliência – incluindo a resiliência a desafios relacionados com o clima, a saúde e a segurança – será necessário mobilizar as receitas internas, racionalizar os subsídios ineficientes e melhorar a gestão das finanças públicas (Capítulo 3) a fim

---

Este capítulo foi preparado por uma equipa liderada por Seung Mo Choi e composta por Michael Gorbanyov, Cleary Haines, Siddharth Kothari, Andresa Lagerborg, Nkunde Mwase, Malika Pant e Torsten Wezel, sob a supervisão de Papa N'Diaye e Catriona Purfield.

de consolidar os balanços soberanos e criar espaço orçamental para as necessidades de desenvolvimento. A promoção da diversificação da economia, a melhoria dos quadros de política macroeconómica e a redução do crédito malparado também contribuiriam para reduzir a vulnerabilidade dos países a choques.

- **Acelerar o crescimento a médio prazo:** É essencial aumentar as taxas de crescimento *per capita*, sobretudo nos países ricos em recursos, a fim de garantir a sustentabilidade dos resultados sociais e criar emprego para os 20 milhões de novos trabalhadores (em termos líquidos) que deverão entrar nos mercados de trabalho todos os anos. Com o objetivo de promover o crescimento da região a médio prazo (Capítulo 2), será necessário abordar de forma abrangente as barreiras tarifárias e não tarifárias no contexto da ZCLCA, desenvolver as cadeias de valor regionais e implementar reformas estruturais para impulsionar o investimento e a competitividade.

O resto deste capítulo aborda mais pormenorizadamente 1) os desafios impostos à região pelas conjunturas mundial e regionais, 2) as vulnerabilidades dos balanços da região e 3) as principais prioridades de política.

O Capítulo 2 analisa o nível de concorrência no mercado dos produtos na região e aborda como melhorar a competitividade. O nível de concorrência na África Subsariana permanece relativamente baixo por comparação com o resto do mundo, o que se reflete nas margens comerciais mais elevadas das empresas, em especial, nos setores não transacionáveis, e em preços dos produtos superiores. A análise empírica sugere que, aumentando a concorrência, a região pode beneficiar de um crescimento e de ganhos de bem-estar significativos através de uma melhor produtividade, uma competitividade das exportações mais forte e preços no consumidor inferiores. O fomento da concorrência na região requer reformas holísticas que abranjam um quadro de política da concorrência eficaz, a abertura ao comércio e ao investimento direto estrangeiro e regulamentação aplicável

às empresas e políticas macroeconómicas que criem condições equitativas entre as empresas.

O Capítulo 3 avalia os atrasados internos e discute as políticas para a sua regularização e para evitar a sua acumulação. A partir de uma nova base de dados dos países da África Subsariana, o capítulo considera que prevalece o financiamento da despesa através dos atrasados internos, com uma crescente incidência face a choques exógenos adversos, como o choque das matérias-primas de 2014. Considera-se que os atrasados internos afetam negativamente a atividade do setor privado e a prestação de serviços sociais, aumentando as vulnerabilidades do setor bancário e minando a confiança dos cidadãos no governo. Mostra também que os atrasados enfraquecem a capacidade de a política orçamental apoiar a economia, lançando a dúvida sobre a vantagem de recorrer ao financiamento através dos atrasados para evitar cortes na despesa. O capítulo discute as políticas para regularizar os atrasados e evitar a sua acumulação, incluindo através de reformas de gestão orçamental, da constituição de reservas e de apoio externo atempado.

## EVOLUÇÃO E PERSPETIVAS MACROECONÓMICAS

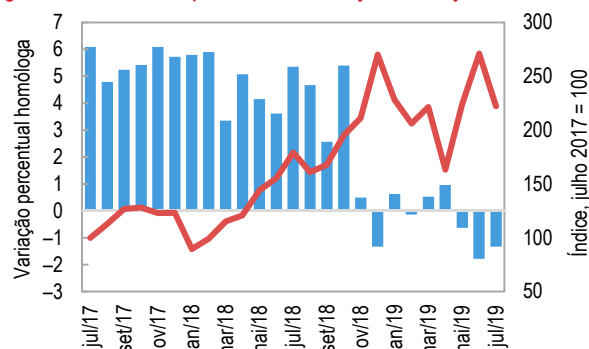
### Ambiente mundial menos favorável

Espera-se que o crescimento mundial aumente de 3,0% em 2019 para 3,4% em 2020. A recuperação projetada nas perspetivas mundiais é precária, com riscos em sentido descendente significativos relacionados com tensões comerciais e tecnológicas<sup>1</sup>. Estas tensões aumentaram a incerteza das políticas e diminuíram os volumes comerciais (Figura 1.1). No médio prazo, projeta-se que o crescimento se situe em 3,6%, impulsionado sobretudo pelas economias de mercados emergentes.

Os preços das matérias-primas deverão descer. Espera-se que o crescimento mundial moderado afete as exportações da região e a maioria dos preços das matérias-primas, exceto os preços dos metais (Figura 1.2). Os efeitos da descida dos preços das matérias-primas na região, em especial dos preços do petróleo, são mistos. Ajudarão as

<sup>1</sup> As tensões tecnológicas incluem as ações dos EUA relativas às empresas tecnológicas chinesas.

**Figura 1.1. Crescimento do volume global de importações e índice global de incerteza de política económica, julho 2017–julho 2019**

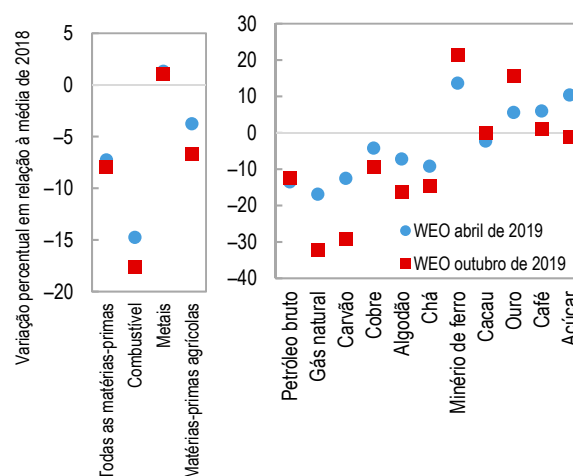


Fontes: Davis (2016) e Organização Mundial do Trabalho.

posições orçamental e externa dos importadores de matérias-primas da região, mas também constituirão entraves aos exportadores de matérias-primas. Dado que os exportadores de matérias-primas têm um peso económico consideravelmente superior ao dos importadores e representam cerca de dois terços da população da região, a descida dos preços das matérias-primas envolve normalmente um crescimento mais lento e fundamentos mais fracos para a região. Projeta-se que a descida dos preços das matérias-primas persista no médio prazo, com riscos largamente equilibrados em torno desta previsão. Os riscos em sentido descendente derivam de uma produção de xisto superior à esperada nos Estados Unidos, ao passo que os riscos ascendentes estão relacionados com outras potenciais perturbações nos principais países produtores de petróleo, como o Irão e a Venezuela.

As condições financeiras mundiais tornaram-se mais favoráveis desde o início de 2019 uma vez que os principais bancos centrais passaram a adotar uma maior acomodação monetária. Os preços das ações a nível mundial e os rendimentos das obrigações diminuíram, e os fluxos de entrada de capitais nos mercados de obrigações da região recuperaram não obstante a alta volatilidade dos fluxos de entrada e dos diferenciais. Estas condições apoiaram a emissão de obrigações soberanas internacionais pelos mercados de fronteira da região num valor superior a USD 10,5 mil milhões até à altura em 2019 (Figura 1.3).

**Figura 1.2. Variação projetada nos preços das matérias-primas: Variações esperadas, média 2019–20 vs. 2018**



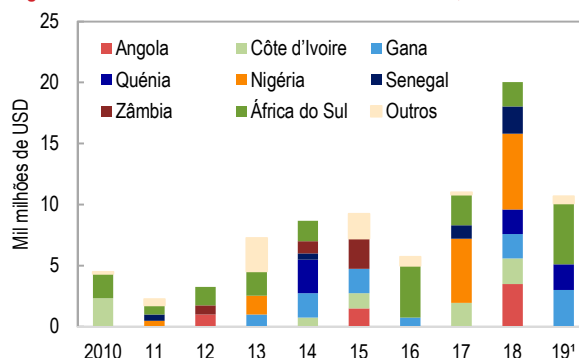
Fontes: FMI, Commodity Price System; e FMI, pressupostos globais.

Nota: Além do petróleo, algumas das principais matérias-primas exportadas pela região são o cobre (República Democrática do Congo e Zâmbia), o minério de ferro (África do Sul, Libéria e Serra Leoa), o carvão (África do Sul e Moçambique), o ouro (África do Sul, Burkina Faso, Gana, Mali e Tanzânia) e a platina (África do Sul). WEO = Base de dados do World Economic Outlook.

## Desafios regionais crescentes

A região continuou a padecer de choques relacionados com o clima. Secas graves provocadas pelo El Niño afetaram Angola, o Botswana, a Etiópia, o Lesoto, a Namíbia, o Quênia, a Zâmbia e o Zimbábue, provocando insegurança alimentar, migração, pressão inflacionista (devido a limitações de fornecimento), pressão orçamental, cortes de eletricidade e balanças comerciais inferiores. Além disso, os ciclones Idai e Kenneth assolaram Moçambique e outros países do sudeste africano em março e abril, afetando milhões e provocando danos superiores a USD 2 mil milhões. Os ciclones

**Figura 1.3. África Subariana: Emissão de Eurobonds, 2010–19**



Fonte: Bloomberg Finance L.P.

<sup>1</sup> Dados até setembro de 2019.

também enfraqueceram a atividade económica, perturbando o funcionamento dos principais portos e adicionando pressão à inflação, aos saldos orçamentais e às balanças comerciais.

O surto do Ébola na República Democrática do Congo agravou-se. Em setembro de 2019, tinham sido relatados cerca de 3 mil casos, com mais de 2 mil mortes. A vacinação assegurou alguma proteção, mas a doença propagou-se a Goma – uma cidade com uma população superior a 2 milhões de habitantes. Isto levou a Organização Mundial de Saúde a declarar uma situação de emergência de saúde pública de importância internacional”. Até agora, o crescimento económico, a receita orçamental e as reservas cambiais mantiveram-se, em grande medida, inalteradas dado que a atividade económica se situa noutros locais. De uma perspetiva positiva, verificou-se que os medicamentos experimentais administrados aos doentes de Ébola reduziram significativamente as taxas de mortalidade. Acresce que no Burundi, o surto de malária infetou quase metade da população, matando cerca de 1.800 pessoas este ano, de acordo com dados de julho de 2019.

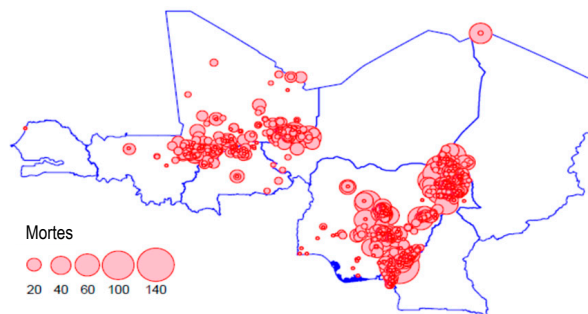
As tensões em matéria de segurança no Sahel continuaram a intensificar-se (Figura 1.4). Os incidentes terroristas relatados nos países do Sahel aumentaram 75% em 2019 (em termos anualizados de janeiro a setembro). O Burkina Faso, o Mali e o Níger foram os países mais afetados. Os desafios em termos de segurança tiveram impactos orçamentais significativos em alguns destes países, o que se traduziu em menores receitas e em despesas militares e com segurança superiores – tais despesas duplicaram em 2019 no Burkina Faso, no Mali e no Níger, representando cerca de 4% do PIB e absorvendo 20% das receitas orçamentais.

## Perspetivas

### Trajcetórias de crescimento divergentes

Projeta-se que o crescimento da região permaneça em 3,2% em 2019 e aumente para 3,6% em 2020, num contexto de crescimento constante do consumo e do investimento privados, e de crescimento mais lento do consumo e do investimento públicos. As perspetivas de crescimento baseiam-se no apoio contínuo da

Figura 1.4. Países do Sahel: Conflitos com mortes, 2018



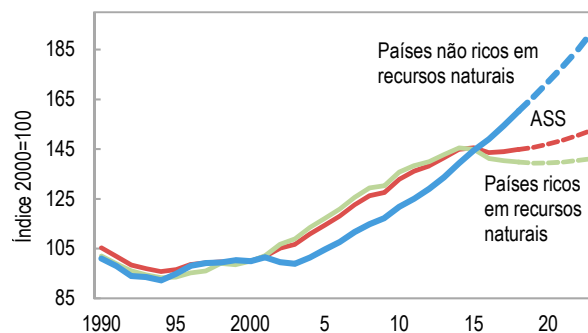
Fonte: Uppsala Conflict Data Program.

política monetária nos países com uma política monetária independente e numa recuperação modesta nos exportadores de petróleo face a níveis muito baixos. O dinamismo de crescimento deverá abrandar ligeiramente devido à consolidação orçamental na maioria dos países.

As taxas de crescimento projetadas para 2019 e 2020 são, respetivamente, 0,3 e 0,1 pontos percentuais inferiores ao previsto em abril. O crescimento foi revisto em baixa em cerca de dois terços dos países da região, o que reflete o ambiente externo e regional mais complexo (descrito acima) e um crescimento mais fraco do que o antecipado na África do Sul.

Existe uma heterogeneidade significativa nas trajetórias de crescimento entre países. Espera-se que os países não ricos em recursos cresçam quase três vezes mais rapidamente (6,0% em 2019) do que os exportadores de petróleo (2,1%) e outros países ricos em recursos (2,7%) (Figura 1.5). A diversidade manifesta-se também entre grupos de países, com grandes diferenças entre países dependendo do grau de diversificação, do

Figura 1.5. África Subsariana: PIB real per capita, 1990–2023



Fonte: FMI, base de dados WEO.

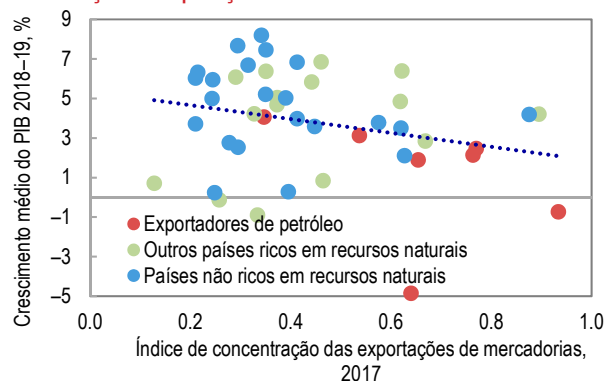
Nota: ASS = África Subsariana.

ajustamento macroeconómico ao choque dos termos de troca de 2014, da incerteza das políticas e das vulnerabilidades da dívida. Esta diferença de desempenho mantém-se mesmo entre exportadores de petróleo, tendo as economias mais diversificadas taxas de crescimento do PIB superiores (Figura 1.6).

A atividade económica nas três maiores economias da região, Nigéria (exportadora de petróleo), África do Sul (um país não petrolífero, rico em recursos) e a Etiópia (um país não ricos em recursos), ilustra as trajetórias de crescimento mistas na região.

- Projeta-se que a Nigéria cresça 2,5% em 2020, face a 2,3% em 2019, impulsionada pelos setores petrolífero e não petrolífero. A projeção é de um crescimento no médio prazo ligeiramente superior a 2,5%, o que implica que não se verificam progressos no crescimento *per capita*. Este crescimento baixo deve-se a um ajustamento de política insuficiente, a grandes lacunas em termos de infraestruturas, ao baixo investimento privado e a vulnerabilidades do setor bancário.
- O crescimento da África do Sul deverá permanecer moderado, aumentando apenas ligeiramente de 0,7% em 2019 para 1,1% em 2020, dado que se espera que o investimento privado e o crescimento das exportações permaneçam baixos. Projeta-se um crescimento no médio prazo ligeiramente inferior a 2%, apenas um pouco acima do crescimento populacional. Isto reflete as limitações estruturais (incluindo o elevado

**Figura 1.6. África Subsaariana: Crescimento do PIB real vs. índice de concentração das exportações de mercadorias**



Fontes: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; e FMI, base de dados WEO.

Nota: Valores mais elevados do índice de concentração das exportações de mercadorias implicam uma concentração mais elevada.

custo de fazer negócios, mercados dos produtos e do trabalho inflexíveis e uma baixa eficiência das empresas públicas) que se esperam venha a manter em baixa a confiança empresarial e o investimento privado.

- A Etiópia deverá crescer 7,2% em 2020, ligeiramente abaixo da taxa de 7,4% projetada para 2019. Espera-se que o crescimento abrande no médio prazo para cerca de 6,5%, refletindo os esforços para fazer face aos grandes desequilíbrios externos através de uma restritividade orçamental e da política monetária.

É provável que o crescimento lento na Nigéria e na África do Sul limite as repercussões positivas aos seus parceiros comerciais, com destaque para as remessas, a atividade do setor financeiro e a procura de importações.

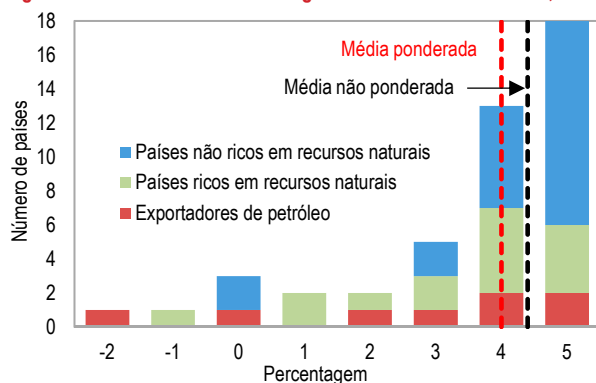
Os países não ricos em recursos deverão continuar a crescer rapidamente a uma taxa de cerca de 5,5% (excluindo a Etiópia) em 2020. O dinamismo de crescimento permanece forte devido, em parte, ao investimento privado (Côte d'Ivoire, Ruanda, Senegal), ao crescimento da produtividade no setor agrícola (Benim) e ao investimento público (Maurícias, Ruanda).

No médio prazo, prevê-se que o crescimento na região seja próximo dos 4%, ou cerca de 1,5% em termos *per capita*. Excluindo os dois maiores países (Nigéria e África do Sul), o crescimento no médio prazo deverá ser ligeiramente superior, situando-se um pouco acima dos 5%. As trajetórias de crescimento divididas entre países ricos em recursos e países não ricos em recursos deverão persistir no médio prazo, prevendo-se um crescimento forte nos segundos (cerca de 6%) e moderado nos primeiros (cerca de 3%), (Figura 1.7).

- Em termos *per capita*, 21 dos 45 países na região devem apresentar um crescimento inferior à média mundial, esperando-se que 12 países (que representam cerca de um terço da população da região) registem um crescimento *per capita* negativo em 2019.

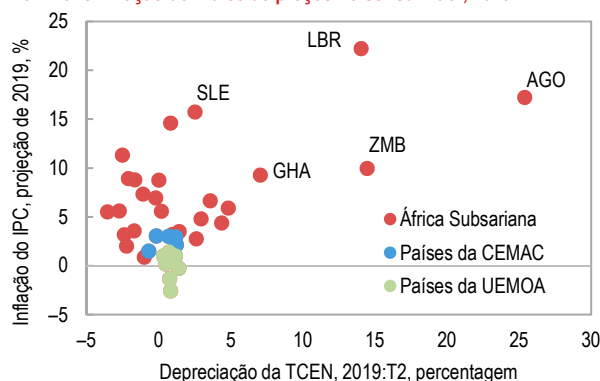


Figura 1.7. África Subsariana: Histograma do crescimento do PIB, 2022



Fonte: FMI, base de dados WEO.

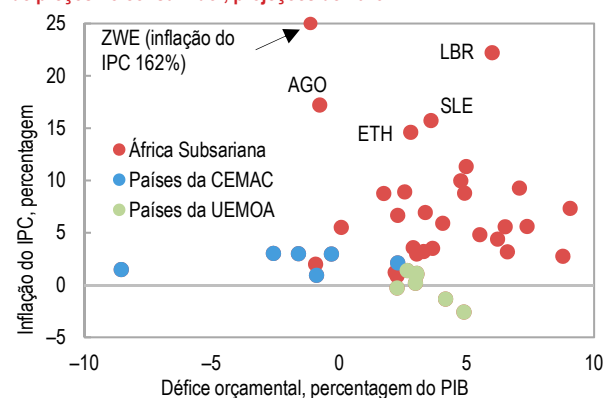
Figura 1.8. África Subsariana: Depreciação da taxa de câmbio efetiva nominal e inflação do índice de preços no consumidor, 2019



Fonte: FMI, base de dados WEO.

Nota: CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; IPC = Índice de Preços no Consumidor; TCER = taxa de câmbio efetiva nominal; UEMOA = União Económica e Monetária Oeste-Africana. Exclui o Zimbabwe. Ver na página vi a lista de abreviaturas dos países

Figura 1.9. África Subsariana: Déficit orçamental e inflação do índice de preços no consumidor, projeções de 2019



Fonte: FMI, base de dados WEO.

Nota: CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; IPC = Índice de Preços no Consumidor; TCER = taxa de câmbio efetiva nominal; UEMOA = União Económica e Monetária Oeste-Africana. Ver na página vi a lista de abreviaturas dos países.

- Simultaneamente, 24 países, sobretudo não ricos em recursos e que abrigam 500 milhões de pessoas, verão o seu rendimento *per capita* aumentar mais rapidamente do que o resto do mundo. Espera-se que o crescimento rápido nos serviços, em particular comunicações, comércio por grosso e serviços financeiros, bem como a construção, continuem a impulsionar o crescimento. Estes setores cresceram, em média, mais de 5% ao ano em 2013–17.

### Alívio da inflação

A inflação média na região deverá abrandar de 8,5% em 2018 para 8,4% em 2019 e 8,0% em 2020, mas existem grandes diferenças entre países. É provável que a inflação aumente nos países que passaram por conflitos ou perturbações políticas, que registaram grandes depreciações (Angola, Libéria) (Figura 1.8), sofreram secas (Lesoto, Namíbia, Quênia, Zâmbia, Zimbabwe) ou apresentam grandes défices orçamentais (Figura 1.9). Pelo contrário, espera-se que a inflação permaneça baixa nas uniões monetárias (União Económica e Monetária da África Ocidental [UEMOA] e Comunidade Económica e Monetária da África Central [CEMAC]). Alguns países da UEMOA deverão registar deflação.

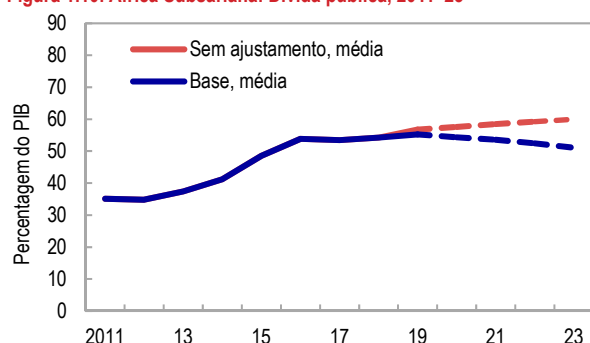
### Balanços frágeis

As elevadas vulnerabilidades dos balanços em muitos países limitam o espaço para as políticas macroeconómicas abordarem os riscos em sentido descendente ao crescimento. Vários países apresentam fragilidades nos balanços públicos, com elevados rácios da dívida e uma capacidade de reembolso limitada, baixos níveis de reservas cambiais e fragilidades nos balanços das empresas financeiras e não financeiras.

### As vulnerabilidades da dívida pública permanecem elevadas

A dívida pública da região enquanto rácio do PIB estabilizou em cerca de 55%, em média, entre países (Figura 1.10). Os rácios da dívida dos exportadores de petróleo diminuíram cerca de 10 pontos percentuais do PIB desde 2016. O ajustamento neste grupo de países verificou-se através da compressão da despesa. A redução de

Figura 1.10. África Subariana: Dívida pública, 2011–23

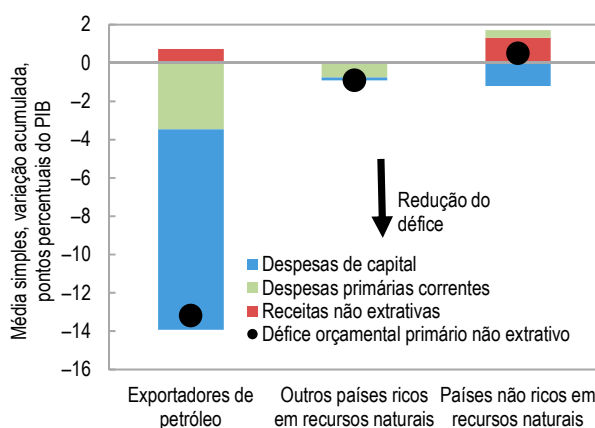


Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: As projeções de base refletem os cenários de base ou do programa reportados nos últimos relatórios do corpo técnico do FMI. As projeções "sem ajustamento" presumem que o défice primário, a despesa de juro real e outras componentes da acumulação de dívida permanecerão nos seus níveis de 2016–18, enquanto a taxa de câmbio real e as componentes do crescimento do PIB acompanham as projeções de base. Nota: Exclui o Burundi, a Eritreia e o Sudão do Sul devido à indisponibilidade de dados.

quase 14 pontos percentuais do PIB do défice orçamental primário não relacionado com matérias-primas no período 2013–18 foi, em grande medida, alcançada pelo corte no investimento público e, em menor grau, pela despesa primária corrente, ao passo que as receitas não relacionadas com matérias-primas diminuíram ligeiramente (Figura 1.11). Outros países ricos em recursos também realizaram alguns progressos na consolidação orçamental, sobretudo através da redução da despesa recorrente. Nos países não ricos em recursos, o défice orçamental primário aumentou uma vez que as receitas diminuíram enquanto rácio do PIB, o que contribuiu para rácios da dívida superiores.

Figura 1.11. África Subariana: Variação do défice orçamental primário não extrativo, 2013 vs. 2018



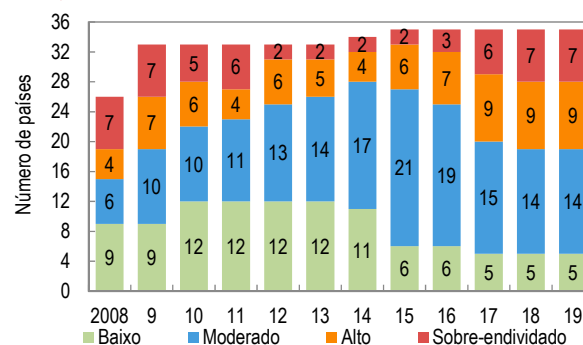
Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Nota: Exclui o Burundi, a Eritreia e o Sudão do Sul devido à indisponibilidade de dados.

Apesar da estabilização da dinâmica da dívida, as vulnerabilidades da dívida pública permanecem elevadas em alguns países. Entre os países de baixos rendimentos e em desenvolvimento da África Subariana, sete (que representam 3% do PIB regional) estão em situação de sobre-endividamento (Eritreia, Gâmbia, Moçambique, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Sudão do Sul, Zimbabwe) e nove (que representam 16% do PIB regional) encontram-se em risco elevado de sobre-endividamento (Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Etiópia, Gana, República Centro-Africana, Serra Leoa, Zâmbia) (Figura 1.12). Os restantes 19 países de baixos rendimentos e em desenvolvimento apresentam vulnerabilidades da dívida moderadas. No caso de países de rendimento médio e elevado, a dívida pública permanece sustentável no cenário de base, na maioria dos casos.

Existem também vulnerabilidades relacionadas com a composição da dívida pública. Os stocks de dívida pública derivam principalmente de fontes comerciais, com mais de metade de credores internos e cerca de 15% de Eurobonds (Figura 1.13). A dívida bilateral e multilateral oficial representou apenas cerca de um quarto da dívida pública total em 2017, muito inferior à do início dos anos de 2000. A maior dependência da dívida pública comercial expõe os balanços soberanos a maiores riscos cambiais e de refinanciamento. Igualmente, um aumento da dívida de credores internos pode desencorajar o financiamento de projetos do setor privado.

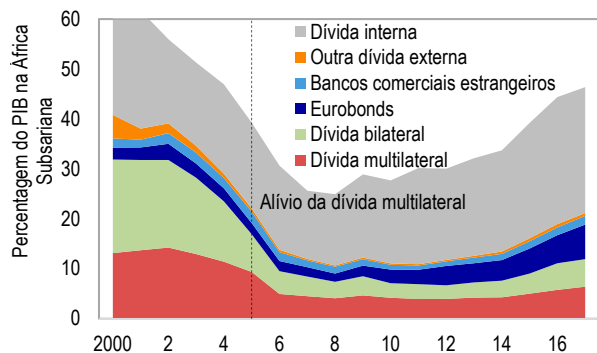
Figura 1.12. África Subariana: Situação de risco da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento habilitados à assistência PRGT, 2008–19



Fonte: FMI, base de dados da análise de sustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento de baixo rendimento.

Nota: As classificações do risco da dívida de Burundi, Chade, Gâmbia, Lesoto, Ruanda, São Tomé e Príncipe e Zimbabwe remontam a 2009; a de Cabo Verde, a 2014; e a do Sudão do Sul, a 2015. PRGT = Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento.

Figura 1.13. África Subsariana: Composição da dívida pública, 2000–17



Fontes: Banco Mundial, *International Debt Statistics*; e FMI, base de dados WEO.

Nota: Exclui a Guiné Equatorial, a Namíbia, as Seicheles e o Sudão do Sul devido à indisponibilidade de dados.

### As reservas externas permanecem baixas

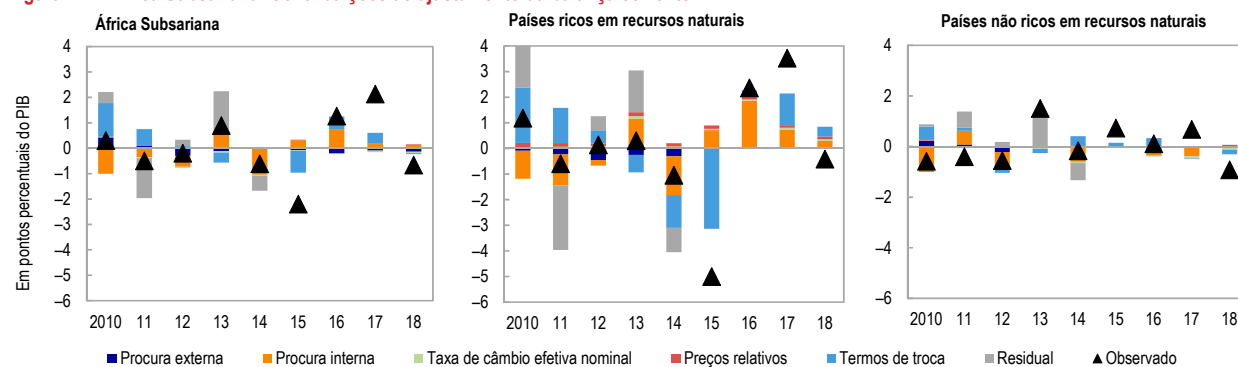
Na região, espera-se que o défice da conta corrente média (simples) aumente de 6,2% do PIB em 2018 para cerca de 7,2% do PIB em 2019, o que reflete maiores défices nos exportadores de petróleo (devido à projeção de preços do petróleo inferiores) e nos países que sofrem de choques relacionados com o clima (Lesoto, Moçambique). No final de 2019, as reservas cambiais deverão permanecer entre 3 e 4 meses de importações, com grandes diferenças entre países.

Persiste uma diversidade considerável nas posições externas entre países. Na sequência do declínio dos preços do petróleo em 2014–15 verificaram-se grandes desequilíbrios externos nos exportadores de petróleo. Desde então, os défices da conta corrente

estreitaram significativamente para cerca de 1% do PIB, em média, em 2018, com o avanço da consolidação orçamental, o que contribuiu para a compressão da procura interna e a melhoria dos respetivos termos de troca (Figura 1.14). Trata-se de um desenvolvimento positivo, mas é provável que o ajustamento da conta corrente seja menos duradouro do que se tivesse ocorrido através de uma reafetação de recursos para setores mais produtivos e orientados para as exportações. A natureza do ajustamento reflete o facto de as taxas de câmbio e os preços relativos terem desempenhado um papel menor, uma vez que vários países adotavam regimes de câmbio fixos ou exibiam preocupações com o grande volume de passivos denominados em moeda estrangeira, uma transmissão significativa das variações da taxa de câmbio à inflação (estimada em cerca de 40%) e uma capacidade de resposta limitada da produção e das exportações às variações das taxas de câmbio reais. No caso dos países não exportadores de petróleo, os défices da conta corrente permanecem elevados, o que reflete sobretudo maiores hiatos entre a poupança e o investimento públicos.

Em termos prospetivos e com as políticas atuais, espera-se apenas uma ligeira diminuição dos défices da conta corrente devido à continuação da pressão para abordar as necessidades de desenvolvimento. Por conseguinte, as reservas cambiais deverão permanecer baixas, deixando vários países expostos a choques dos termos de troca (Figura 1.15).

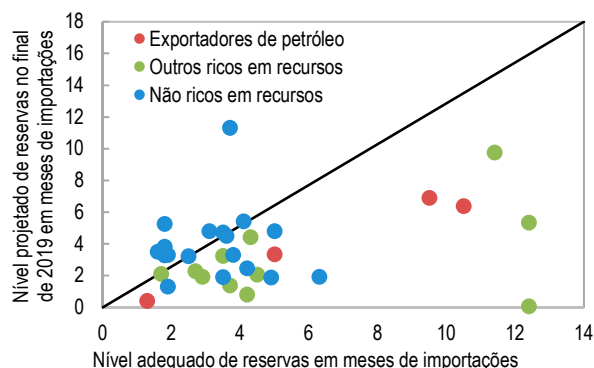
Figura 1.14. África Subsariana: Contribuições ao ajustamento da balança corrente



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Contribuições baseadas nos resultados de um modelo estendido do efeito de Harberger-Laursen-Meltzer. O modelo traça a relação entre as variações no saldo da balança corrente e os termos de troca, a procura interna e externa, a taxa de câmbio nominal e os preços relativos. A parte das barras identificada como residual contém os efeitos fixos médios por país.

Figura 1.15. África Subsariana: Margens de reservas



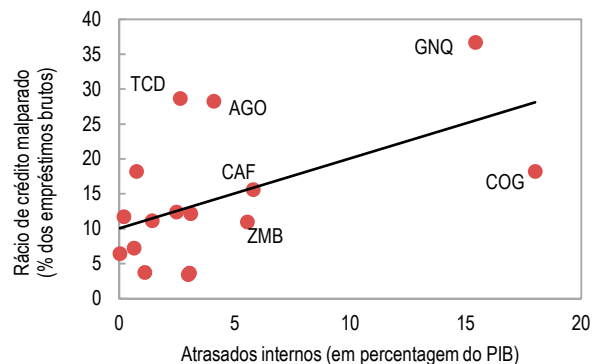
Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Níveis adequados de reservas com base na metodologia para avaliar a adequação das reservas em economias com restrições de crédito (FMI, 2016). Os exportadores de petróleo, excluindo a África do Sul, Angola e a Nigéria, estão agrupados num único ponto de dados que corresponde à Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC). Os países da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) estão agrupados num único ponto de dados e classificados como não ricos em recursos.

### Os balanços dos bancos continuam a apresentar fragilidades

Os rácios de crédito malparado permanecem elevados, situando-se, em média, em 11%. Isto traduz, nalguns casos, deficiências nas práticas de gestão de risco, o legado do choque dos preços das matérias-primas e fragilidades nos balanços públicos, o que afetou as finanças dos fornecedores, incluindo devido aos atrasados internos. A acumulação de atrasados, por seu lado, prejudicou a capacidade dos fornecedores de fazerem face às suas responsabilidades perante os bancos (Figura 1.16, Capítulo 3).

Figura 1.16. África Subsariana: Atrasados internos e rácio de crédito malparado, 2018



Fontes: FMI, *International Financial Statistics*; Capítulo 3 desta edição das *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*.

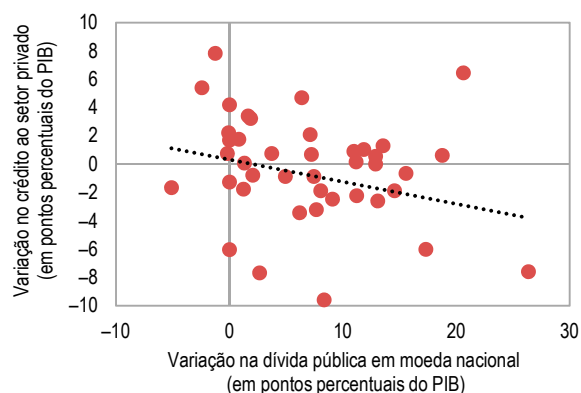
Nota: Ver na página vi a lista de abreviaturas dos países.

No entanto, o crédito malparado elevado, o endividamento público e alterações regulamentares contribuíram para o abrandamento do crescimento do crédito no setor privado (Figura 1.17), prejudicando a atividade económica. O crescimento do crédito permanece bem abaixo da sua média de longo prazo (próxima a 10% em 2006–19). O seu fraco crescimento também reflete a introdução nos países das novas normas prudenciais alinhadas com o Basileia II/III, para as quais os bancos tiveram de aumentar as suas provisões e capitais próprios (UEMOA). Os rácios de capitais próprios dos bancos são elevados, em média, nos países (21% no terceiro trimestre de 2018), mas existe uma variação significativa entre países e bancos individuais, permanecendo alguns bancos subcapitalizados em alguns países. Outras fontes de preocupação incluem desfasamentos de liquidez em moeda estrangeira (Angola), uma elevada concentração de empréstimos (Benim, Eswatini, Lesoto, Malawi) e maiores dívidas das famílias e das empresas (Namíbia).

### RISCOS PARA AS PERSPETIVAS

As perspetivas de crescimento da África Subsariana incluem riscos em sentido descendente consideráveis. A nível externo, os riscos de curto prazo incluem: 1) um protecionismo crescente, 2) um aumento acentuado dos prémios de risco e 3) um abrandamento mais rápido do que o antecipado na China e na área do euro. A nível interno, os riscos em sentido descendente no curto prazo incluem choques climáticos, a intensificação dos desafios em matéria de segurança e uma

Figura 1.17. África Subsariana: Variação no crédito ao setor privado e dívida pública em moeda nacional, 2014–18



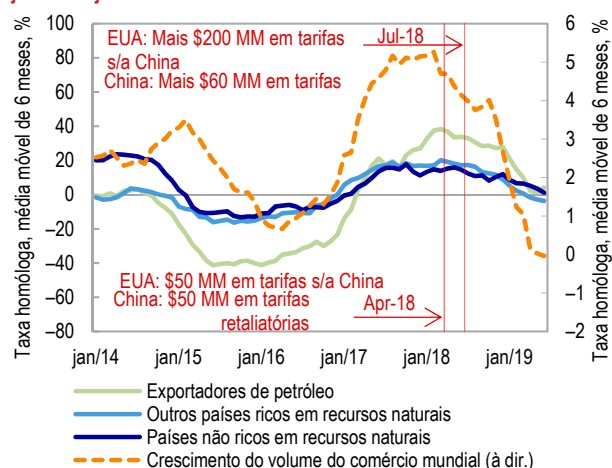
Fontes: Autoridades nacionais e FMI, base de dados WEO.

nova propagação do surto do Ébola da República Democrática do Congo a países vizinhos. Além disso, as derrapagens orçamentais, incluindo as anteriores às eleições em alguns países, e a ausência de reformas em países-chave podem contribuir para o défice e as pressões da dívida<sup>2</sup>. No médio prazo, uma implementação bem-sucedida das reformas, incluindo no contexto da ZCLCA, pode envolver um risco em sentido ascendente considerável (discutido adiante neste capítulo).

### Aumento do protecionismo

Barreiras comerciais e tecnológicas adicionais e ameaças de novas ações reduziriam o crescimento mundial, tanto diretamente através de um menor investimento e de uma deslocação nas cadeias de fornecimento mundiais como, indiretamente, através de efeitos adversos para a confiança e da volatilidade do mercado financeiro. Isto provavelmente provocaria uma descida dos preços das matérias-primas, afetando negativamente os países ricos em recursos. As atuais tensões comerciais afetaram o crescimento das exportações na região (Figura 1.18).

**Figura 1.18. África Subsariana: Crescimento das exportações, jan. 2014–jun 2019**



Fontes: CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis, *World Trade Monitor*; e FMI, *Direction of Trade Statistics*.

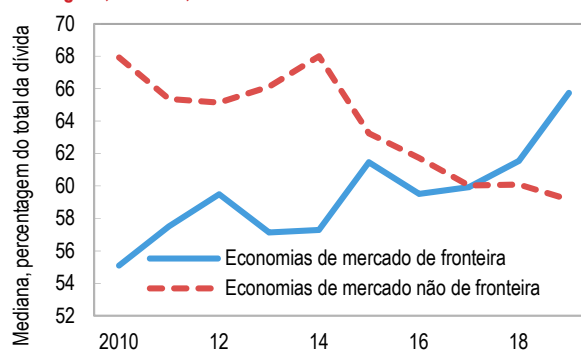
Nota: MM = mil milhões.

### Aumento acentuado dos prémios de risco

Neste contexto de política monetária branda e condições financeiras favoráveis em muitas economias avançadas, a apetência global pelo risco pode diminuir de forma abrupta em caso de tensões comerciais acrescidas, de pressões renovadas nas economias de mercados emergentes ou de um Brexit desordenado. Isto pode traduzir-se num aumento acentuado dos prémios de risco e numa paragem ou inversão súbita dos fluxos de carteira na região. Nestas circunstâncias, as economias de fronteira da região podem registar custos do serviço da dívida pública superiores, pressões de depreciação adicionais e balanços mais fracos. Em muitas economias de mercados de fronteira, uma grande percentagem da dívida pública total é denominada em moeda estrangeira, o que as expõe a riscos cambiais e de refinanciamento (Figura 1.19).

Os efeitos de uma restritividade súbita das condições financeiras mundiais podem envolver novas tensões financeiras e orçamentais e comprometer o progresso da região em matéria de crescimento e desenvolvimento. Maiores fluxos financeiros nos mercados de fronteira da região asseguraram os recursos para financiar as necessidades de desenvolvimento. No entanto, uma restritividade das condições financeiras mundiais num momento em que os países necessitam de refinar grandes montantes de obrigações pode forçar um ajustamento acentuado na despesa interna, com as respetivas consequências adversas para o crescimento.

**Figura 1.19. África Subsariana: Parcela do total da dívida em moeda estrangeira, mediana, 2010–19**



Fonte: FMI, base de dados WEO.

<sup>2</sup> Em 2019, estão programadas eleições presidenciais no Botswana, na Guiné-Bissau, em Moçambique e na Namíbia. Em 2020, haverá eleições no Burkina Faso, no Burundi, nas Comores, na Côte d'Ivoire, na Etiópia, no Gana, na Guiné, na República Centro-Africana, nas Seicheles, na Tanzânia e no Togo.

## Abrandamento mais rápido do que o antecipado na China ou na área do euro

Se o abrandamento na China ou na área do euro for mais rápido do que o antecipado (por exemplo, devido a um Brexit desordenado no caso da área do euro), a procura de exportações de matérias-primas da região pode diminuir, o que poderá prejudicar o crescimento dos exportadores de matérias-primas. A China e a área do euro representam cerca de 20% e 30% do comércio total, respetivamente.

A análise do crescimento em risco mostra que, num cenário combinado no qual os três choques externos mencionados se materializem, o crescimento da região pode diminuir cerca de 1% no ano inicial e cerca de 0,5% no ano seguinte (Figura 1.20). As diferenças dos impactos nos vários países variarão em função da sua dependência das matérias-primas e da abertura ao comércio e aos fluxos financeiros.

## Desastres naturais

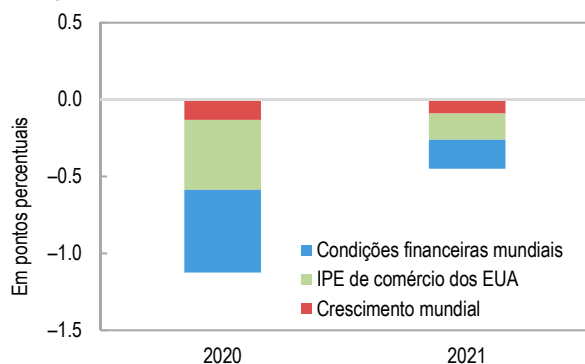
A frequência e a intensidade dos desastres naturais aumentaram nos últimos 30 anos. A frequência das inundações, por exemplo, aumentou seis vezes entre as décadas de 1980 e 2000 na África Subsaariana (comparativamente a três vezes no mundo, Figura 1.21). O El Niño esperado no início de 2020 aponta para riscos elevados de inundações e secas em várias áreas. A forte dependência da

agricultura pluvial torna a região vulnerável a desastres relacionados com o clima, como secas, ciclones e chuvas intensas (FMI 2016a). Acresce que a propagação do surto do Ébola na República Democrática do Congo a outras grandes cidades e países vizinhos, além de provocar terríveis perdas humanas, pode minar a confiança, o investimento e as atividades comerciais na região.

## POLÍTICAS

A região enfrenta enormes desafios de desenvolvimento. O cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 das Nações Unidas (ODS) requer uma despesa significativa – recursos estimados em 15% do PIB adicionais, em média, por ano – dos setores público e privado, e de fontes oficiais multilaterais e bilaterais (Gaspar et al. 2019). Simultaneamente, será necessário um aumento significativo na criação de empregos para os cerca de 20 milhões (líquidos) de pessoas que se preparam para entrar nos mercados de trabalho a cada ano até 2030. Esse número é o dobro do que a região criou anualmente entre 2017–19 (Figura 1.22). Assim, é importante avançar com as reformas para promover o crescimento e a criação de emprego, para não colocar em risco os ganhos obtidos na estabilidade macroeconómica e assistir à estagnação dos progressos no desenvolvimento, com potenciais repercussões a outras regiões, incluindo através da migração.

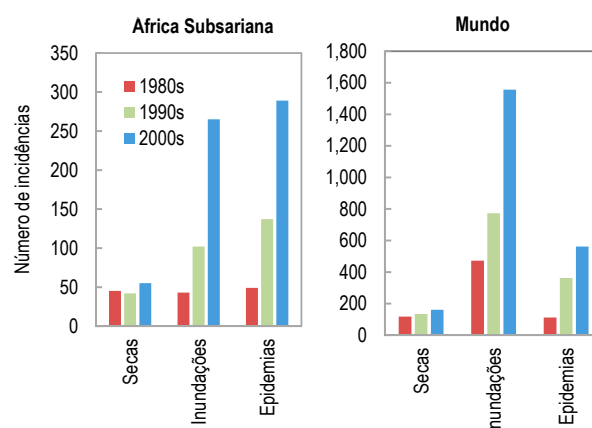
**Figura 1.20. Cenário de risco de baixa: Impacto da escalada das tensões comerciais, do abrandamento mundial e do aperto das condições financeiras mundiais na África Subsaariana**



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

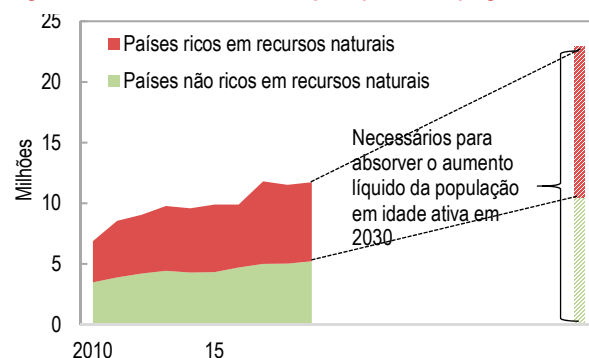
Nota: O cenário presume um aumento de dois desvios padrão do índice de incerteza da política comercial dos EUA e de um terço de um desvio padrão na restritividade das condições financeiras mundiais, e um abrandamento de um terço de um desvio padrão no crescimento mundial. IPE = incerteza de política económica.

**Figura 1.21. Incidência de desastres naturais, 1980s–2000s**



Fonte: EM-DAT, base de dados internacional sobre desastres naturais, Centro de Investigação sobre a Epidemiologia das Catástrofes.

Figura 1.22. África Subsariana: Criação líquida de empregos, 2010–30



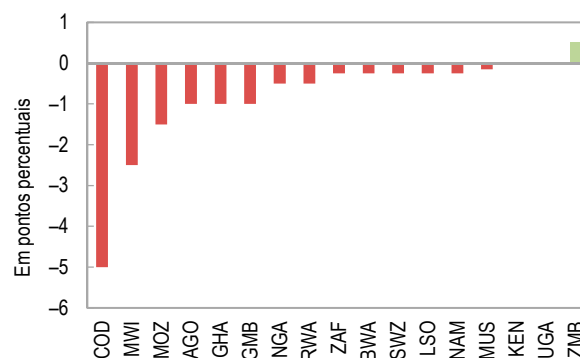
Fontes: Organização Internacional do Trabalho; ONU-Perspetivas Demográficas Mundiais; e cálculos do corpo técnico do FMI.

### Conjunto de políticas de curto prazo

Num ambiente de reservas limitadas e vulnerabilidades da dívida elevadas em alguns países, os decisores políticos dispõem de poucas opções para resistir às turbulências externas. A maioria dos países continuou apropriadamente a restringir a política orçamental para abordar as vulnerabilidades e vários abrandaram a política monetária. Por exemplo, em 2019, as taxas de juro diretas foram reduzidas na África do Sul, em Angola, no Botswana, no Eswatini, na Gâmbia, no Gana, no Lesoto, no Malawi, nas Maurícias, em Moçambique, na Namíbia, na Nigéria, na República Democrática do Congo e no Ruanda (Figura 1.23). Em termos prospetivos, a margem para apoiar o crescimento ainda encontra-se sobretudo no lado da política monetária, limitada aos países onde as pressões inflacionistas estão contidas e o crescimento se situa abaixo do potencial.

Caso os riscos em sentido descendente se materializem, a política orçamental e monetária pode ser recalibrada para apoiar o crescimento de forma consistente com a sustentabilidade da dívida e o financiamento disponível, e como parte de um plano de ajustamento de médio prazo credível. Nos países que crescem a um ritmo lento, o ajustamento pode ser tornado mais gradual, desde que exista financiamento. Caso contrário, os países devem definir a composição do ajustamento de forma a minimizar o impacto para o crescimento.

Figura 1.23. África Subsariana: Evolução das taxas de política monetária desde dezembro de 2018



Fontes: Haver Analytics e FMI, *International Financial Statistics*.

Nota: Ver na página vi a lista de abreviaturas dos países.

Nos países de crescimento rápido que enfrentam vulnerabilidades da dívida elevadas, a prioridade continua a ser a reconstituição das reservas.

### Políticas de médio prazo para criar resiliência e aumentar o crescimento no longo prazo

O impulso de reforma dos anos de 1990 na maioria dos países na região (Capítulo 2) permitiu-lhes usufruir de períodos sustentados de crescimento do PIB real positivo, nalguns casos, ao longo de 30 anos. O crescimento continuado conduziu à duplicação do PIB em 28 dos 45 países da África Subsariana. Chegou o momento de os países iniciarem uma nova onda de reformas para aumentar o crescimento no médio prazo, criar os empregos para as pessoas que entram nos mercados de trabalho e realizar progressos no sentido dos ODS. O lançamento da ZCLCA fornece uma oportunidade para catalisar essas reformas. Espera-se que a ZCLCA estabeleça um mercado único e unificado de 1,2 mil milhões de pessoas com um PIB combinado de USD 2,5 biliões<sup>3</sup>.

Para apoiar e impulsionar o crescimento, os países também necessitam de aumentar a resiliência a choques externos, o que exige a redução das vulnerabilidades da dívida, a maior flexibilidade da economia, a atualização dos quadros de política macroeconómica e o saneamento dos balanços. As políticas devem também visar a criação de resiliência a desastres naturais e o fortalecimento

<sup>3</sup> Com a assinatura do Benim e da Nigéria em julho de 2019, praticamente todos os países africanos assinaram o acordo. A partir de setembro de 2019, 27 países ratificaram a ZCLCA. Embora a fase operacional da ZCLCA tenha sido lançada durante a Cimeira da União Africana em julho de 2019, a sua operacionalização plena ainda requer que os países cheguem a acordo sobre as regras de origem, o calendário das concessões tarifárias, mecanismos de fiscalização e de eliminação das barreiras não tarifárias e as plataformas de pagamentos e de liquidação digitais.

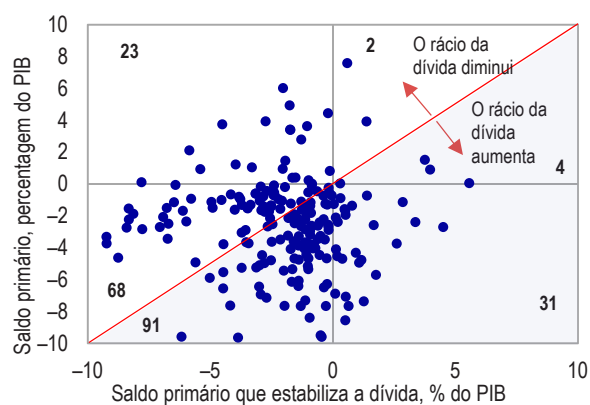
das instituições políticas e de governação para minimizar os riscos em matéria de segurança. As secções abaixo apresentam uma série de políticas necessárias para reforçar a resiliência e dar impulso ao crescimento no médio prazo. A priorização e o sequenciamento destas políticas variarão em função das circunstâncias individuais dos países, incluindo a sua capacidade de implementação.

## Criar resiliência

### *Reduzir as vulnerabilidades da dívida pública.*

**Melhorar a dinâmica da dívida.** É necessária uma nova consolidação orçamental no médio prazo para reduzir as vulnerabilidades da dívida e criar o espaço orçamental para as necessidades de desenvolvimento da região. Os diferenciais entre o crescimento e os juros – que são negativos na maioria dos países e situam-se em média em -6% – aliviam as limitações orçamentais mas não são suficientes para evitar o crescimento da dívida. Para manter a dinâmica da dívida controlada é necessário conter também os défices primários (Figura 1.24). Em particular, os exportadores de petróleo terão de continuar a cumprir os seus planos de reduzir os défices orçamentais primários não relacionados com matérias-primas em cerca de 3 pontos percentuais do PIB. Os outros países ricos em recursos e os países não ricos em recursos terão também de implementar a redução planeada dos défices orçamentais primários não relacionados com

**Figura 1.24. África Subariana: Saldo orçamental primário e saldo que estabiliza a dívida, 2014–18**



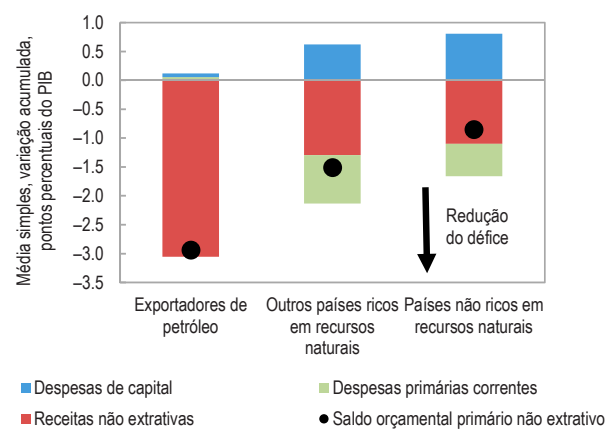
Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.  
Nota: Cada ponto representa um ano-país. Os números a negrito correspondem ao número de pontos de dados em cada quadrante.

matérias-primas em cerca de 1,5 e 1,0% pontos percentuais do PIB, respetivamente (Figura 1.25).

### **Avançar com a mobilização das receitas internas.**

As receitas na região aumentaram apenas 0,2% do PIB por ano, em média, desde 2016, embora os países disponham de espaço para mobilizar, em média, entre 3% e 5% do PIB em receitas (FMI 2018a). Vários países continuam a ter taxas de impostos baixas (Angola, Nigéria), bases tributárias estreitas (Etiópia, Nigéria, República do Congo, São Tomé e Príncipe) ou isenções abrangentes (Angola, Camarões, Chade, Côte d'Ivoire, Etiópia, Nigéria). Em alguns países, as reformas propostas não foram adotadas (Guiné Equatorial) ou plenamente implementadas (Gabão, Níger, Senegal, São Tomé e Príncipe). Em vários países, as capacidades da administração tributária continuam fracas e a governação inspira preocupação. Igualmente, o setor informal é grande em muitos países (incluindo Angola, Chade, Guiné, Nigéria, República Centro-Africana), o que resulta num baixo cumprimento tributário. Por último, condições de segurança complexas estão a prejudicar a cobrança de impostos em alguns países (Burkina Faso, Mali). A mobilização de mais receitas internas requer a melhoria da administração tributária (como a atribuição de números de identificação fiscal aos importadores comerciais, a melhoria dos registos prediais e o reforço das funções de auditoria tributária, da administração aduaneira e da gestão

**Figura 1.25. África Subariana: Variação do défice orçamental primário não extrativo, 2018 vs. 2023**



Fontes: FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.  
Nota: Nota: Exclui o Burundi, a Eritreia e o Sudão do Sul devido à indisponibilidade de dados.



do cumprimento de grandes contribuintes) e reformas para alargar as bases de receitas, incluindo através de menos isenções (FMI 2019a).

**Racionar subsídios ineficientes.** De acordo com os dados disponíveis, os subsídios e outras transferências do governo ascenderam, em média, a mais de 5% do PIB (ou 25% das despesas) em 2017 nos países da África Subsariana<sup>4</sup>. Os subsídios aos combustíveis tendem a ser mal direcionados, a fomentar o consumo excessivo, a restringir o investimento e a manutenção em setores relacionados, e a desencorajar despesas públicas mais produtivas. Alguns países necessitam de aproveitar a oportunidade propiciada pelos preços do petróleo baixos para reduzir os subsídios aos combustíveis para libertar espaço orçamental adicional (Camarões, Nigéria, Senegal), à semelhança do que foi realizado em Moçambique e no Sudão do Sul e está a ser seguido pelo Burkina Faso. Existe também alguma margem para reavaliar a forma de melhorar a eficácia de outros tipos de subsídios (por exemplo, programa de subsídios a insumos agrícolas no Malawi, FMI 2018b). A experiência internacional com a reforma dos subsídios (inclusive na África Subsariana) sugere que os seguintes elementos podem aumentar as oportunidades de sucesso: 1) um plano de reformas abrangente, 2) uma estratégia de comunicação de grande alcance, apoiada por melhorias da transparência, 3) aumentos bem faseados dos preços da energia, que podem ser sequenciados de forma diferente em função dos produtos energéticos, 4) melhoria da eficiência das empresas públicas (EP) para reduzir os subsídios aos produtores, 5) medidas orientadas para proteger os pobres e 6) reformas institucionais para despolitizar a definição dos preços da energia, como a introdução de mecanismos automáticos de fixação de preços (Clements et al. 2013).

**Melhorar a gestão das finanças públicas.** As deficiências na gestão das finanças públicas contribuíram para os atrasados de pagamentos internos em vários países, prejudicaram a eficiência do investimento público e da despesa social e aumentaram as vulnerabilidades dos balanços do setor público. Devem ser implementados mecanismos para fiscalizar os atrasados internos, acompanhados por ações específicas para os

regularizar e evitar a sua acumulação (Capítulo 3). As estratégias para a regularização dos atrasados devem ser consistentes com a manutenção da estabilidade macroeconómica, ancoradas no crescimento inclusivo e implementadas de forma transparente. O fortalecimento da política orçamental e das instituições e a criação de reservas limitariam a acumulação de atrasados. Vários países estão a implementar ações para melhorar a gestão das finanças públicas, ao reforçar os quadros de despesas a médio prazo (Angola, Botswana), adotar uma Conta Única do Tesouro (República do Congo, Côte d'Ivoire, Guiné, Serra Leoa, Tanzânia) e a orçamentação baseada no desempenho (Botswana) e aplicar controlos internos (Angola, Uganda). Além disso, os países estão a adotar medidas para melhorar a seleção de projetos de capital para reforçar a eficiência do investimento público e reduzir os potenciais riscos decorrentes das EP e das parceria público-privadas (Seicheles). Uma melhor governação poderá ajudar a aumentar a eficiência do investimento público (Caixa 1.1), com ganhos de crescimento significativos (FMI 2015a).

**Criar quadros de gestão da dívida fortes.** Vários países enfrentam maiores riscos cambiais e de refinanciamento; por isso, é fundamental melhorar os quadros de gestão da dívida e a transparência. Alguns países realizaram avanços usando recompras de dívida para aliviar os riscos de refinanciamento de curto prazo e reestruturar a dívida externa (Côte d'Ivoire, Gana), alinhar melhor a moeda de reembolso com os lucros em moeda estrangeira (Seicheles) e apoiar-se mais em emissões de Eurobonds em várias tranches.

**Desenvolver quadros orçamentais de médio prazo credíveis.** Isto requer regras orçamentais, apoiadas por sistemas de gestão das finanças públicas apropriados, uma maior utilização de instrumentos financeiros contingentes a cada Estado e, no caso dos exportadores de matérias-primas, um quadro institucional adequado para gerir os fluxos de entrada de receitas dos recursos naturais.

<sup>4</sup> Ver FMI (2018g, página 18).

### Melhorar a resiliência do setor externo.

**Fomentar a diversificação económica.** Os dados transnacionais sugerem que a estabilidade macroeconómica, um melhor acesso a crédito, boas infraestruturas, ambientes regulamentares conducentes e uma força de trabalho qualificada estão associados a uma maior diversificação económica, incluindo nas exportações, aumentando a resiliência da região aos choques dos preços das matérias-primas (FMI 2017a). As reformas do mercado de trabalho que alinham a produtividade e os salários dos trabalhadores e facilitam a realocação de recursos entre setores são também importantes para promover a diversificação. As políticas que apoiam setores orientados para as exportações podem ajudar a estimular o desenvolvimento de novas indústrias, desde que essas políticas sejam cuidadosamente implementadas.

**Promover a flexibilidade cambial.** Permitir uma maior flexibilidade cambial nos casos em que os desfasamentos dos balanços em moeda estrangeira não constituem uma preocupação promoveria o ajustamento aos choques dos preços das matérias-primas e o desenvolvimento de bens transacionáveis. Em países com regimes de câmbio fixos (incluindo a CEMAC e a UEMOA), essa flexibilidade derivaria sobretudo de ajustamentos de preços relativos e requereria, assim, reformas estruturais adicionais para aumentar a flexibilidade dos salários e dos preços. Nestes países, as políticas devem visar a criação de reservas cambiais adequadas e apoiar posições orçamentais consistentes com a paridade cambial.

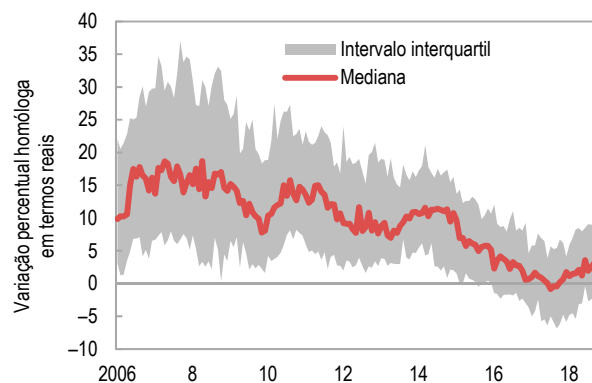
**Abordar os fluxos de capital.** Embora o alívio das condições financeiras mundiais e dos fluxos de entrada de capital associados nas economias de fronteira da região possam ajudar a financiar as necessidades de desenvolvimento, a natureza inconstante destes fluxos também cria desafios macroeconómicos significativos (FMI 2018c). No caso de grandes fluxos de entrada financeiros, as pressões de apreciação podem aumentar, dando origem ao risco de sobrevalorização e à formação de desequilíbrios financeiros. No caso de grandes fluxos de saída, as pressões de depreciação podem aumentar a inflação, restringir as condições financeiras internas e provocar uma contração

acentuada da atividade. Os países com fundamentos sólidos e grandes reservas estão melhor posicionados para conter esses riscos. Os países na região podem implementar políticas macroeconómicas e macroprudenciais compensatórias enquanto as reservas estiverem a ser reconstituídas. As intervenções cambiais devem ser reservadas para compensar condições de mercado temporariamente desordenadas, tendo em conta a necessidade de reconstituir margens de acumulação de reservas. A atração de fluxos de entrada de investimento direto estrangeiro (IDE) pode assegurar fontes de financiamento estáveis e de mais longo prazo para as necessidades de desenvolvimento consideráveis da região.

### Melhorar a eficácia da política monetária.

**Revitalizar o crescimento de crédito.** Em muitos países, as autoridades monetárias estão a tentar revitalizar o crescimento do crédito em desaceleração (Figura 1.26) com graus diferentes de sucesso. Alguns países tentaram reduzir o custo de crédito através de controlos da taxa de juro, mas isto conduziu a uma menor disponibilidade de crédito (Quénia). A Nigéria exigiu que os bancos cumprissem um rácio mínimo empréstimos/depósitos, o que pode enfraquecer significativamente os balanços dos bancos e diminuir o custo dos fundos (uma vez que os bancos podem oferecer taxas baixas para restringir os novos depósitos). O desenvolvimento de centrais de crédito ou de garantias, assim como a resolução dos empréstimos malparados e dos atrasados internos

Figura 1.26. África Subsariana: Crédito bancário ao setor privado, 2006–18



Fontes: Autoridades nacionais e FMI, *International Financial Statistics*.

pode aumentar as linhas de crédito (Libéria, Mali, Zimbábwe). Um setor financeiro mais eficiente pode mobilizar a poupança interna e canalizá-la para o investimento produtivo. A deslocação do investimento do setor público para o privado, em especial nos países não ricos em recursos, pode criar o espaço necessário para a expansão do crédito ao setor privado.

### Melhorar o mecanismo de transmissão

**monetária.** O mecanismo de transmissão entre a taxa de juro diretora e as condições de crédito permanece fraco em muitos países. A sua melhoria requer a eliminação do excesso de liquidez, o desenvolvimento de mercados interbancários mais profundos, mercados secundários funcionais e operações de recompra de títulos de dívida pública (CEMAC, UEMOA). Os países ou uniões monetárias que enfrentam excesso de liquidez (CEMAC, Namíbia) podem recorrer a operações de mercado aberto ou elevar os requisitos de reservas. Os países que operam no âmbito de quadros de política monetária baseados na taxa de juro devem continuar a orientar as taxas de mercado de curto prazo, usando corredores de taxas de juro ligadas à taxa de juro diretora (Malawi, Maurícias, Ruanda, Seicheles). A eficácia da política monetária pode também ser melhorada reduzindo a dominância orçamental, definindo um objetivo de inflação de médio prazo e assegurando a independência operacional do banco central (FMI 2015b). A melhoria adicional da eficácia da política monetária – incluindo através da melhoria da qualidade e atualidade da informação partilhada entre o governo e o banco central – ajudará a ancorar as expectativas de inflação e a gestão macroeconómica, tendo em conta, em especial, o espaço orçamental limitado na maioria dos países. Os passos recentes do Zimbábwe no sentido da normalização da política monetária (incluindo a limitação do défice orçamental e a liberalização do mercado cambial) reduziram o diferencial entre as taxas de câmbio oficial e do mercado paralelo até agosto de 2019.

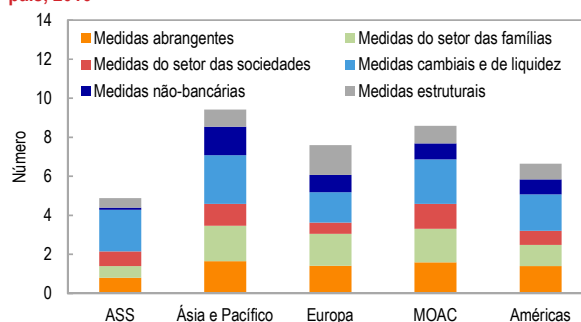
### Sanear os balanços do setor bancário.

**Reduzir o crédito malparado.** A redução do crédito malparado dos sistemas bancários poderá revitalizar o crédito e apoiar o crescimento. Com resultados variáveis, alguns países adotaram estratégias para limpar os balanços dos bancos,

como a imposição de requisitos de aceleração das amortizações (Comores, Maurícias, Serra Leoa, Tanzânia), transferência de créditos em incumprimento para empresas de gestão de ativos (Angola, Guiné-Bissau, Zimbábwe), regularização dos atrasados internos (Eswatini, Gabão), reestruturação ou resolução de bancos falidos (Côte d'Ivoire, Gana, Quênia), facilitação da execução hipotecária ou de acordos extrajudiciais com devedores (Camarões) e uma combinação destas medidas (Malawi, Mali, Togo).

**Melhorar a resiliência do setor bancário.** Isto requererá uma melhor utilização das políticas macroprudenciais e microprudenciais. Os 25 países inquiridos na região dispunham, em média, de apenas cinco medidas macroprudenciais no final de 2016 (Figura 1.27). As medidas macroprudenciais que têm sido mais utilizadas pelos países da África Subsariana incluem restrições às posições em moeda estrangeira dos bancos, requisitos de reservas e requisitos de fundos próprios. Desde 2017, mais países adotaram requisitos de fundos próprios superiores (Angola, Gana, Moçambique, Tanzânia) como um instrumento macroprudencial para salvaguardar a estabilidade financeira. Quando relevante, estas medidas podem ser usadas para evitar a acumulação de mais riscos. Reforçar os regulamentos relativos aos riscos de concentração, incluindo o requisito de utilizar ponderações realistas do risco de adequação de capital para empréstimos a EP, contribuiria também para melhorar a resiliência do setor bancário em alguns casos.

Figura 1.27. Número de medidas macroprudenciais disponíveis por país, 2016



Fonte: FMI (2018d).

Nota: Com base no inquérito do FMI aos países membros conduzido em 2017. De um total de 192 jurisdições, 141 responderam (incl. 25 países da África Subsariana). ASS = África Subsariana; MOAC = Médio Oriente e Ásia Central. As medidas estruturais incluem sobretaxas de capital para instituições de importância sistémica, limites ao tamanho das exposições entre as instituições financeiras, etc.

**Limitar a transmissão de riscos financeiros transfronteiras.** A expansão dos bancos pan-africanos contribuiu para melhorar a concorrência e apoiar a inclusão financeira (FMI 2016b). Espera-se que esta tendência prossiga, dado que a ZCLCA deverá liberalizar ainda mais o comércio de serviços financeiros transfronteiras (FMI 2019b). No entanto, a ausência de uma fiscalização adequada da supervisão transfronteiras numa base consolidada pode resultar em arbitragem regulamentar. Assim, as políticas devem centrar-se em: 1) melhorar a colaboração transfronteiras entre os supervisores nacionais e de acolhimento, 2) acelerar a harmonização de regulamentos e procedimentos de supervisão, incluindo o cumprimento das normas de Basileia<sup>5</sup>, e 3) estabelecer um mecanismo apropriado para a resolução de instituições financeiras transfronteiras não viáveis.

**Expandir as relações de correspondência bancária.** Alguns países continuam a enfrentar desafios para manter as relações de correspondência bancária. As reformas em curso para reforçar o quadro de estabilidade financeira e abordar os riscos relacionados ao combate ao branqueamento de capitais e de repressão ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) ajudarão a reduzir o risco de perdas adicionais de relações de correspondência bancária.

#### *Criar resiliência a desastres naturais.*

Uma abordagem abrangente à criação de resiliência consistiria na melhoria da resiliência estrutural, na criação de resiliência financeira e na realização de planeamento de contingência e investimentos relacionados (FMI 2019c).

Vários países estão a procurar **melhorar a resiliência estrutural** através de uma melhor infraestrutura e de outros investimentos. Alguns países introduziram novas variedades de culturas que são mais resistentes a secas e a stress hídrico ou recolhem água das chuvas a nível local (Burkina Faso). Outros estão a usar tecnologia móvel para

fornecer previsões sobre precipitação aos agricultores para que possam otimizar a plantação das culturas e adquirir seguros de colheitas (Etiópia, Quênia, Ruanda). Como parte do planeamento baseado no conhecimento dos riscos, São Tomé e Príncipe e a Zâmbia auxiliaram a sua população a abandonar as áreas propensas a inundações. O Quênia diversificou a sua geração de energia, afastando-se das centrais elétricas suscetíveis a secas e integrando opções como o gás natural e a energia geotérmica.

**Criar resiliência financeira** através de margens de manobra orçamental e usando instrumentos financeiros predefinidos para proteger a sustentabilidade orçamental e gerir os custos de recuperação é também essencial. Por exemplo, a África Subsariana dispõe de um fundo de seguros soberano regional designado African Risk Capacity (criado em 2013), que cobre secas e eventos climáticos extremos.

**O planeamento de contingência e investimentos relacionados** podem assegurar uma resposta rápida na sequência de um desastre. Aumentar o acesso das famílias e das empresas a financiamento e a seguros eficazes em termos de custos (para ajudar na transferência de risco) e melhorar as redes de segurança social (para ajudar na retenção de risco), incluindo através da melhoria do sistema público de saúde, também poderia ser útil.

Em última análise, a resiliência sustentada a choques climáticos requererá a coordenação internacional, considerando as externalidades associadas às emissões de carbono que estão a contribuir para o aumento das temperaturas mundiais. O financiamento reforçado e orientado de doadores e instituições financeiras internacionais ajudará a criar a resiliência dos países da África Subsariana.

#### **Elevar o crescimento a longo prazo**

Melhorar as perspetivas de crescimento da região no médio prazo requer reformas abrangentes para fomentar a produtividade e o investimento em capital físico e humano<sup>6</sup>. As medidas necessárias

<sup>5</sup> Cerca de 32% dos países da África Subsariana que responderam ao inquérito do BEI (2018) cumprem as normas do Basileia III, ao passo que 41% estão a trabalhar no sentido do seu cumprimento. Igualmente, 64% estão em conformidade com as normas do Basileia II, enquanto 36% estão a trabalhar no sentido do seu cumprimento. (Em 2016, somente 46% responderam que estavam a cumprir as normas do Basileia II.)

<sup>6</sup> Ver FMI (2019d).

para melhorar o crescimento no médio prazo, criar empregos e impulsionar o desenvolvimento da região variam de acordo com as situações individuais dos países. Os exemplos incluem a garantia de uma maior integração no comércio regional e mundial e nos mercados financeiros, a melhoria da competitividade e a maior inclusão.

### *Promover a integração regional e mundial.*

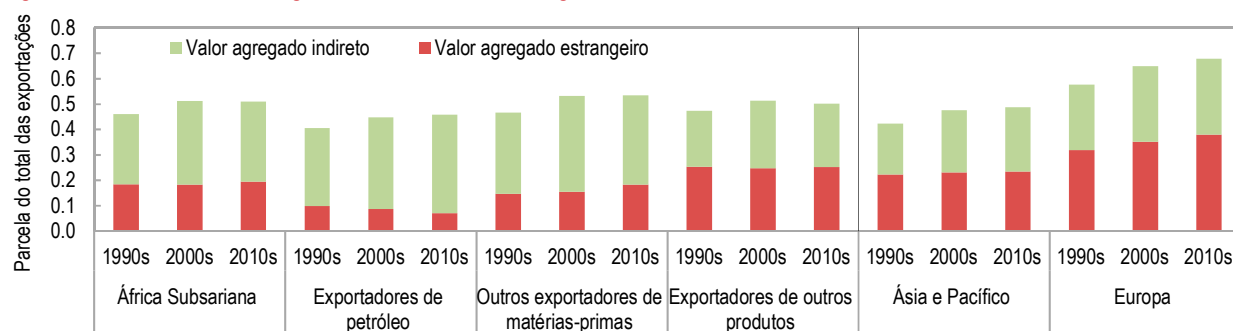
O desenvolvimento de cadeias de valor pode assegurar uma oportunidade para promover o processo de industrialização da região e impulsionar o crescimento. O rácio da África Subsariana de valor acrescentado estrangeiro<sup>7</sup> relativamente ao total de exportações é apenas de cerca de 20%, inferior à Europa e à Ásia, e está estagnado desde os anos de 1990 (Figura 1.28). As cadeias de valor podem expandir-se através de um comércio intrarregional mais profundo no contexto da ZCLCA<sup>8</sup>. Isto requererá a abordagem das barreiras tarifárias e não tarifárias, incluindo custos comerciais e logísticos (FMI 2019b). Como um passo nessa direção, os bancos centrais africanos estão a agir para ligar os principais sistemas de pagamentos transfronteiras, o que se espera que venha a facilitar os pagamentos intrarregionais. As reformas estruturais podem complementar o processo de integração regional, conforme sugerido pelas experiências de outros acordos de comércio regional (Caixa 1.2).

### *Promover a concorrência.*

Uma concorrência mais forte entre empresas melhoraria a produtividade, promoveria a competitividade das exportações e diminuiria os preços no consumidor. A concorrência entre empresas permanece baixa na África Subsariana comparativamente ao resto do mundo (Capítulo 2). Fomentar a concorrência na região requer uma estratégia de reforma holística que procure um quadro de política da concorrência eficaz, acompanhado de medidas para abrir os setores ao comércio e ao investimento direto estrangeiro, reduzir a burocracia e criar condições equitativas entre empresas. A competitividade será, em geral, apoiada por instituições sólidas, incluindo uma aplicação firme dos contratos e do estado de direito.

Os países também necessitam de aproveitar a Quarta Revolução Industrial para sustentar a competitividade e tirar partido dos avanços tecnológicos para impulsionar o crescimento e colmatar o défice de infraestruturas (FMI 2018e). As estratégias de desenvolvimento necessitam de: 1) criar infraestrutura digital (dado que a região tem a penetração de internet mais baixa no mundo), 2) assegurar sistemas de educação que satisfaçam os requisitos de competências em constante evolução, assegurando simultaneamente a formação contínua e 3) promover uma urbanização inteligente (para construir um polo de inovação).

**Figura 1.28. África Subsariana e regiões selecionadas: Comércio ligado às cadeias de valor, 1990s–2010s**



Fontes: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento; base de dados EORA sobre cadeias de valor mundiais; e cálculos do corpo técnico do FMI.

<sup>7</sup> “Valor acrescentado estrangeiro” refere-se aos insumos importados usados por um país para produzir as suas exportações; e “valor acrescentado indireto” refere-se ao valor acrescentado de um país relativamente a insumos intermédios que são exportados e usados por outros países para serem reexportados.

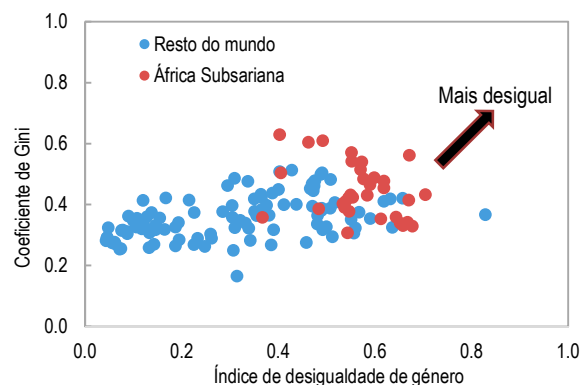
<sup>8</sup> O FMI (2015d) documenta que, na amostra mundial, a integração de um país nas cadeias de valor mundiais é determinada pelas tarifas, o índice do estado de direito e o crédito interno ao setor privado. O FMI (2015d) também identifica as tarifas elevadas, a ausência de infraestrutura, uma governação e um ambiente de negócios desfavoráveis e um baixo acesso a crédito como entraves ao comércio na África Subsariana.

### Assegurar a inclusividade.

Os países têm de assegurar uma partilha mais equitativa dos benefícios do crescimento e de uma maior prosperidade, incluindo a igualdade de oportunidades de emprego e de educação, e um melhor acesso e disponibilidade dos cuidados de saúde e de serviços financeiros.

- A política orçamental deve centrar-se no sentido de uma tributação mais progressiva para financiar o acesso alargado a educação e serviços de saúde de alta qualidade, substituindo as despesas regressivas, como subsídios ao combustível, por redes de segurança social mais eficazes e bem orientadas (FMI 2017b).
- A promoção da igualdade de género alargará os ganhos do crescimento. A desigualdade de género na região permanece das mais elevadas no mundo (Figura 1.29). Um acesso crescente a serviços de saúde e educação e a promoção da inclusão financeira – em especial nas áreas e às populações rurais e carenciadas – pode fomentar a participação das mulheres no mercado de trabalho, em particular em atividades económicas de maior valor acrescentado.
- Melhorar os resultados do mercado de trabalho para os jovens é fundamental, em especial tendo em conta o grande dividendo demográfico da região (FMI 2015c). Isto requer a promoção da educação e da formação e o avanço das reformas estruturais para impulsionar o crescimento (discutido acima) (Ahn et al. 2019).
- O aprofundamento do acesso financeiro requererá o apoio da inovação financeira, salvaguardando a estabilidade financeira através de uma melhor proteção do consumidor e da cibersegurança. Tal alargaria a liderança mundial da África Subsariana no domínio das contas de dinheiro móvel *per capita*, operadores de dinheiro móvel e volume de transações de dinheiro móvel (Sy et al. 2019).

Figura 1.29. Índice de desigualdade de género e coeficiente de Gini, média 2010–17



Fontes: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Relatório de Desenvolvimento Humano; e cálculos do corpo técnico do FMI.

### Caixa 1.1. Melhorar a Governação na África Subsariana

A boa governação pode melhorar o crescimento global e o desempenho económico. Embora a melhoria da governação demore tempo, existem já vários instrumentos implementados que os governos podem aplicar no curto prazo.

Poderão ser alcançados ganhos substanciais se os governos cumprirem, com sucesso, o seu compromisso de melhorar a governação. Aproximar as classificações médias de governação da África Subsariana das médias do resto do mundo poderia impulsionar o crescimento da região em cerca de 1% do PIB (Hammadi et al. 2019). Os indicadores de governação da África Subsariana estão atrasados relativamente a outras regiões, incluindo os perçecionados como tendo uma governação fraca (Figura 1.1.1).

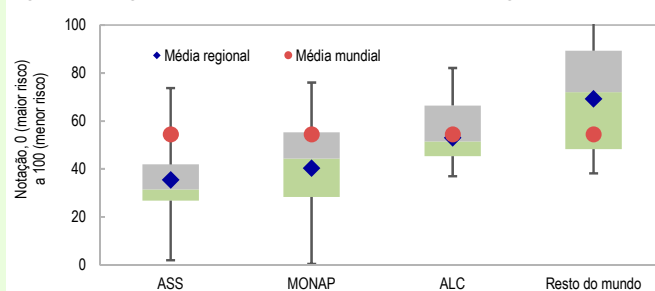
A corrupção elevada está associada a custos elevados. Exemplos incluem uma elevada evasão fiscal e baixas receitas fiscais, um deslocamento na composição da despesa pública e sua menor eficiência, custos de adjudicação de contratos públicos superiores, maior financiamento do banco central e uma estabilidade financeira mais fraca, que podem ser decorrentes de uma ausência de confiança nas instituições públicas, da procura de rendas económicas, de práticas de concessão de crédito deficientes e de uma supervisão financeira fraca (FMI 2018f).

Com um maior acesso a informação atempada através da divulgação pública e das plataformas digitais, verifica-se uma exigência de responsabilização e de transparência por parte dos cidadãos. Cresce também o reconhecimento de que uma governação fraca e a corrupção prejudicam o crescimento e o desenvolvimento de várias formas.

Não obstante o compromisso político, a melhoria da governação é difícil uma vez que os beneficiários lutarão para manter o status quo. Trata-se também de um processo complexo devido às várias dimensões da governação, e cada uma delas requer uma abordagem específica. Embora cada país tenha a sua forma específica de tratar a melhoria da governação, existem princípios de governação básicos que se aplicam a todos os países – nomeadamente a melhoria da qualidade regulamentar, a maior eficácia do governo e o reforço das instituições orçamentais e anticorrupção.

São possíveis ganhos significativos no curto prazo. Por exemplo, um primeiro passo poderia ser a observância das leis e regulamentos de gestão financeira pública existentes, o que ajudaria a melhorar o processo orçamental colmatando as lacunas que conduzem a custos de adjudicação de contratos públicos inflacionados e a um investimento público ineficiente. Mecanismos de controlo mais rigoroso das empresas públicas podem melhorar o desempenho económico e operacional das EP, contendo os riscos orçamentais. A salvaguarda da independência dos bancos centrais permitir-lhe-á supervisionar melhor o sistema financeiro. Além disso, fortalecer o quadro de combate ao branqueamento de capitais e de repressão ao financiamento do terrorismo (CBC/FT) implementando medidas relacionadas com a diligência devida aos clientes, a propriedade efetiva, declarações de ativos e pessoas politicamente expostas permitirá rastrear melhor as transações ilícitas e a recuperação de ativos.

Figura 1.1.1. Regiões selecionadas: Distribuição das notações de governação, 2014–18



Fonte: *International Country Risk Guide*.

Nota: As áreas a cinza e a verde são os quartis intermédios. ALC = América Latina e Caraíbas; ASS = África Subsariana; MONAP = Médio Oriente, Norte de África, Afeganistão e Paquistão.

Esta caixa foi preparada por Vimal Thakoor.

## Caixa 1.2. Lições retiradas de Outros Acordos de Comércio Regional para o Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA)

As lições de outros acordos de comércio regional sugerem que uma ZCLCA bem-sucedida requer que os signatários adotem um conjunto complementar de reformas, assegurando que a ZCLCA é plenamente implementada e apoia uma estratégia de crescimento orientada para o exterior.

Os acordos de comércio regional tornaram-se numa característica importante da arquitetura do comércio internacional. Em 2018, existiam mais de 400 acordos de comércio regional registados na Organização Mundial do Comércio (OMC) (Tabela 1.3.1). Estes acordos variam em dimensão, composição, cobertura e registo de implementação. A ZCLCA é o maior acordo de comércio regional do mundo, medido em termos de membros e de população. Este acordo visa, entre outros objetivos, criar um mercado único de bens e serviços e facilitar a circulação de pessoas. O acordo também contempla reformas da política da concorrência, investimento e direitos de propriedade.

Os acordos de comércio regional geraram, em grande medida, efeitos macroeconómicos positivos nos seus membros, ao:

- Criar comércio, com um desvio mínimo do comércio (Freund e Ornelas 2010, Vicard 2011). Também propiciaram a participação no comércio das cadeias de valor mundiais. Em geral, os estudos concluíram que existe uma criação significativa de comércio no Acordo de Comércio Livre da América do Norte (NAFTA) e na Zona de Comércio Livre da ASEAN (AFTA), mas algum desvio de comércio no Mercosul.<sup>1</sup>
- Melhorar o crescimento, devido a efeitos de escala de um maior mercado interno e de difusão tecnológica (Berthelon 2004, e Schiff e Wang 2003). Os membros num acordo de comércio regional podem também reduzir a volatilidade do crescimento devido a uma maior dimensão do mercado, a um quadro de política mais claro e a mecanismos para a resolução de litígios (Kpodar e Imam 2017).

Tabela 1.2.1. Mundo: Características selecionadas dos principais acordos regionais de comércio, 2019

	Comércio regional/total (%)	Parcela do comércio mundial (%)	População (milhões)	PIB (mil milhões de USD)	Exportações e importações/PIB (%)	Número de membros	Nível de rendimento	Tipo	Data de entrada em vigor	Cobertura	Estado da implementação
UE	63.8	33.1	510	18,750	88.8	28	EA (23); EME (5)	Mercado comum	1993	BS, FC, PI, RO, RL, M, T, BNT	Concluída
NAFTA	40.5	15.6	489	23,429	33.3	3	EA (2); EME (1)	Zona de comércio livre	1994	BS, FC, PI, RO, RL, M, T, BNT	Concluída
AFTA	23.1	7.3	647	2,923	120.2	10	EA (1); EME (5); PDBR (4)	Zona de comércio livre	1993	B, PI, FC, RL, RO, M, T	Parcial
COMESA	7.3	0.8	546	7,646	4.7	21	EME (6); PDBR (15)	União aduaneira	1994	BS, RO, T, BNT, FC, PC, RL, PI, M	Parcial
Mercosul	13.7	1.5	263	2,488	30.0	4	EME (4)	União aduaneira	1991	BS, T, PI, RL, RO, BNT, PC, M, FC	Parcial
<i>Memorando:</i> ZCLCA	16.4	2.7	1,239	2,323	54.8	54	EME (15); PDBR (39)	União aduaneira	2019	BS, FC, PI, RO, RL, M, T, BNT	Incipiente

Fontes: FMI, *Direction of Trade Statistics*; FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Notas: B = bens; BNT = barreiras não-tarifárias; BS = bens e serviços; EA = economias avançadas; EME = economias de mercados emergentes; FC = facilitação do comércio; M = mecanismo de monitorização e implementação; PC = políticas de concorrência; PI = propriedade intelectual; PDBR = países em desenvolvimento de baixo rendimento; RL = resolução de litígios; RO = regras de origem; T = tarifas.

Esta caixa foi preparada por Garth Peron Nicholls, Malika Pant, Hector Perez-Saiz e José Nicolás Rosas García.

<sup>1</sup> Ver Chang e Winters (2002), Trefler (2004), Egger (2004), Romalis (2007) e Acharya et al. (2011).



Caixa 1.2, *conclusão*

- Aumentar o investimento direto estrangeiro (IDE), através do mercado interno alargado, assim como de disposições de integração mais aprofundadas (incluindo as que abrangem o investimento, direitos de propriedade intelectual, normas e política da concorrência), que diminuem os riscos políticos e melhoram o ambiente de negócios.<sup>2</sup>

Alguns acordos de comércio regional que abrangem várias partes da África Subsariana há décadas tiveram resultados limitados. O sucesso da ZCLCA na criação de comércio, melhoria do crescimento e aumento do IDE deverá articular-se com uma alteração fundamental de atitude à integração regional em três áreas: 1) o desenho do acordo, 2) a implementação do acordo, e 3) a articulação de uma agenda de reformas abrangente que acompanhe o acordo.

- Desenho do acordo
  - A criação da ZCLCA deve ser complementada por uma redução gradual das tarifas da nação mais favorecida.<sup>3</sup> Desta forma, a ZCLCA expandirá o comércio mundial dos países africanos, em especial, com economias tecnologicamente mais avançadas. Na ZCLCA, um dos principais desafios é coordenar e acordar um nível razoável de tarifas externas comuns (TEC) para países em diferentes fases de desenvolvimento num acordo sem um mecanismo de compensação. Conforme demonstrado pelos casos da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da Comunidade da África Oriental (CAO), seria importante definir as TEC num nível que não aumentasse o custo de vida, em particular, das famílias de baixos rendimentos (BAfD 2019, página 80).
  - Para maximizar os potenciais ganhos, as regras de origem devem ser não restritivas e evitar ir para além de prevenir a deflexão do comércio ou o transbordo de bens de países fora do acordo. Isto minimizaria os custos com burocracia e facilitaria a implementação. Existem evidências de que regras de origem complexas e rigorosas em alguns acordos de comércio regional desencorajaram os fluxos comerciais. As regras de origem muito detalhadas e complexas adotadas pela NAFTA são consideradas como tendo aumentado substancialmente o nível de proteção enfrentado pelos não membros, violado o artigo XXIV das regras GATT e contribuído para o desvio do comércio (Conconi et al. 2016). De acordo com o BAfD (2019, página 113), os países de baixos rendimentos estariam em desvantagem, uma vez que teriam de obter os insumos de membros com custos mais elevados se a ZCLCA adotasse regras de origem restritivas específicas dos produtos (isto favorece os setores de capital intensivo a montante).
- Implementação do acordo: A ausência de mecanismos de fiscalização e implementação eficazes tem constituído uma das principais razões para o desempenho inferior de alguns acordos de comércio regional anteriores em África e noutras regiões. Será fundamental que as instituições da ZCLCA sejam reforçadas e disponham da autoridade para criar um mecanismo de fiscalização. Esse mecanismo atuaria como instrumento disciplinar para identificar os países mais atrasados, conforme observado durante a implementação da UE e da CAO.
- Articulação de uma agenda de reformas abrangente que acompanhe o acordo: Os países membros devem centrar-se na manutenção da estabilidade macroeconómica, no fomento dos ambientes de negócios onde o setor privado possa prosperar, na abordagem das distorções do mercado de trabalho, na melhoria da proteção social e no aumento da mobilização da receita interna. A nível regional, os esforços devem visar a ampliação dos investimentos em infraestruturas continentais e a criação de uma comissão da concorrência regional.

<sup>2</sup> Ver Lim et al. (2001), Lederman et al. (2005) e Medvedev (2012).

<sup>3</sup> Os acordos de comércio regional representam um desvio em relação ao princípio de não discriminação subjacente ao sistema de comércio multilateral e podem ter efeitos positivos e negativos.

## REFERÊNCIAS

- Acharya, R., J. A. Crawford, M. Maliszewska e C. Renard. 2011. “Landscape”. Capítulo 2 in *Preferential Trade Agreement Policies for Development: A Handbook*, org. por J. Chauffour e J. Maur, Banco Mundial, Washington, DC.
- Ahn, J., Z. An, J. Bluedorn, G. Ciminelli, Z. Kóczán, D. Malacrino, D. Muhaj e P. Neidlinger. 2019. “Work in Progress: Improving Youth Labor Market Outcomes in Emerging Market and Developing Economies”. IMF Staff Discussion Note 19/02, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Banco Africano de Desenvolvimento. 2019. *African Economic Outlook 2019*, Abidjan.
- Banco Europeu de Investimento. 2018. *Banking in Africa: Delivering on Financial Inclusion, Supporting Financial Stability*, Luxemburgo.
- Berthelon, M. 2004. “Growth Effects of Regional Integration Agreements”. Working Paper No. 278. Banco Central do Chile.
- Chang, W. e L.A. Winters. 2002. “How Regional Blocs Affect Excluded Countries: The Price Effects of Mercosur”. *American Economic Review*. 92 (4): 889-904.
- Clements, B., D. Coady, S. Fabrizio, S. Gupta, T. Alleyne e C. Sdravovich. 2013. “Reforming Energy Subsidies: Lessons from Experience”. Capítulo 4 in *Energy Subsidy Reform: Lessons and Implications*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Conconi, P., M. García Santana, L. Puccio e R. Venturini. 2016a. “The Perverse Effect of Preferential Rules of Origins”. Vox CEPR Policy Portal, 16 de março.
- David, S. 2016. “An Index of Global Economic Policy Uncertainty”. *Macroeconomic Review*. Outubro.
- Estevadeordal, A. e K. Suomien. 2006. “Mapping and Measuring Rules of Origin around the World”. Capítulo 3 in *The Origin of Goods: Rules of Origin in Regional Trade Agreements*, org. por O. Cadot, A. Estevadeordal, A. Suwa-Eisenmann e T. Verdier, Oxford University Press, Oxford.
- Freund, C. e E. Ornelas. 2010a. “Regional Trade Agreements: Blessing or Burden?” Vox CEPR Policy Portal, 2 de junho.
- . 2010b. “Regional Trade Agreements”. Policy Research Working Paper 5314. Banco Mundial, Washington, DC.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2015a. “Making Public Investment More Efficient”. Policy Papers, Washington, DC.
- . 2015b. “Evolving Monetary Policy Frameworks in Low-Income and Other Developing Countries”. Policy Papers, Washington, DC.
- . 2015c. “How Can Sub-Saharan Africa Harness the Demographic Dividend?” Capítulo 2 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Abril.
- . 2015d. “Global Value Chains: Where Are You? The Missing Link in Sub-Saharan Africa’s Trade Integration”. Capítulo 3 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Abril.
- . 2016a. “Enhancing Resilience to Natural Disasters in Sub-Saharan Africa”. Capítulo 3 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Outubro.
- . 2016b. “Financial Development and Sustainable Growth”. Capítulo 3 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Abril.
- . 2017a. “Economic Diversification in Sub-Saharan Africa”. Capítulo 3 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Outubro.
- . 2017b. “Tackling Inequality”. Capítulo 1 in *Fiscal Monitor*, Washington, DC, Outubro.
- . 2018a. “Domestic Revenue Mobilization in Sub-Saharan Africa: What Are the Possibilities?” Capítulo 2 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Maio.
- . 2018b. “Malawi—2018 Article IV Consultation and Request for a Three-Year Arrangement Under The Extended Credit Facility”. Country Report 18/115, Washington, DC.
- . 2018c. “Capital Flows to Sub-Saharan Africa: Causes and Consequences”. Capítulo 2 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Outubro.
- . 2018d. “The IMF’s Annual Macroeconomic Policy Survey— Objectives, Design, and Country Responses”. Policy Papers, Washington, DC.
- . 2018e. “The Future of Work in Sub-Saharan Africa”. Capítulo 3 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Setembro.
- . 2018f. “Review of 1997 Guidance Note on Governance - A Proposed Framework for Enhanced Fund Engagement”. Policy Papers, Washington, DC.
- . 2018g. “Recovery and Risking Risks”. Capítulo 1 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Outubro.
- . 2019a. “Macroeconomic Developments and Prospects in Low-Income Developing Countries—2019”. Policy Papers, Washington, DC.

- . 2019b. “Is the African Continental Free Trade Area a Game Changer for the Continent?” Capítulo 3 in *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa*, Washington, DC, Abril.
- . 2019c. “Building Resilience in Developing Countries Vulnerable to Large Natural Disasters”. Policy Papers, Washington, DC.
- . 2019d. “Reigniting Growth in Emerging Market and Low-Income Economies: What Role for Structural Reforms?” Capítulo 3 in *World Economic Outlook*, Washington, DC, Outubro.
- Gaspar, V., D. Amaglobeli, M. Garcia-Escribano, D. Prady e M. Soto. 2019. “Fiscal Policy and Development: Human, Social, and Physical Investment for the SDGs”. IMF Staff Discussion Note 19/03, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Hammadi, A., M. Mills, N. Sobrinho, V. Thakoor e R. Velloso. 2019. “A Governance Dividend for Sub-Saharan Africa?” IMF Working Paper 19/1, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Kpodar, K e P. Imam. 2017. “Regional Trade Agreement and Growth Volatility”. Vox, CEPR Policy Portal.
- Lederman, D., W. Maloney e L. Serven. 2005. “Lessons from NAFTA for Latin America and Caribbean countries: A summary of research findings”. Banco Mundial, Washington, DC.
- Lim, E. G. 2001. “Determinants of, and the relation between, foreign direct investment and growth: A summary of the recent literature”. IMF Working paper 01/175, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Medvedev, D. 2012. “Beyond Trade: The Impact of Preferential Trade Agreements on FDI Inflows”. *World Development*. 40(1): 49-61.
- Romalis, J. 2007. “NAFTA’s and CUSFTA’s Impact on International Trade”. *Review of Economics and Statistics*. 89(3): 416-435.
- Schiff, M. e Y. Wang. 2003. “Regional Integration and Technology Diffusion. The Case of the North American Free Trade Agreement”. Policy Research Working Paper 3132, Banco Mundial, Washington, DC.
- Sy, A., R. Maino, A. Massara, H. Perez-Saiz e P. Sharma. 2019. “FinTech in Sub-Saharan African Countries: A Game Changer?” Departmental Paper 19/04, Departamento de África, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Trefler, D. 2004. “The Long and Short of the Canada-U.S. Free Trade Agreement”. *American Economic Review*. 94(4): 870-895.
- Vicard, V. 2011. “Determinants of Successful Regional Trade Agreements”. *Economic Letters*. 111: 188-190.

## 2. Concorrência, Competitividade e Crescimento na África Subsariana

A concorrência entre empresas é, em geral, considerada como um impulsionador essencial das economias de mercado. Assegura uma alocação eficiente de recursos, uma vez que os fatores são alocados à sua melhor utilização alternativa, e gera dinâmicas firmes que impulsionam a inovação, o crescimento da produtividade e a competitividade externa – o que se traduz em ganhos macroeconómicos<sup>1</sup>. Além disso, ao limitar a prática de preços desleais, a discriminação de preços e a procura de renda, a concorrência é vista como tendo implicações significativas para o bem-estar, a criação de emprego e a distribuição.

Os benefícios esperados da concorrência são, contudo, mais prováveis de se materializarem na ausência de distorções de mercado. Quando estas existem – seja em economias avançadas ou em países de baixos rendimentos – é comum defender que a concorrência, em especial de operadores estrangeiros, pode ser nociva para a indústria nacional e criar empresas dominantes que acabam por asfixiar a concorrência e prejudicar o bem-estar dos consumidores. Estas preocupações conduzem, em geral, a barreiras comerciais e a outros obstáculos regulamentares que restringem a entrada de empresas privadas nos mercados nacionais. No entanto, muitos destes receios podem ser mitigados através da implementação de um quadro de política apropriado que inclua a abertura do mercado, em conjunto com uma lei da concorrência e uma autoridade de fiscalização fortes. Em geral, os dados mostram que a concorrência e um quadro de política concorrencial bem concebido podem ajudar a melhorar o bem-estar e outros resultados macroeconómicos (Dutz e Hayri 1999; CNUCED 2004; Aghion e Griffith 2005; OCDE 2014).

Apesar das vantagens da concorrência, os mercados caracterizam-se frequentemente por práticas e estruturas anticoncorrenciais, sobretudo nos países em desenvolvimento. A África Subsariana não é exceção – monopólios, em especial públicos, são largamente predominantes, e operadores individuais detêm grandes quotas de mercado em setores-chave em muitos países. A ausência de concorrência tem potenciais custos significativos, prejudicando os pobres através de preços mais elevados de bens comuns e minando a competitividade externa e o crescimento económico<sup>2</sup>. Embora a questão da diminuição da concorrência e do aumento do poder de mercado tenha recebido muita atenção nos últimos anos no contexto das economias de mercado avançadas e emergentes (Autor et al. 2017; De Loecker e Eeckhout 2018; De Loecker et al. 2018; FMI 2019a), falta ainda uma análise sistemática da África Subsariana.

Nesse contexto, este capítulo visa alargar a compreensão sobre o estado da concorrência no mercado dos produtos na África Subsariana compilando dados ao nível dos países e das empresas de diversas fontes para explorar as seguintes perguntas fundamentais:

- Como é que a concorrência no mercado dos produtos evoluiu na África Subsariana ao longo dos anos e como se compara com outras regiões?
- Quais são as implicações macroeconómicas da concorrência para a competitividade externa, o crescimento económico e o bem-estar dos consumidores?

---

Este capítulo foi preparado por uma equipa liderada por Jesus Gonzalez-Garcia e contou com Reda Cherif, Sandesh Dhungana, Xiangming Fang, Miguel Pereira Mendes, Yuanchen Yang, Mustafa Yenice e Jung Eun Yoon, sob a supervisão de Mahvash Qureshi e de David Robinson.

<sup>1</sup> Os ganhos de eficiência dinâmicos decorrentes da concorrência baseiam-se na hipótese de “destruição criativa” schumpeteriana, que advoga que a concorrência fomenta a inovação e a mudança constante, o que leva as empresas menos produtivas a saírem do mercado e as empresas mais produtivas a sobreviverem (Schumpeter 1942). Todavia, para aproveitar os benefícios dinâmicos da concorrência, as empresas têm de ser capazes de entrar, evoluir e sair com facilidade.

<sup>2</sup> O Banco Mundial (2016), por exemplo, estima que os preços de retalho de bens alimentares essenciais sejam, pelo menos, 24% superiores nas cidades africanas do que em outras grandes cidades do mundo, ao passo que os preços do cimento são, em média, cerca de 183% superiores do que os preços mundiais.

- Como é que a concorrência afeta o comportamento e o desempenho das empresas de modo a influenciar os resultados macroeconómicos?
- Que papel desempenha a política macroeconómica, incluindo a política concorrencial, na promoção da concorrência na região?

A análise, com base numa amostra de 39 países da África Subsariana no período 2000–17, mostra que a concorrência na região permanece, em geral, relativamente baixa face ao resto do mundo. Mais especificamente, os indicadores ao nível dos países demonstram que, em média, a África Subsariana está muito aquém das economias de mercado avançadas e emergentes em termos de concorrência interna e externa, embora esteja ao mesmo nível de outros países em desenvolvimento. Mais de 70% dos países na região situam-se, globalmente, na metade inferior dos países em termos de indicadores de concorrência interna e externa. O baixo nível de concorrência interna está relacionado com o domínio do mercado por algumas grandes empresas, a ausência ou a aplicação deficiente de políticas concorrenciais, barreiras estruturais e regulamentares à entrada e efeitos de distorção dos regimes fiscais. A competitividade externa é dificultada sobretudo por barreiras comerciais elevadas, que também podem afetar indiretamente a concorrência interna restringindo o acesso a produtos intermédios.

Os indicadores da concorrência ao nível das empresas – como margens comerciais e rentabilidade – fornecem perspetivas mais aprofundadas sobre as estruturas de mercado setoriais e sugerem que as margens comerciais e a rentabilidade são, em geral, significativamente superiores e mais persistentes nos países da África Subsariana por comparação com outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento<sup>3</sup>. A rentabilidade e as margens comerciais na região variam consideravelmente

entre setores e grupos de países, mas tendem a ser superiores nos setores de serviços (como hotéis e restaurantes, informação e comunicação, transportes, etc.), e entre exportadores de petróleo face a outros grupos de países. Em geral, existe uma forte associação entre o número de concorrentes que uma empresa enfrenta e a sua margem comercial e rentabilidade, o que sugere que reduzir as barreiras à entrada das empresas pode desempenhar um papel importante no fomento da concorrência e na melhoria da dinâmica de mercado.

A análise empírica mostra que a África Subsariana tem muito a ganhar com a promoção da concorrência. A passagem do valor da mediana do índice de intensidade da concorrência dos países da África Subsariana para o quartil superior da distribuição mundial está associada a um aumento médio da taxa de crescimento do PIB real *per capita* de cerca de 1 ponto percentual (p.p.), alcançado sobretudo através de uma melhoria da competitividade das exportações e do crescimento da produtividade. Igualmente, uma comparação internacional dos níveis de preços sugere que os preços, incluindo de bens essenciais, são, em média, cerca de 20% mais elevados nos países da África Subsariana do que em outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento. Uma maior concorrência pode ajudar a diminuir significativamente os preços no consumidor e dos bens intermédios, melhorando assim o bem-estar e a competitividade.

A análise ao nível das empresas mostra que o comportamento das empresas responde à estrutura de mercado, gerando os padrões macroeconómicos observados. Mais especificamente, uma diminuição das margens comerciais das empresas está associada de forma significativa a um aumento do investimento e das exportações, do crescimento da produtividade e da quota do produto do trabalho. O efeito das margens comerciais é mais acentuado no setor da indústria transformadora face ao dos serviços, e mais forte no caso das

<sup>3</sup> Embora a literatura utilize diversas variáveis, nomeadamente quotas de mercado, para representar o estado da concorrência, este capítulo recorre às medidas de rentabilidade e de margem comercial tendo em conta a disponibilidade limitada de dados ao nível das empresas nos países da África Subsariana, o que dificulta o cálculo preciso das quotas de mercado (ver Anexo Online para mais pormenores sobre os dados). Em princípio, as diferenças na rentabilidade e na margem comercial – que, em termos gerais, captam a divergência entre o preço do produto e o custo de produção – podem refletir as diferenças no retorno do capital e na produtividade; contudo, a análise empírica tenta controlar o efeito destes fatores. Além disso, o capítulo analisa a persistência dos lucros e das margens comerciais, uma vez que nos mercados competitivos o processo de entrada e saída das empresas deve implicar um comportamento de reversão à média destas variáveis.

empresas nacionais por comparação com a maioria de empresas detidas por capitais estrangeiros.

As conclusões reforçam os potenciais benefícios do aumento da concorrência no mercado dos produtos na África Subsariana. Uma vez que diversos fatores afetam a concorrência, uma abordagem holística é essencial. Tal abordagem deve abranger um quadro de política concorrencial eficaz, incluindo uma lei da concorrência adequada e uma autoridade de fiscalização independente, a abertura ao comércio e ao investimento direto estrangeiro e reformas do mercado dos produtos que reduzam as barreiras à entrada e saída das empresas. De facto, estas políticas tendem a reforçar-se mutuamente – a liberalização do comércio e do investimento, por exemplo, estimula a concorrência, mas é necessário um quadro de política concorrencial eficaz para assegurar que os ganhos decorrentes da abertura se concretizam e que os mercados não são dominados por algumas grandes empresas com práticas comerciais desleais. As políticas fiscais e os sistemas fiscais e de atribuição de contratos públicos também devem ser cuidadosamente concebidas para não distorcer a concorrência. Acresce que as crescentes interligações de comércio e investimento regionais requerem o reforço da cooperação entre autoridades da concorrência para abordar com eficácia quaisquer práticas anticoncorrenciais de grandes empresas suprarregionais.

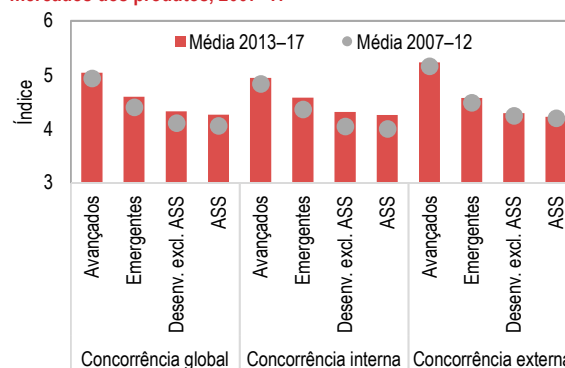
## CONCORRÊNCIA DO MERCADO DOS PRODUTOS: ALGUNS FACTOS ESTILIZADOS

A concorrência do mercado dos produtos na África Subsariana permanece baixa por comparação com o resto do mundo. De acordo com o indicador de concorrência do mercado dos produtos do Fórum Económico Mundial, a concorrência global na região é, em média, significativamente inferior à das economias de mercados avançados e emergentes, mas relativamente semelhante à de outros países em desenvolvimento (Figura 2.1).

Mais de 40% dos países na África Subsariana situam-se no quartil inferior da distribuição mundial do índice da concorrência, ao passo que mais de 70% se situam abaixo da mediana mundial (Figura 2.1 do Anexo). Estes padrões também são observados em outros indicadores da concorrência disponíveis ao nível dos países, como o Índice de Transformação da Bertelsmann Stiftung, que mostra uma diferença considerável entre a África Subsariana e outros países em termos de concorrência de mercado (Figura 2.2 do Anexo)<sup>4</sup>.

O baixo nível de concorrência na maioria dos países da África Subsariana pode ser atribuído à reduzida concorrência interna e externa<sup>5</sup>. O ambiente de concorrência interna fraco deriva sobretudo do domínio do mercado por parte de algumas empresas, da ausência de políticas concorrenciais eficazes, de barreiras estruturais e regulamentares à entrada e dos efeitos de distorção dos regimes fiscais existentes (Figura 2.3 do Anexo). A baixa competitividade externa deve-se, em grande medida, às barreiras comerciais, que diminuíram significativamente nas duas últimas décadas mas permanecem relativamente elevadas (Figura 2.4 do Anexo). As barreiras comerciais – tarifárias e não tarifárias – tendem a limitar a concorrência direta de bens estrangeiros, mas podem afetar indiretamente a concorrência interna restringindo a disponibilidade de insumos (ou tornando-os mais caros).

Figura 2.1. Grupos selecionados de países: Concorrência nos mercados dos produtos, 2007–17

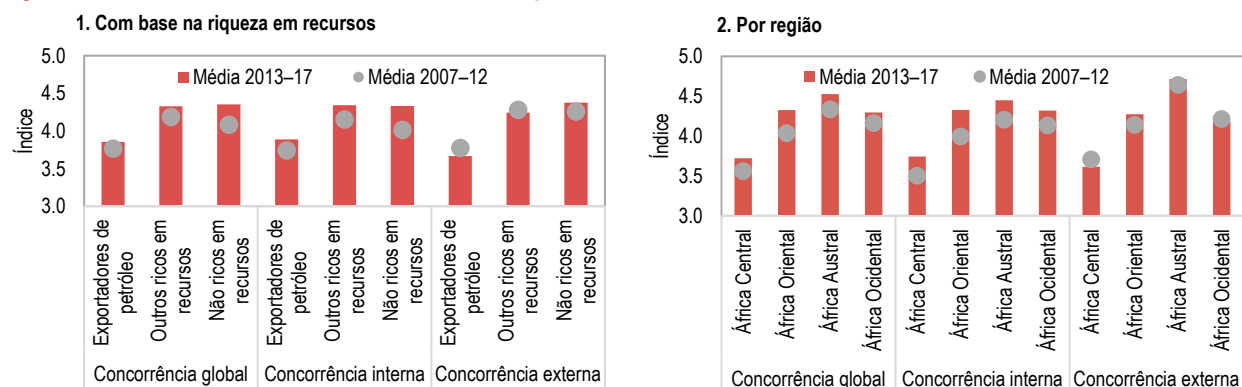


Fonte: Fórum Económico Mundial, Índice de Competitividade Global.

Nota: O índice varia de 1 a 7; quanto maior o valor, maior a concorrência. ASS = África Subsariana; DES = Países em desenvolvimento.

<sup>4</sup> O indicador de concorrência do Fórum Económico Mundial baseia-se em componentes subjetivas (inquéritos de opinião a executivos de empresas) e objetivas (taxas pautais, número de procedimentos regulamentares, etc.). O Índice de Transformação da Bertelsmann Stiftung baseia-se em inquéritos de opinião de peritos dos países. Ver Anexo Online para pormenores relacionados com os dados.

<sup>5</sup> A metodologia para calcular o índice da concorrência do mercado dos produtos do Fórum Económico Mundial foi revista em 2018. O índice revisto, embora não rigorosamente comparável a anos anteriores, retrata uma imagem similar da África Subsariana relativamente a outras regiões em termos de concorrência interna e externa (Figura 2.5 do Anexo).

**Figura 2.2. África Subsariana: Concorrência nos mercados dos produtos, 2007–17**

Fonte: Fórum Económico Mundial, Índice de Competitividade Global.

Nota: O índice varia de 1 a 7; quanto maior o valor, maior a concorrência.

Ao observar os diferentes grupos de países da região, verifica-se uma heterogeneidade considerável no estado da concorrência entre mercados. Os países que não são ricos em recursos naturais apresentam, em geral, as estruturas de mercado mais propensas à concorrência, ao passo que os exportadores de petróleo têm as menos propensas, o que reflete provavelmente a estrutura destas economias, com uma diversificação limitada, uma proteção significativa à importação e a prevalência de algumas grandes empresas na indústria extrativa (Figura 2.2, painel 1). A concorrência interna, contudo, parece ter aumentado na última década em todos os grupos de países, com os países não ricos em recursos naturais a registar a maior melhoria devido, sobretudo, ao avanço na facilidade de fazer negócio. Entre as sub-regiões, a concorrência é significativamente inferior na África Central, enquanto os países da África Austral registam os índices mais elevados (Figura 2.2, painel 2).

### Concorrência ao nível das empresas

Os indicadores da concorrência ao nível das empresas normalmente usados na literatura – como

rentabilidade e margens comerciais – orroboram os indicadores ao nível dos países e mostram que a extensão da concorrência enfrentada pelas empresas na região é, de facto, limitada<sup>6</sup>. Embora estes indicadores não estejam prontamente disponíveis para a África Subsariana, para os efeitos deste capítulo, são calculados usando informações detalhadas obtidas de duas fontes de dados: o Inquérito às Empresas do Banco Mundial (WBES), que fornece maioritariamente informações transversais sobre mais de 10 mil empresas em 39 países da África Subsariana entre 2006–18 e a base de dados Orbis, que fornece informação temporal sobre cerca de 500 empresas em 18 países da África Subsariana entre 2000–17, o que resulta em quase 9 mil observações ao nível das empresas<sup>7</sup>.

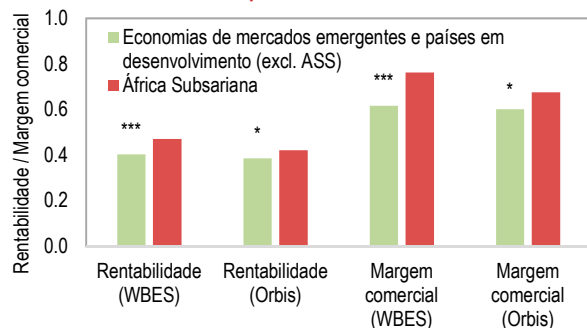
Partindo destas bases de dados, a rentabilidade média das empresas nos países da África Subsariana é consideravelmente superior (10-20%) face a outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento (Figura 2.3)<sup>8</sup>. As margens comerciais das empresas também são cerca de 11% superiores nos países da África Subsariana por comparação com outros países com um nível

<sup>6</sup> Embora as medições da margem comercial e da rentabilidade possam não refletir necessariamente, em termos absolutos, a extensão da concorrência de mercado, uma comparação entre empresas e países partindo de pressupostos relativamente gerais, como tecnologias similares, poderá fornecer dados sobre as diferenças do poder de mercado.

<sup>7</sup> O número de empresas abrangidas pelas duas bases de dados varia consideravelmente entre países, mas mais de 90% das empresas no Inquérito às Empresas do Banco Mundial e de 50% das empresas na base de dados Orbis pertencem ao setor da indústria transformadora. Ver Anexo Online para mais pormenores.

<sup>8</sup> A rentabilidade das empresas é, com frequência, obtida por uma medição empírica do índice Lerner – o rácio resultados operacionais/vendas (FMI 2019a). Tendo em conta a disponibilidade limitada de dados sobre resultados operacionais no Inquérito às Empresas do Banco Mundial relativo às empresas da África Subsariana, a rentabilidade é definida como a diferença entre as vendas das empresas e o custo dos insumos em relação às vendas e, usando os dados Orbis, é medida como as receitas operacionais relativamente ao custo dos bens e serviços.

**Figura 2.3. Grupos selecionados de países: Indicadores da concorrência ao nível das empresas**



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI com base no Inquérito às Empresas do Banco Mundial (WBES) e nas bases de dados Orbis.

Notas: A rentabilidade é definida como a diferença entre as receitas e o custo dos insumos em relação às receitas. A margem comercial é definida como o logaritmo do rácio vendas/custo dos insumos quando se considera a base de dados WBES, e como o logaritmo do rácio volume de negócios/custos quando se considera a base de dados Orbis. Ver Anexo Online para pormenores metodológicos. \*\*\* e \* indicam uma diferença estatisticamente significativa nos valores médios entre os dois grupos aos níveis de 1 e 10 por cento, respetivamente. ASS = África Subsariana.

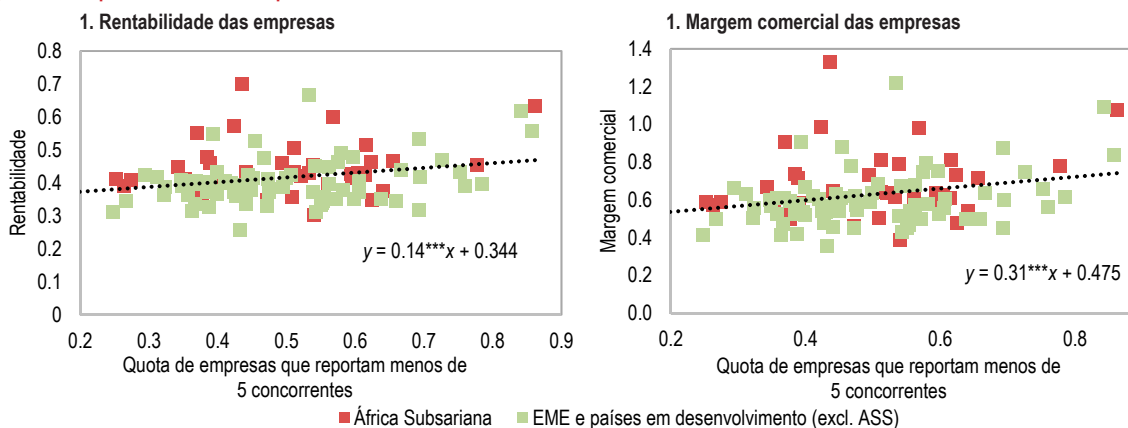
de desenvolvimento similar, o que implica assim um grau mais baixo de concorrência na região<sup>9</sup>.

A associação positiva entre as medidas derivadas de rentabilidade das empresas e da margem comercial decorrem da estrutura de cálculo, mas também está presente em relação a outras medidas

de concentração de mercado, como o número de concorrentes que as empresas enfrentam<sup>10</sup>. Assim, os países caracterizados por uma maior quota de empresas que reportam menos concorrentes tendem a registar uma rentabilidade e margens comerciais médias superiores – o que sugere que a eliminação das barreiras à entrada e o fomento da entrada de mais empresas no mercado pode impulsionar a concorrência e reduzir o poder de mercado das empresas (Figura 2.4). Em particular, para uma determinada quota de empresas que reportam poucos concorrentes, a rentabilidade e as margens comerciais nos países da África Subsariana tendem a ser superiores às de outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento, o que indica um grau relativamente elevado de poder de mercado das empresas na região.

Ao analisar os grupos de países na África Subsariana, verifica-se que as margens comerciais e a rentabilidade das empresas são, em média, superiores entre os países exportadores de petróleo, com uma diferença de cerca de 16% e 8%, respetivamente, face a outros países (Tabela 2.1). Da mesma forma, os países da África Central tendem a apresentar margens comerciais e rentabilidades significativamente superiores (cerca de 8% e 18%,

**Figura 2.4. Grupos selecionados de países: Indicadores de concorrência e número de concorrentes**



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI com base em dados do WBES.

<sup>9</sup> Teoricamente, a margem comercial (*markup*) é definida como o rácio preço/custo marginal. No entanto, tendo em conta a indisponibilidade de dados sobre os custos marginais, utilizam-se os seguintes substitutos neste capítulo: i) o logaritmo do rácio vendas/custo dos insumos quando se consideram os dados do Inquérito às Empresas do Banco Mundial, e ii) o logaritmo do rácio receitas/volume de negócios quando se considera a base de dados Orbis. Com estas definições, valores da margem comercial (lucros) superiores a um (zero) podem ser considerados como indicadores do poder de mercado, uma vez que sugerem uma divergência entre preços e custos.

<sup>10</sup> Embora a quota de mercado (ou seja, as vendas da empresa face às vendas totais da indústria num determinado período) seja uma medida normalmente usada da concentração de mercado, não é a medida preferida para esta análise, dada a ausência de dados sobre toda a dimensão do mercado, em especial no segmento informal. Contudo, as quotas de mercado calculadas a partir das bases de dados mencionadas apresentam uma forte correlação positiva com a margem comercial e a rentabilidade das empresas.



**Tabela 2.1. África Subariana: Margem comercial e rentabilidade das empresas**

	Com base na riqueza em recursos	
	Margem comercial	Rentabilidade
Exportadores de petróleo	0.82	0.51
Outros ricos em recursos	0.69	0.45
Não ricos em recursos	0.64	0.42
	Por região	
	Margem comercial	Rentabilidade
África Central	0.82	0.51
África Oriental	0.66	0.44
África Austral	0.62	0.43
África Ocidental	0.65	0.42
EMEDES excl. ASS	0.57	0.39

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI com base no Inquérito às Empresas do Banco Mundial.

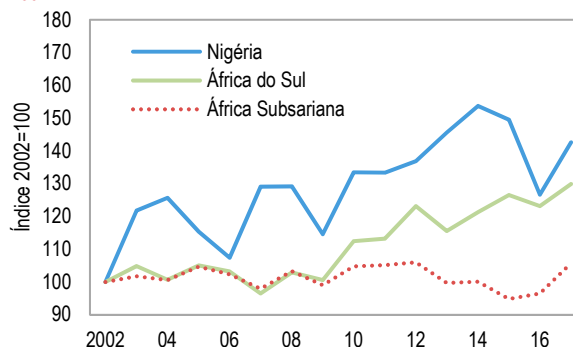
Notas: A rentabilidade é definida como a diferença entre a receita e o custo dos insumos em relação à receita. A margem comercial é definida como o logaritmo do rácio entre as vendas e o custo dos insumos. ASS = África Subariana; EMEDES = Economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento.

respetivamente) em comparação com outras regiões da África Subariana<sup>11</sup>. As margens comerciais superiores entre os exportadores de petróleo e nos países da África Central são consistentes com a Figura 2.2, que documenta um nível relativamente baixo de concorrência do mercado dos produtos ao nível macroeconómico nestes países.

Em termos das dinâmicas das margens comerciais, a ausência de uma série temporal ao nível das empresas consistente para a maioria dos países da África Subariana torna difícil chegar a conclusões definitivas; no entanto, a informação disponível sugere um aumento das margens comerciais em alguns países, incluindo nas duas maiores economias da região: Nigéria e África do Sul (Figura 2.5). Estas tendências são consistentes com outros estudos (Aghion, Braun e Fedderke 2008; Fedderke, Obikili e Viegi 2018; De Loecker e Eeckhout 2018), que também documentam o aumento das margens comerciais das empresas nestes países e mundialmente. Em termos mais gerais, a análise mostra que as margens comerciais são altamente persistentes na África Subariana: a meia-vida das margens comerciais dos países da região é quase o dobro da de outros países de mercados emergentes e em desenvolvimento<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Para além da margem comercial média, a dispersão da margem comercial entre setores é também significativamente superior entre os exportadores de petróleo, assim como nos países da África Central. Conforme referido por Lerner (1934), a dispersão da margem comercial pode conduzir à má alocação de recursos, provocando perdas de eficiência.

<sup>12</sup> A meia-vida das margens comerciais das empresas – obtida ao estimar um modelo autorregressivo (AR(1)) de margens comerciais, controlando características diferentes ao nível das empresas, da indústria e do país e efeitos por ano – é de cerca de 1 ano na amostra da África Subariana por comparação com 0,5 ano nas outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento.

**Figura 2.5. África Subariana: Margem comercial das empresas, 2002–17**

Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI a partir da base de dados Orbis.

Nota: As séries mostram as médias de todas as empresas em cada ano.

A avaliação do comportamento das margens comerciais nos diferentes tipos de empresas na região indica que a maioria das empresas públicas e empresas detidas por capitais estrangeiros tende a apresentar margens comerciais superiores às das demais, em especial na indústria transformadora. Pelo contrário, as pequenas empresas têm tendência para apresentar margens comerciais inferiores às das médias e grandes empresas (Figura 2.6 do Anexo). Estas observações são consistentes com as de outros países de mercados emergentes e em desenvolvimento – sendo de salientar que a percentagem das empresas maioritariamente públicas na amostra da África Subariana é quase o dobro da de outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento, o que indica uma prevalência muito superior dessas empresas na região.

### Concorrência entre setores

Os indicadores de concorrência a nível macro e das empresas apresentados acima sugerem níveis de concorrência em geral inferiores na África Subariana, mas serão todos os setores igualmente anticoncorrenciais entre países? Para responder a esta pergunta, as medidas calculadas de rentabilidade e margem comercial das empresas são agregadas entre setores para avaliar o grau

de concorrência setorial na região. Os resultados mostram uma variação considerável entre setores na África Subsariana, sendo a rentabilidade e as margens comerciais as mais elevadas nos setores de bens não transacionáveis, como hotéis e restaurantes, comércio por grosso e a retalho e construção, com base nos dados do Inquérito às Empresas do Banco Mundial; e outros serviços, informação e comunicação, intermediação financeira e transportes, com base nos dados da Orbis, que tem uma maior cobertura de empresas no setor dos serviços (Tabelas 2.1 e 2.2 do Anexo). Em média, as margens comerciais tendem a ser inferiores no setor da indústria transformadora, em especial entre os produtores de têxteis e couros.

A comparação das medidas de rentabilidade e de margem comercial nos países da África Subsariana com as das economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento indica que a concorrência é mais fraca na região em praticamente todos os setores, sendo a diferença média nas margens comerciais equivalente a cerca de 7% (Figura 2.6). Todavia existe, em geral, uma forte correlação positiva (cerca de

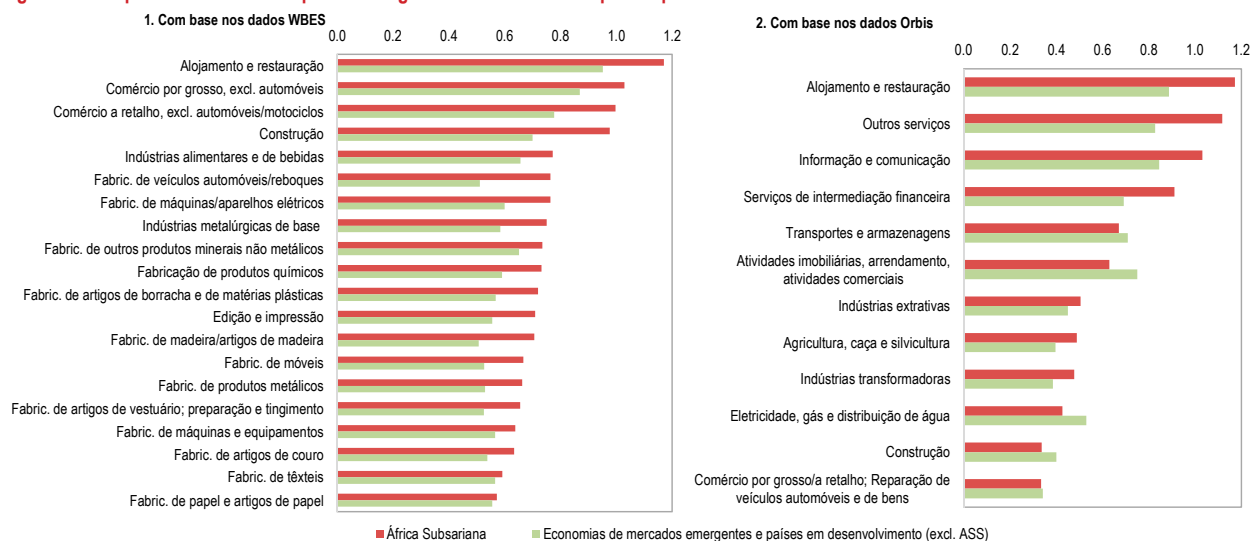
0,9) entre as margens comerciais setoriais nos países da África Subsariana e noutros países, o que sugere que o padrão de concorrência setorial tende a ser similar entre países<sup>13</sup>.

As margens comerciais setoriais estão, em geral, positivamente correlacionadas entre grupos de países na África Subsariana, exceto nos países da África Central, que tendem a apresentar margens comerciais mais elevadas na maioria das indústrias transformadoras em conjunto com o setor dos serviços (Tabela 2.3 do Anexo). Em média, os exportadores de matérias-primas – de petróleo e outras – também tendem a ter margens comerciais superiores no setor da indústria transformadora do que os países não ricos em recursos.

## CONCORRÊNCIA E DESEMPENHO MACROECONÓMICO

O baixo nível de concorrência prevalecente na África Subsariana afeta o desempenho macroeconómico? A ideia de que a concorrência é um impulsionador importante das economias de mercado que afeta o crescimento económico remonta à obra de Adam

Figura 2.6. Grupos selecionados de países: Margens comerciais das empresas por setor



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Notas: As barras mostram as médias por setor. A margem comercial é definida como o logaritmo do rácio vendas/custo no painel 1 e o logaritmo do rácio volume de vendas/custos no painel 2. Fabric. = Fabricação; ASS = África Subsariana; WBES = Inquérito às Empresas do Banco Mundial.

<sup>13</sup> Embora, tendo em conta o seu baixo nível de dotação de capital, se possa esperar rendimentos superiores do capital que dão origem a uma maior rentabilidade nos países de baixos rendimentos face a economias avançadas, as margens comerciais relativamente mais elevadas na maioria dos países da África Subsariana por comparação com outros países em desenvolvimento com uma estrutura de dotações de capital similar sugere que o elevado nível de rentabilidade/margens comerciais não pode ser totalmente atribuído a maiores retornos de capital. Em termos mais gerais, a igualdade entre retorno do capital e o produto marginal do capital baseia-se no pressuposto da concorrência perfeita nos mercados de capitais (Caselli e Feyrer, 2007), o que normalmente não se verifica em países de baixos rendimentos.

Smith, *A Riqueza das Nações*, escrita há mais de dois séculos<sup>14</sup>. Desde então, um vasto leque de obras analisou o efeito da concorrência no crescimento e no bem-estar económicos. Teoricamente, a relação é ambígua: a rivalidade entre empresas pode encorajar a inovação e impulsionar o crescimento da produtividade, mas também pode reprimir a inovação e o crescimento ao limitar os retornos esperados das empresas decorrentes da inovação (Aghion e Griffith 2005). Os sistemas abertos e competitivos podem também criar condições para que as empresas em posições dominantes se entrincheirem a fim de fechar o sistema, impedindo o crescimento (Rajan e Zingales 2004).

Os estudos empíricos entre países, contudo, indicam em geral uma forte relação positiva entre a concorrência e o crescimento resultante de uma alocação mais eficiente de recursos e de um maior investimento, da inovação, da produtividade e da competitividade das exportações (OCDE 2014; Goodwin e Pierola Castro 2015). Verifica-se também que a concorrência tem implicações importantes em matéria de bem-estar e de distribuição ao diminuir os preços nos consumidores e nos produtores a jusante, gerando rendimento e oportunidades de emprego e reduzindo as práticas discriminatórias (Begau e Nyman 2016).

### Crescimento

A relação positiva entre concorrência e crescimento apoia-se nos dados usados neste capítulo. Calculando as regressões do crescimento económico padrão – controlando simultaneamente as determinantes tradicionais de crescimento, efeitos fixos por país e por ano – os resultados mostram uma associação positiva estatisticamente significativa entre o índice de intensidade da competitividade local do Fórum Económico Mundial e o crescimento do PIB real *per capita* numa amostra alargada que inclui economias avançadas, economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento, assim como

numa amostra restrita a economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento, incluindo países da África Subsariana<sup>15</sup>. Mais especificamente, estes resultados mostram que um aumento no índice de intensidade da concorrência do nível mediano, no caso dos países da África Subsariana, para o quartil superior da distribuição mundial envolve um aumento médio da taxa de crescimento do PIB real *per capita* de cerca de 1 p.p. (Figura 2.7). O impacto é economicamente relevante, uma vez que a taxa de crescimento médio do PIB real *per capita* na África Subsariana após 2010 foi de 1%<sup>16</sup>. Embora estes resultados não envolvam forçosamente causalidade, são sólidos para abordar potenciais preocupações relativas à endogeneidade aplicando abordagens econométricas alternativas.

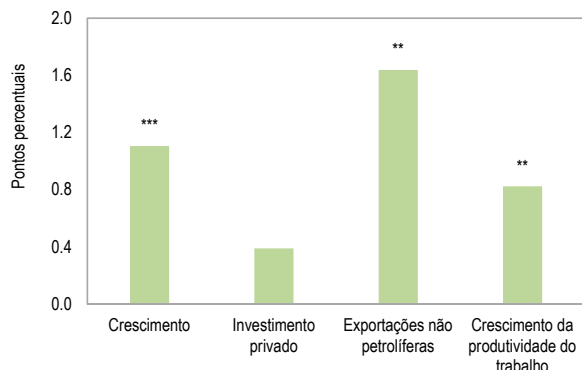
### Canais de transmissão

Quais são alguns dos canais através dos quais a concorrência aumenta o crescimento económico? A análise do efeito da concorrência no investimento privado, nas exportações não petrolíferas e na produtividade do trabalho mostra uma associação positiva mas estatisticamente débil entre o índice de intensidade da concorrência local e o investimento (como percentagem do PIB), mas uma associação positiva forte às exportações (como percentagem do PIB) e ao crescimento da produtividade do trabalho. Mais especificamente, uma melhoria do índice da concorrência do valor mediano na África Subsariana para o quartil superior da distribuição mundial está associada a um aumento de 1,7% do PIB nas exportações e de cerca de 1 p.p. no crescimento da produtividade do trabalho (Figura 2.7 e Tabela 2.15 do Anexo). O aumento das exportações pode ser atribuído a um crescimento mais rápido da produtividade, induzido por uma maior inovação e prontidão tecnológica associadas à concorrência, assim como por uma melhoria da competitividade dos preços nos mercados internacionais (ver análise a seguir). De facto, usando os indicadores de inovação e prontidão tecnológica do Fórum Económico Mundial, as regressões sugerem que

<sup>14</sup> Ver, p. ex., Smith (1776), Livro II, Capítulo II, p.329, parágrafo 106.

<sup>15</sup> Ao limitar ainda mais a amostra aos países da África Subsariana verifica-se uma correlação positiva mas estatisticamente insignificante (p-valor=0,2) entre concorrência e crescimento do PIB *per capita*. Os resultados da África Subsariana devem, contudo, ser interpretados com cautela, dada a dimensão limitada da amostra da região, que abrange um período de poucas mudanças observadas nos indicadores de concorrência (Tabela 2.13 do Anexo).

<sup>16</sup> Vários mercados emergentes e países em desenvolvimento na amostra, como a Colômbia, as Maurícias e o Marrocos, alcançaram um aumento sustentado do índice de intensidade da concorrência ao longo da última década, equivalente a uma ascensão do nível mediano dos países da África Subsariana para o quartil superior da distribuição mundial.

**Figura 2.7. África Subsariana: Concorrência e desempenho macroeconómico**

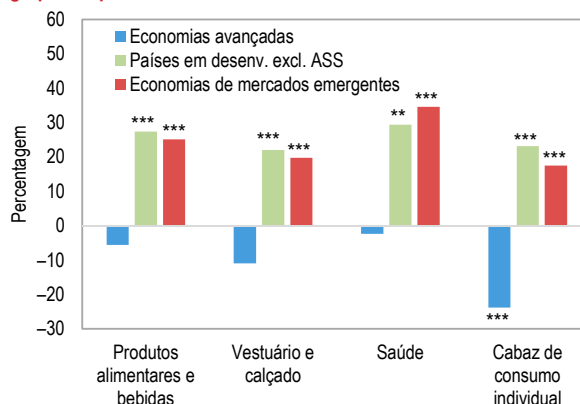
Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Notas: As estatísticas têm como base os resultados das regressões reportadas nas Tabelas 2.13 (col. 1) e 2.15 (cols. 1, 4 e 7) do Anexo e representam a variação nas respetivas variáveis macroeconómicas quando o índice de intensidade da competitividade local do Fórum Económico Mundial aumenta da mediana dos países da África Subsariana para o quartil superior da distribuição mundial. \*\*\*, \*\* e \* indicam a significância estatística aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente.

mantendo-se tudo o resto constante, a melhoria da concorrência interna está associada a um impulso significativo da capacidade tecnológica e de inovação (Tabela 2.16 do Anexo).

## Bem-estar

Como é que a concorrência afeta o bem-estar? Para avaliar este aspeto analisam-se níveis de preços internacionalmente comparáveis – obtidos do Programa de Comparação Internacional do Banco Mundial – de diferentes bens do cabaz de consumo. Os resultados mostram que depois de controlar as características macroeconómicas e estruturais específicas dos países, os níveis de preços nos países da África Subsariana são significativamente superiores aos de outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento na maioria dos bens e serviços, incluindo alimentos, vestuário e serviços de saúde – bens que tendem a ter um peso superior no cabaz de consumo das famílias de baixos rendimentos (Figura 2.8). Os preços dos insumos intermédios usados na produção – como serviços públicos, máquinas e equipamento – são também significativamente mais elevados

**Figura 2.8. África Subsariana: Diferenciais de preços com outros grupos de países**

Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI com base em dados do Banco Mundial, Programa de Comparação Internacional.

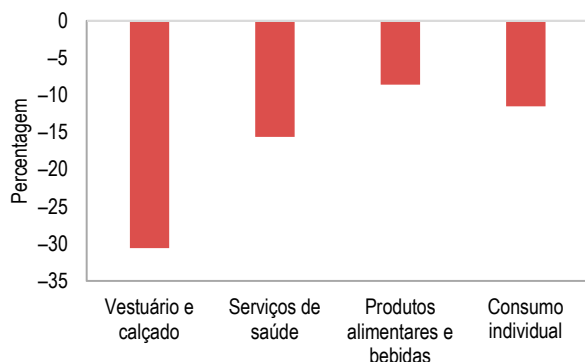
Nota: As barras mostram a diferença média nos níveis de preços entre a África Subsariana e outros grupos de países. \*\*\*, \*\* e \* indicam as diferenças estatisticamente significativas aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente. ASS = África Subsariana

na região face a outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento. Estes preços mais elevados dos produtos traduzem-se, em média, num nível de preços 20% superior no cabaz de consumo individual na África Subsariana comparativamente a outros países com um nível de desenvolvimento similar (Tabela 2.17 do Anexo)<sup>17</sup>.

Aumentar a concorrência, no entanto, pode ajudar a diminuir os preços, conforme indicado pela forte relação negativa entre o índice de intensidade da concorrência local e os preços da maioria dos bens e serviços – melhorando, assim, o bem-estar e a competitividade externa das economias (Tabela 2.18 do Anexo). Mais especificamente, a passagem do nível mediano do índice de competitividade dos países da África Subsariana para o quartil superior da distribuição mundial está, em média, associada a uma redução de cerca de 8% e de 14% dos preços dos alimentos e dos serviços de saúde, respetivamente, e a uma diminuição de 10% do preço do cabaz de consumo individual global (Figura 2.9).

Ao considerar explicitamente a competitividade externa, incluindo medidas de abertura comercial

<sup>17</sup> A análise dos níveis de preços entre sub-regiões na África Subsariana mostra que, em média, a África Oriental apresenta os preços mais baixos de bens, embora os preços da maioria dos serviços em geral e serviços públicos não sejam estatisticamente diferentes entre regiões (Tabela 2.19 do Anexo). Os preços mais elevados no setor dos serviços são consistentes com margens comerciais superiores das empresas desse setor entre regiões, conforme salientado na Figura 2.3 do Anexo. Acresce que a diferenciação entre os países da África Subsariana com base no seu regime cambial não resulta numa diferença estatisticamente significativa nos níveis de preços dos países dentro e fora da zona do franco CFA na maioria das categorias de produtos, exceto no caso de alguns bens não transacionáveis, como saúde, comunicação e lazer (Tabela 2.20 do Anexo).

**Figura 2.9. África Subsariana: Impacto do aumento da concorrência local nos preços**

Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI com base em dados do Banco Mundial, Programa de Comparação Internacional.

Nota: As barras mostram o efeito de um aumento do indicador da intensidade da concorrência local, da mediana da África Subsariana para o quartil superior da distribuição mundial.

e investimento direto estrangeiro nas regressões, observa-se que uma maior competitividade externa pode ajudar a baixar os preços. Embora os indicadores de concorrência interna e externa expliquem em grande medida o diferencial de preços médios entre a África Subsariana e outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento, não são totalmente responsáveis por ele – o que indica que outros fatores macroestruturais podem também desempenhar um papel no aumento dos níveis de preços nos países da África Subsariana<sup>18</sup>.

## DINÂMICA E CONCORRÊNCIA DAS EMPRESAS

Os resultados ao nível dos países relativos à concorrência e ao desempenho macroeconómico são fortemente apoiados por dados ao nível das empresas, o que mostra que margens comerciais inferiores estão estatística e significativamente associadas a um investimento e exportações superiores das empresas em economias de mercados emergentes e em economias em desenvolvimento, incluindo a África Subsariana. Mais especificamente, ao usar os dados do Inquérito às Empresas do

Banco Mundial – controlando as características das empresas, bem como os efeitos fixos por país e por ano – os resultados mostram que uma diminuição de 1% nas margens comerciais está associada a um aumento do investimento e das exportações de cerca de 0,7% e de 0,2% do valor acrescentado das empresas, respetivamente (Figura 2.10, painel 1). Em particular, a quota do trabalho está também significativamente associada às margens comerciais das empresas: uma diminuição de 1% na margem comercial implica um aumento proporcional da quota do produto remunerada na forma de trabalho.

Restringir a amostra aos países da África Subsariana revela um cenário semelhante, com uma forte associação negativa entre a margem comercial das empresas e as quotas de investimento, exportações e trabalho<sup>19</sup>. A inclusão de um indicador adicional de concorrência nas regressões, como o número de concorrentes que as empresas enfrentam, mostra que, em média, as empresas que enfrentam menos concorrentes apresentam quotas de exportações, trabalho e investimento inferiores, embora a associação seja estatisticamente significativa apenas para as exportações.

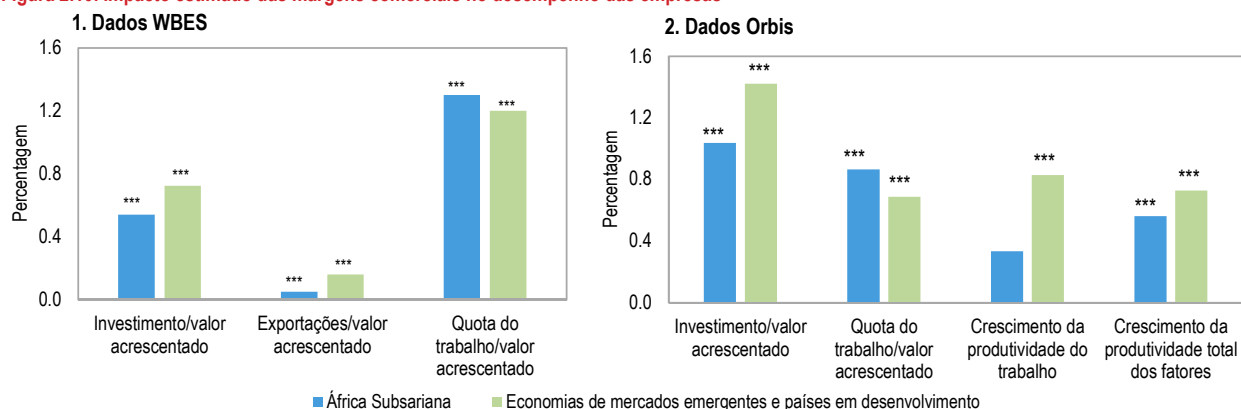
Estas observações são reafirmadas pelos dados Orbis, que também capturam a dimensão temporal do comportamento das empresas, o que permite uma medição mais rigorosa das margens comerciais e uma avaliação do seu impacto no crescimento da produtividade<sup>20</sup>. Após controlar as características fixas e variáveis em termos temporais das empresas, da indústria e ao nível dos países, os resultados indicam que uma diminuição de 1% das margens comerciais está associada a um aumento de 1-1,4% no rácio investimento/valor acrescentado das empresas e a um aumento de cerca de 1% na quota do trabalho no produto de uma empresa em economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento, inclusive na África Subsariana (Figura 2.10, painel 2). Margens comerciais inferiores estão também

<sup>18</sup> Não obstante os países na África Subsariana tenderem a dispor de grandes mercados informais, a inclusão dos indicadores disponíveis relativos à dimensão do mercado informal nas estimativas (como a percentagem de empresas que competem contra empresas não registadas/informais no país, ou a percentagem de emprego informal no emprego total) tal não altera significativamente os resultados.

<sup>19</sup> A natureza em grande medida transversal dos dados do Inquérito às Empresas do Banco Mundial não permite avaliar a associação entre a margem comercial das empresas e o crescimento da produtividade. Ver o Anexo Online para pormenores técnicos e resultados (Tabelas 2.21-2.24 do Anexo).

<sup>20</sup> De acordo com De Loecker e Warzynski (2012), as margens comerciais com base nos dados Orbis usadas para a análise de regressão são calculadas como o logaritmo do rácio elasticidade-produto dos insumos/percentagem da despesas com insumos nas vendas. Ver Anexo Online para mais pormenores.

Figura 2.10. Impacto estimado das margens comerciais no desempenho das empresas



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI.

Notas: As barras mostram o impacto estimado de um declínio de 1% na margem comercial das empresas, definida como o rácio vendas/custos no painel 1 e o logaritmo da elasticidade-produto dos insumos/percentagem da despesa com insumos nas vendas no painel 2. O grupo de economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento inclui a África Subsariana. WBES = Inquérito às Empresas do Banco Mundial. \*\*\* indica a significância estatística ao nível de 1%.

significativamente associadas a um crescimento do trabalho e da produtividade total dos fatores superior – uma diminuição de 1% nas margens comerciais implica um aumento de 0,8 p.p. na taxa de crescimento da produtividade<sup>21</sup>.

Estas conclusões reiteram os resultados de estudos anteriores que mostram – sobretudo no contexto das economias avançadas – que as empresas com margens comerciais superiores e um maior poder de mercado tendem a apresentar níveis de investimento, crescimento da produtividade e quotas do trabalho inferiores (Nickell 1996; Autor et al. 2017; Gutiérrez e Philippon 2017; FMI 2019a), e não apoiam a perspetiva de que uma concorrência mais intensa desestimula a inovação das empresas. Além disso, os resultados sugerem que a associação entre margens comerciais e investimento, quota do trabalho e crescimento da produtividade é quase duas vezes mais forte no setor da indústria transformadora do que no setor dos serviços – o que implica que uma concorrência fraca no setor da indústria transformadora pode ter um maior impacto no crescimento económico comparativamente ao setor dos serviços. A distinção entre empresas com base na sua estrutura de propriedade não mostra qualquer diferença estatisticamente significativa na resposta das empresas públicas e das empresas de capitais privados às margens

comerciais, mas – dado um determinado aumento das margens comerciais – as quotas do investimento e do trabalho são significativamente inferiores nas empresas nacionais por comparação com as suas contrapartes estrangeiras.

## FOMENTAR A CONCORRÊNCIA NOS MERCADOS INTERNOS

Tendo em conta os benefícios da concorrência, como é possível reforçá-la na África Subsariana? Vários fatores são importantes – nomeadamente, a aplicação de um quadro de política concorrencial robusto que abranja, entre outros aspetos, a liberalização do mercado dos produtos, a adoção de uma lei da concorrência adequada, uma autoridade de fiscalização independente e a promoção da concorrência. Outras políticas – em particular, comercial, fiscal e estrutural – que facilitam a atividade de negócios e reduzem as barreiras à entrada desempenham também um papel fundamental no fomento da concorrência.

### Liberalização do mercado dos produtos

A liberalização dos mercados dos produtos inclui normalmente uma transferência da produção de empresas públicas (EP) para empresas privadas, a eliminação dos controlos de preços e o desenvolvimento de órgãos regulamentares que

<sup>21</sup> Embora a quota do trabalho no produto esteja positivamente associada à concorrência, isto não implica forçosamente um aumento nos custos da unidade do trabalho devido a uma melhoria do crescimento da produtividade, bem como um declínio geral do nível de preços.

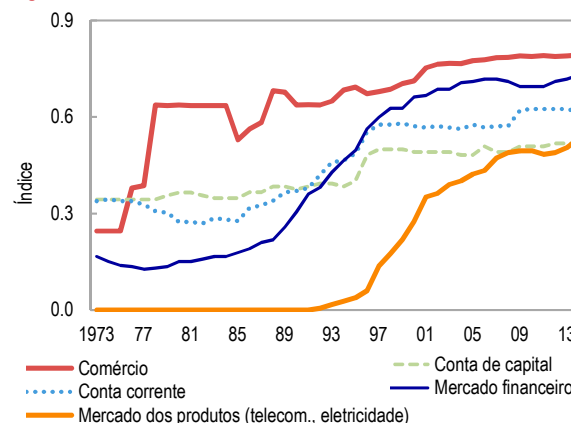
facilitam a atividade do setor privado. Antes dos anos de 1980, a maioria das economias da África Subsariana era liderada pelos Estados, com as EP a dominarem os mercados nacionais. Como parte de um conjunto mais alargado de reformas estruturais realizaram-se as reformas dos mercados dos produtos que incluíram a liberalização da política comercial no início dos anos de 1980, seguida pela liberalização das contas corrente e financeira nos anos de 1990 (Figura 2.11). A liberalização do mercado dos produtos (nomeadamente em três setores fundamentais: telecomunicações, eletricidade e agricultura) verificou-se pouco depois no final dos anos de 1990 e envolveu uma mudança da propriedade pública para privada, o desenvolvimento de órgãos regulamentares independentes e a eliminação (ou redução) dos controlos de preços<sup>22</sup>.

Os dados existentes sugerem que essas reformas ajudaram, em geral, a fomentar a produtividade e o crescimento nos países em desenvolvimento, incluindo na África Subsariana (Ostry, Prati e Spilimbergo 2009; Robinson, Gaertner e Papageorgiou 2011). No entanto, o dinamismo de reforma parece ter abrandado na última década. As empresas públicas ainda dominam os mercados em muitos países da África Subsariana, em especial nos setores dos serviços públicos e dos transportes (MGI 2016; Sibiya 2018)<sup>23</sup>. De acordo com a base de dados de Regulamentação do Mercado de Produtos da OCDE-Banco Mundial, alguns países da África Subsariana (África do Sul, Quênia e Senegal) figuram entre os mais restritivos quanto à entrada nos setores das redes e dos serviços. Os controlos de preços também são largamente prevalentes – a título de exemplo, cerca de dois terços dos países da África Subsariana inquiridos pelo

Banco Mundial (2016) relataram a existência de regulamentos que permitem os controlos de preços.

A realização de reformas adicionais no mercado dos produtos, em especial nos setores das redes e dos serviços, a redução das barreiras regulamentares e estruturais à entrada e saída de empresas e a melhoria do ambiente global de investimento podem catalisar o desenvolvimento do setor privado e impulsionar a concorrência e o crescimento<sup>24</sup>. Ainda que a pequena dimensão dos mercados internos e os elevados custos fixos associados a alguns setores (em especial, serviços públicos, telecomunicações e transportes) impliquem o possível surgimento de monopólios naturais, a dissociação das suas partes constituintes, de modo a que as mais favoráveis à concorrência sejam separadas e abertas à concorrência, pode ajudar a melhorar os resultados económicos<sup>25</sup>.

Figura 2.11. África Subsariana: Reformas estruturais, 1973–2014



Fonte: Alesina et. al, no prelo.

Notas: Média entre os 14 países para os quais há dados disponíveis. Ver Anexo Online para mais pormenores. Quanto maior o valor, maior a liberalização.

<sup>22</sup> O índice das reformas estruturais é obtido de Alesina et al. (no prelo) e está disponível para 14 economias na África Subsariana: África do Sul, Burkina Faso, Camarões, Côte d'Ivoire, Etiópia, Gana, Madagascar, Moçambique, Nigéria, Quênia, Senegal, Tanzânia e Uganda. Ver Anexo Online para mais pormenores.

<sup>23</sup> O abrandamento no dinamismo da reforma do mercado dos produtos é evidente pela melhoria limitada no indicador de concorrência global, conforme realçado na Figura 2.1.

<sup>24</sup> Reformas adicionais no setor das redes podem, por exemplo, incluir a liberalização das telecomunicações e dos mercados de comercialização de eletricidade por grosso e a dissociação completa da geração, transmissão e distribuição de eletricidade. Algumas reformas de dissociação do setor da eletricidade foram já introduzidas na Etiópia, Gana, Nigéria e Quênia.

<sup>25</sup> Por exemplo, no setor da eletricidade, a transmissão e a distribuição tendem a ser componentes não competitivas, mas a geração e o retalho são considerados como mais propensos a concorrência (OCDE 2001). Os estudos mostram que quando essas reformas induzem a concorrência, o desempenho da indústria melhora consideravelmente (Zhang, Parker e Kirkpatrick 2008).

## Políticas concorrenciais

Um quadro de política concorrenciais adequado é fundamental para proteger o bem-estar dos consumidores e alcançar os benefícios de desenvolvimento esperados das reformas do mercado dos produtos, como a desregulamentação e a privatização. A aplicação de um quadro de política concorrenciais robusto envolve a formulação de leis anti-trust, a criação de instituições independentes e funcionais e o apoio judicial. Na África Subsariana, verificaram-se progressos significativos na adoção das leis anti-trust desde os anos de 2000, tendo o número de países com uma lei da concorrência mais do que duplicado, de 12 em 2000 para 31 em 2019 (Figura 2.7 do Anexo)<sup>26</sup>. Em geral, estas leis baseiam-se nas das economias avançadas – abrangendo normalmente questões de controlo de fusões, práticas colusivas e abuso de posição dominante – e foram operacionalizadas através da criação de autoridades da concorrência.

Apesar destes progressos na adoção das leis da concorrência e na criação de autoridades da concorrência, não se verificaram, em particular, melhorias na concorrência no mercado interno na maioria dos países, conforme indicado anteriormente. Uma razão para este desfasamento é o facto de os quadros anti-trust funcionais necessitarem não apenas de um enquadramento jurídico sólido, mas também de órgãos regulamentares independentes, recursos financeiros apropriados e pessoal adequadamente qualificado para realizar investigações de práticas anticoncorrência. Considerando esta base de referência, os quadros anti-trust na região revelam um cenário variado. De acordo com o Banco Mundial (2016), cerca de um terço dos países na região com uma lei da concorrência dispõe de autoridades da concorrência que estão sob a tutela de outra entidade governamental, minando,

potencialmente, a sua independência. Os recursos financeiros alocados às autoridades da concorrência são, com frequência, limitados e poucas relatam qualquer autofinanciamento decorrente de sanções<sup>27</sup>. A disponibilidade de pessoal técnico também é variável – enquanto a Comissão da Concorrência da África do Sul (CCSA, na sigla inglesa) dispõe de mais de 130 técnicos, cerca de um terço dos países inquiridos relatam dispor de menos de 10 funcionários. Em média, os órgãos na região afirmam investigar dois casos por ano, à exceção clara da África do Sul e do Quênia, que investigam cerca de 500 casos por ano<sup>28</sup>.

As diferenças nos quadros de política concorrenciais na região refletem-se nos indicadores baseados na perceção da eficácia das ações anti-trust. Por exemplo, com base no índice de eficácia da política antimonopólio do Fórum Económico Mundial, a África do Sul e o Quênia encontram-se entre os países com melhor desempenho na região, ao passo que os exportadores de petróleo estão desfasados. É também singular que no caso dos exportadores de petróleo da região, a eficácia percecionada dos quadros anti-trust tenha diminuído na última década, salientando a necessidade de esforços persistentes para manter um quadro anti-trust robusto (Figura 2.12)<sup>29</sup>. Em termos mais gerais, a adoção de uma lei da concorrência não é uma panaceia e a correta aplicação da lei necessita de ser garantida para fomentar o investimento privado e o desenvolvimento das empresas.

O âmbito regional também se está a tornar cada vez mais importante na aplicação das leis da concorrência. A pequena dimensão dos mercados internos na maioria dos países da África Subsariana significa que as grandes empresas podem operar em várias jurisdições para aproveitar as economias de escala ou que algumas grandes empresas em vários países podem formar cartéis para limitar

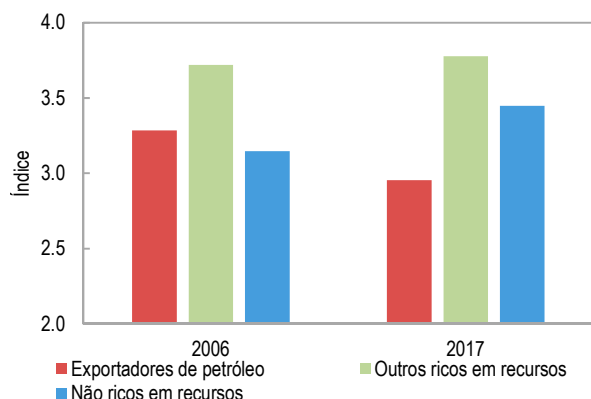
<sup>26</sup> Estas estatísticas baseiam-se no inquérito documental do FMI às autoridades da concorrência nos países membros na região.

<sup>27</sup> Tanto o inquérito documental de países do Banco Mundial (2016) e como o do FMI realizado para a elaboração do presente capítulo mostram que existe uma variação significativa nos orçamentos anuais das autoridades da concorrência na África Subsariana, que variam entre menos de 0,001% do PIB e 0,06% do PIB. Em 2017–18, a CCSA dispunha do maior orçamento, no valor de USD 22 milhões em termos nominais (0,01% do PIB), seguida pelo Quênia (USD 6 milhões). No tocante à sua dimensão económica, a Comissão de Práticas Comerciais Justas das Seicheles dispunha do maior orçamento.

<sup>28</sup> A CCSA é a autoridade anti-trust mais ativa na região. Somente em 2017–18, proibiu 12 fusões, cobrou cerca de 0,01% do PIB em sanções e concluiu 193 processos (ver *Annual Report 2017–18*). O aumento das margens comerciais e da concentração de mercado na África do Sul, contudo, sugere que ainda é necessário realizar mais para estimular a concorrência e coibir as práticas anticoncorrenciais.

<sup>29</sup> Em alguns casos, os retrocessos correspondem ao início de conflitos, que enfraquecem a capacidade institucional e fiscal dos países afetados de modo geral.



**Figura 2.12. África Subsariana: Fiscalização antimonopólio**

Fonte: Fórum Económico Mundial.

Nota: O índice varia de 1 a 7; quanto maior o valor, maior a abrangência da fiscalização das políticas antimonopólio.

a concorrência externa nas suas jurisdições e explorar os consumidores. Um bom exemplo é o da indústria de cimento, onde nove empresas regionais produzem mais de 50% do cimento e as práticas anticoncorrenciais têm âmbito regional (Banco Mundial 2016)<sup>30</sup>. A limitação de tal comportamento anticoncorrencial requer uma cooperação transfronteiras. Algumas agências iniciaram uma cooperação bilateral, incluindo a partilha informal de informação e a assinatura de memorandos de entendimento, como entre o Quênia e a África do Sul e entre o Malawi, a Tanzânia e a Zâmbia (Banco Mundial 2016). Além disso, as autoridades da concorrência supranacionais de blocos como o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) começaram a operar regimes de controlo de fusões regionais, o que facilita as ações de investigação a um nível nacional. Contudo, é ainda necessária mais cooperação regional para abordar os crescentes desafios dos monopólios e cartéis suprarregionais, especialmente tendo em conta os maiores fluxos comerciais e de investimento esperados no contexto do Acordo da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA).

### Outras políticas

As políticas concorrenciais são importantes mas podem não ser suficientes para

aumentar a concorrência sem o apoio de políticas macroeconómicas complementares – nomeadamente, políticas comerciais, de investimento estrangeiro e fiscais. No contexto da África Subsariana, vários estudos mostram que as barreiras comerciais – tanto tarifárias como não tarifárias – prejudicam a concorrência e a competitividade globais (Banco Mundial, 2012; Cadot et al. 2015). A análise realizada para este capítulo sustenta estas conclusões e mostra que uma redução das barreiras tarifárias e não tarifárias está, de facto, associada a margens comerciais das empresas consideravelmente inferiores. Mais especificamente, as reformas comerciais que reduzem as tarifas podem diminuir as margens comerciais em cerca de 4,5% durante cinco anos após a reforma (ver Caixa 2.1).

A ZCLCA, que visa fomentar o comércio regional e a integração económica, pode assim ajudar a melhorar a concorrência económica na região. O acordo prevê a eliminação de tarifas sobre a maioria dos bens, a liberalização do comércio de serviços fundamentais e a redução de barreiras não tarifárias ao comércio internacional – reformas que se espera venham a estimular o comércio e o crescimento na região (FMI 2019b). Na prossecução da integração regional, contudo, deve ser considerada a relação de reforço mútuo entre as políticas comerciais, de investimento e concorrenciais: a liberalização do comércio e do investimento estimula a concorrência, mas é necessário um quadro de política concorrenciais eficaz para assegurar que se concretizam os ganhos da competitividade externa e que os mercados não são dominados por algumas grandes empresas com práticas comerciais desleais.

O nível de concorrência é também influenciado pelas intervenções governamentais e as políticas fiscais. Por exemplo, um tratamento tributário preferencial de determinadas empresas através de políticas discriminatórias ou a implementação de políticas seletivas podem impedir a concorrência

criando situações de desigualdade. As políticas de atribuição de contratos públicos que beneficiam determinadas empresas – públicas ou privadas – podem também prejudicar a concorrência e

<sup>30</sup> A CCSA investigou e multou os quatro maiores produtores de cimento em 2008 por conluio para segmentar os mercados entre os países (ver *Annual Report 2009–10*).

aprofundar a posição dominante das grandes empresas<sup>31</sup>. Além disso, administrações aduaneiras ineficientes podem ter um impacto adverso sobre a concorrência e o comércio externos. As políticas fiscais e os sistemas de atribuição de contratos públicos necessitam, assim, de ser cuidadosamente concebidos e os sistemas das administrações aduaneiras têm de ser reforçados e modernizados para não minar a concorrência. Nos casos em que determinadas empresas ou setores têm de ser subsidiados para o fornecimento de um bem público, os custos e benefícios dos incentivos devem ser claramente analisados.

## CONCLUSÕES

A concorrência no mercado dos produtos na África Subsariana é relativamente baixa por comparação com o resto do mundo. Os dados ao nível dos países sugerem que mais de 70% dos países na região se situam abaixo da mediana em termos de distribuição mundial dos indicadores da concorrência. As margens comerciais das empresas – calculadas diretamente usando dados das próprias empresas – corroboram as observações ao nível macro e sugerem que, em média, as margens comerciais nos países da África Subsariana são superiores às de outras economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento, em especial no setor dos serviços. Uma comparação dos níveis de preços de produtos e serviços internacionalmente comparáveis indica que os preços na região são relativamente mais elevados do que noutras regiões com um nível de desenvolvimento similar, o que pode ser atribuído, pelo menos em parte, à baixa concorrência do mercado dos produtos.

A análise empírica sugere que um aumento da concorrência pode trazer benefícios para o crescimento económico e o bem-estar através de uma maior produtividade e competitividade das exportações, bem como ajudar a diminuir os preços no consumidor. Estas conclusões são apoiadas pelos dados ao nível das empresas, que mostram que a

estrutura de mercado afeta o comportamento e o desempenho das empresas, moldando, em última análise, os resultados macroeconómicos. Mais especificamente, uma diminuição das margens comerciais está fortemente associada a um aumento do investimento das empresas, das exportações, do crescimento da produtividade e da quota do produto do trabalho. Estes efeitos são mais acentuados no setor da indústria transformadora face ao dos serviços e tendem a ser mais expressivos no caso das empresas nacionais por comparação com as empresas detidas por capitais estrangeiros.

A análise neste capítulo reforça a necessidade de fortalecer a concorrência do mercado dos produtos na África Subsariana. Embora vários países na região tenham promovido reformas nesse mercado no final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000 que ajudaram a fomentar a concorrência e asseguraram ganhos de crescimento, o dinamismo da reforma estagnou nos últimos anos. Assim, apesar de o número de países que promulgaram leis da concorrência ter quase triplicado desde 2000, os progressos alcançados no terreno permanecem limitados.

Uma vez que diversos fatores afetam a concorrência, é necessária uma abordagem holística que abranja os seguintes elementos fundamentais para estimular a concorrência na região:

- Reformas do mercado dos produtos que reduzam as barreiras estruturais e regulamentares à participação do setor privado nos mercados de bens e serviços e que melhorem a facilidade de fazer negócio. Um quadro de política concorrencial eficaz, que inclua uma lei da concorrência apropriada e uma autoridade de fiscalização independente e que conte com recursos humanos e financeiros adequados.
- Políticas comerciais e de investimento direto estrangeiro complementares que fomentem a concorrência internacional e melhorem o acesso a insumos intermédios.

<sup>31</sup> As práticas colusivas podem infiltrar-se nos sistemas de atribuição de contratos públicos mesmo que o processo não favoreça deliberadamente determinadas empresas. Em 2012, por exemplo, a Comissão da Concorrência e Proteção do Consumidor da Zâmbia investigou irregularidades em licitações para um programa de subsídios do governo, alegando que duas empresas dividiram as licitações para evitar competirem entre si (Banco Mundial 2016). Com base nas investigações, a comissão aplicou sanções e o governo alargou o processo de apresentação de propostas. Este caso ilustra a necessidade de as autoridades da concorrência trabalharem em estreita colaboração com os órgãos responsáveis pela atribuição de contratos públicos, de modo a tornarem estes processos favoráveis à concorrência e a permanecerem atentas às plataformas que permitem o contacto dos concorrentes.

- Políticas fiscais e sistemas de atribuição de contratos públicos cuidadosamente concebidos que não distorçam a concorrência beneficiando alguns intervenientes no mercado.

Cada uma destas políticas é importante, e elas tendem a reforçar-se mutuamente. Por exemplo, a liberalização do comércio e do investimento ajuda a estimular a concorrência, mas é fundamental dispor de um quadro de política concorrencial eficaz para assegurar que se concretizam os ganhos da concorrência internacional e que os mercados não são dominados por algumas grandes empresas com práticas comerciais desleais. No mesmo sentido, as políticas de desenvolvimento que visam o progresso de determinados setores considerados como essenciais para o fomento da produtividade e do crescimento não devem permitir uma diminuição da concorrência e um aumento

do poder de mercado das empresas, o que poderia envolver custos para o resto da economia e anular os potenciais efeitos das políticas originais.

Em termos mais gerais, os países têm de manter um ambiente macroeconómico e institucional estável e sólido para atrair investimento privado e assegurar o avanço das políticas que estimulam a concorrência. Além disso, no contexto atual de crescimento do comércio e da integração regionais, é necessário reforçar a cooperação entre as autoridades da concorrência nacionais para abordarem quaisquer práticas anticoncorrenciais de grandes empresas pan-regionais.

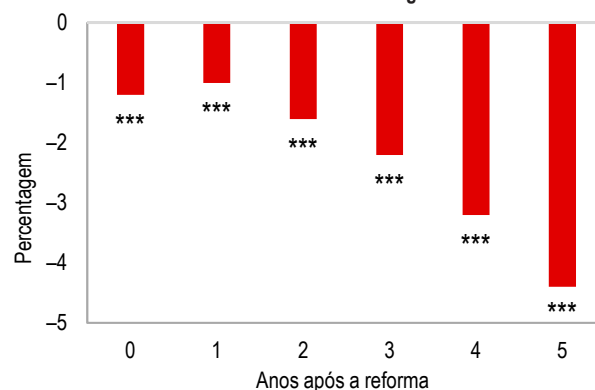
### Caixa 2.1. Margens Comerciais das Empresas e Liberalização do Comércio

A liberalização do comércio afeta o ambiente da concorrência no qual as empresas nacionais operam de diversas formas: ao expor essas empresas à concorrência direta de bens e serviços estrangeiros, facilitar o acesso a insumos intermédios e aumentar o acesso aos mercados mundiais. A investigação existente documenta que a liberalização do comércio tem efeitos significativos no comportamento e no desempenho das empresas através de um aumento da concorrência. Em particular, a liberalização do comércio estimula a inovação, a produtividade e a eficiência das empresas, ajudando simultaneamente a diminuir os preços dos produtos e os custos das empresas, influenciando assim as suas margens comerciais (Saggay, Heshmati e Dhif 2007; Mazumder 2014; Edmond, Midrigan e Xu 2015; De Loecker et al. 2016). Por conseguinte, a liberalização do comércio constitui normalmente um elemento fundamental das reformas do mercado dos produtos e da concorrência.

A análise dos dados ao nível das empresas indica que a redução das barreiras comerciais – tarifárias e não tarifárias – nas economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento afeta, de facto, o comportamento das empresas e ajuda a limitar as margens comerciais e o poder de mercado das empresas nos mercados internos. Mais especificamente, uma reforma das tarifas comerciais, capturada usando a classificação das tarifas médias da base de dados do Fraser Institute, resulta numa redução acumulada nas margens comerciais de cerca de 4,5% ao longo de um período de cinco anos após a implementação da reforma (Figura 2.1.1).<sup>1</sup> A redução das tarifas parece ter um efeito muito mais acentuado nas margens comerciais no setor dos serviços do que no setor da indústria transformadora, provavelmente pelo facto de a diferenciação do produto ser menos acentuada no setor dos serviços. Estes resultados são robustos quando são consideradas medidas alternativas de abertura às importações, como as taxas pautais setoriais e o rácio global importações/PIB.

Entre outros fatores, uma qualidade institucional mais forte e uma infraestrutura de transportes melhor estão, em média, associadas a margens comerciais consideravelmente inferiores, o que sugere que estes fatores tendem a fomentar a concorrência possivelmente através do estímulo do investimento e da atividade empresarial. Uma maior incerteza da política económica também reduz as margens comerciais, provavelmente devido à redução da atividade económica e dos preços dos bens e serviços.

Figura 2.1.1. Economias de mercados emergentes e países em desenvolvimento: Efeito cumulativo da reforma tarifária sobre a margem comercial



Fonte: Estimativas do corpo técnico do FMI com base nos dados Orbis.

Nota: As barras mostram o efeito cumulativo sobre as margens comerciais. \*\*\* indica a significância estatística ao nível de 1%.

Esta caixa foi preparada por Yuanchen Yang.

<sup>1</sup> Um episódio de reforma é definido como uma alteração no indicador de, pelo menos, um desvio padrão que não é seguida por uma inversão nos anos seguintes.

## REFERÊNCIAS

- Aghion, P., M. Braun e J. Fedderke, 2008. “Competition and Productivity Growth in South Africa”. *Economics of Transition*, 16: 741–68.
- Aghion, P. e R. Griffith, 2005. *Competition and Growth: Reconciling Theory and Evidence*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Alesina, A., D. Furceri, J. Ostry, C. Papageorgiou e D. Quinn. No prelo. “The Impact of Structural Reforms on Electoral Outcomes: Using a New Database of Regulatory Stances and Major Policy Changes”, IMF Working Paper, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Autor, D., D. Dorn, L. Katz, C. Patterson e J. Van Reenen. 2017. “Concentrating on the Fall of the Labor Share”. *American Economic Review*, 107 (5): 180–85.
- Banco Mundial. 2012. *Africa Can Help Feed Africa: Removing Barriers to Regional Trade in Food Staples*, Washington DC.
- . 2016. *Breaking Down Barriers, Unlocking Africa's Potential through Vigorous Competition Policy*. Washington DC.
- Begazo, T. e S. Nyman. 2016. *Competition and Poverty*. View Point Note No. 350. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial.
- Cadot, O., A. Asprilla, J. Gourdon, C. Knebel e R. Peters. 2015. *Deep Regional Integration and Non-Tariff Measures: A Methodology for Data Analysis*. Policy Issues in International Trade and Commodities Research Study Series No. 69. Genebra: UNCTAD.
- Caselli, F. e J. Feyrer. 2007. “The Marginal Product of Capital”. *The Quarterly Journal of Economics*, 122 (2): 535–568.
- Competition Commission of South Africa, 2018, *Annual Report 2017–18*. Joanesburgo.
- , 2010, *Annual Report 2009–10*. Joanesburgo.
- De Loecker, J. e F. Warzynski. 2012. “Markups and Firm-Level Export Status”. *American Economic Review*, 102 (6): 2437–71.
- De Loecker, J., P. Goldberg, A. Khandelwal e N. Pavcnik. 2016. “Prices, Markups and Trade Reform”. *Econometrica*, 84 (2): 445–510.
- De Loecker, J. e J. Eeckhout. 2018. “Global Market Power”. NBER Working Paper 24768, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- De Loecker, J., J. Eeckhout e G. Unger. 2018. “The Rise of Market Power and the Macroeconomic Implications”, versão atualizada do NBER Working Paper 23687. <http://www.janeeckhout.com/wp-content/uploads/RMP.pdf>
- Dutz, M. e A. Hayri. 1999. “Does More Intense Competition Lead to Higher Growth?” CEPR Discussion Paper 2249, Centre for Economic Policy Research, Londres.
- Edmond, C., V. Midrigan e D. Xu. 2015. “Markups, and the Gains from International Trade”. *American Economic Review*. 105 (10) 3183–221.
- Fedderke, J., N. Obikili e N. Viegli. 2018. “Markups and Concentration in South African Manufacturing Sectors: An Analysis with Administrative Data”. *South African Journal of Economics*, 86 (S1): 120–40.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2019a. “The Rise of Corporate Market Power and Its Macroeconomic Effects.” *World Economic Outlook*, Washington, DC, Abril.
- . 2019b. *Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana*, Washington, DC, Abril.
- . 2019. “Online Annex—Competition, Competitiveness, and Growth in sub-Saharan Africa” Background Paper: <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/REO/AFR/2019/October/English/backgroundpapers.ashx?la=en>
- Goodwin, T. e M. Pierola Castro. 2015. *Export Competitiveness: Why Domestic Market Competition Matters* View Point Note 348. Washington, DC: Grupo Banco Mundial.
- Gutiérrez, G. e T. Philippon. 2017. “Declining Competition and Investment in the U.S.”, NBER Working Paper No. 23583, National Bureau of Economic Research, Cambridge, MA.
- Lerner, A. 1934. “The Concept of Monopoly and the Measurement of Monopoly Power”. *Review of Economic Studies* 1: 157–75.
- McKinsey Global Institute (MGI). 2016. “*Lions on the Move II: Realizing the Potential of Africa's Economies*”. Nova Iorque.
- Mazumder, S. 2014. “The Price-Marginal Cost Markup and Its Determinants in U.S. Manufacturing”. *Macroeconomic Dynamics*, 18: 783–811.
- Nickell, S. 1996. “Competition and Corporate Performance”, *Journal of Political Economy*, 104 (4), 724-746.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). 2001. *Restructuring Public Utilities for Competition*. Paris.
- . 2014. *Factsheet on How Competition Policy Affects Macroeconomic Outcomes*. Paris.

- Ostry, J., A. Prati e A. Spilimbergo. 2009. "Structural Reforms and Economic Performance in Advanced and Developing Countries". IMF Occasional Paper 268, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Rajan, R. e L. Zingales. 2004. *Saving Capitalism from the Capitalists: Unleashing the Power of Financial Markets to Create Wealth and Spread Opportunity*. Princeton: Princeton University Press.
- Robinson, D., M. Gaertner e C. Papageorgiou. 2011. "Tanzania: Growth Acceleration and Increased Public Spending with Macroeconomic Stability". In *Yes Africa Can: Success Stories from a Dynamic Continent*, org. por P. Chuhan-Pole e M. Angwafo., Washington DC: Banco Mundial.
- Saggay, A., A. Heshmati e M. Dhif. 2007. "Effects of Trade Liberalization on Domestic prices Some Evidence from Tunisian Manufacturing". *International Review of Economics* 54, 148–75.
- Schumpeter, J. 1942. *Capitalism, Socialism and Democracy*. Nova Iorque: Harper & Brothers.
- Sibiya, T., P. Brishimov, M. Saunders e B. Marais. 2018. *A Private Path to Power in Africa*, Chicago: A. T. Kearney.
- Smith, A. 1776. *An Inquiry into the Nature and Causes of The Wealth of Nations*. Londres: William Strahan e Thomas Cadell. (Em português: Inquérito sobre a Natureza e a Causa da Riqueza das Nações)
- UNCTAD. 2004. "Competition, Competitiveness and Development: Lessons from Developing Countries", Organização das Nações Unidas, Nova Iorque.
- Zhang, Y., D. Parker e C. Kirkpatrick. 2008. "Electricity Sector Reform in Developing Countries: An Econometric Assessment of the Effects of Privatization, Competition and Regulation". *Journal of Regulatory Economics*, 33 (2): 159–78.



### 3. Atrasados Internos na África Subariana: Causas, Sintomas e Curas

Os atrasados internos – uma forma de financiamento forçado frequente em muitos países da África Subariana – registaram um aumento nos últimos anos<sup>1</sup>. Como tal, tornaram-se um importante desafio em matéria de política económica seja para a regularização do stock existente de atrasados internos seja para a prevenção de novos atrasados.

Não obstante a sua prevalência, as causas, os efeitos e as consequências dos atrasados não são bem conhecidos. A literatura sobre atrasados internos é limitada, provavelmente refletindo a inexistência de dados fiáveis e comparáveis (Caixa 3.1). Por conseguinte, talvez não se conheça a sua verdadeira escala e custos e existem poucas orientações operacionais sobre qual a melhor abordagem com vista à regularização dos atrasados. Os estudos muitas vezes atribuem a acumulação de atrasados a sistemas débeis de gestão das finanças públicas (GFP) e à falta de compromisso político face às políticas financeiras acordadas (Khemani e Radev 2009, Pattanayak 2016)<sup>2</sup>.

É, pois, de esperar um volume limitado de acumulação de atrasados em países com sistemas fracos de GFP; contudo, a dimensão e frequência dos atrasados sugerem que as causas transcendem esta debilidade. Como tal, são melhor analisados à luz de um contexto macroeconómico alargado, para compreender, por um lado, o papel dos choques – como as descidas no preços das matérias-primas, a instabilidade política e uma maior restritividade repentina das condições financeiras – na geração de atrasados e, por outro, em que medida os atrasados comprometem a eficácia da política orçamental.

O novo conjunto de dados relativos aos atrasados especialmente compilado para o presente capítulo mostra que o impacto da acumulação de atrasados

internos é multifacetado e pode ser substantivo. Prejudica o desempenho do setor privado, aumenta as vulnerabilidades dos bancos, faz subir os custos de contratação incorridos pelos Governos e deteriora a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos. Além disso, a acumulação prévia de atrasados não registados pode aumentar o fardo da dívida, agravando as vulnerabilidades em países com pouco ou nenhum espaço orçamental.

Este capítulo esclarece alguns aspetos importantes da acumulação de atrasados internos na África Subariana. Primeiro, investiga as causas dos atrasados internos e os diferentes canais através dos quais afetam a economia. Depois, analisa os princípios para a regularização e prevenção de atrasados. As principais conclusões são as seguintes:

- Os atrasados de despesas internas são generalizados na África Subariana e, muitas vezes, atingem um nível assinalável. Registaram um aumento recente, sobretudo nos países exportadores de matérias-primas e são devidos, em grande medida, a empresas do setor privado. De uma forma geral, a monitorização da acumulação de atrasados é fraca e muitos países possuem atrasados não registados, que podem ser uma fonte importante de passivos contingentes e aumentar subitamente o fardo da dívida.
- A acumulação de atrasados internos reflete a debilidade das instituições fiscais e orçamentais, em especial sistemas fracos de GFP. Além disso, os atrasados podem surgir na sequência de grandes choques orçamentais que, de outra forma, seriam difíceis de absorver. O impacto dos choques orçamentais nos atrasados é maior nos países com sistemas fracos de GFP (quando os sistemas de GFP são fracos, há

---

Este capítulo foi preparado por uma equipa coordenada Samuel Delepierre, Alexander Massara e David Stenzel, e composta por Moez Ben Hassine, Krisztina Fabo, Hoda Selim e Martha Woldemichael, com contributos de Jean Portier e Samuele Rosa e assistência de investigação de Yanki Kalfa, sob a supervisão de Said Bakhache e Catriona Purfield.

<sup>1</sup> No presente capítulo, os atrasados internos são obrigações financeiras vencidas da despesa primária.

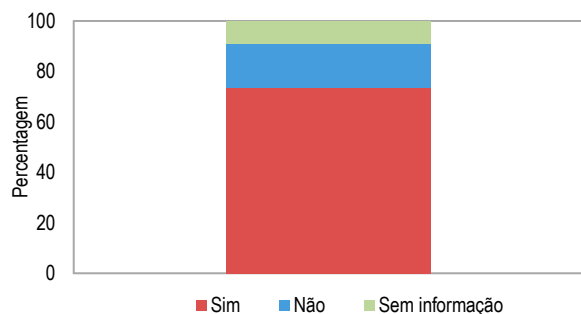
<sup>2</sup> Outros estudos desenvolveram modelos ou quadros teóricos para avaliar as implicações da acumulação de atrasados (Ramos 1998, Diamond e Schiller 1987). As poucas avaliações empíricas que existem sobre os efeitos macroeconómicos da acumulação de atrasados baseiam-se em países europeus (Checherita-Westphal, Klemm e Viefers 2015; Connell 2014).



uma acumulação mais rápida de atrasados em períodos desfavoráveis) e nos países com um regime de taxa de câmbio fixa.

- Os atrasados internos podem ter efeitos de vária ordem na economia. São especialmente perniciosos para o setor privado e aumentam a pressão sobre o setor bancário, com ramificações negativas ao nível do crescimento. Comprometem a confiança no Governo e a eficácia da política orçamental. Mais especificamente, o multiplicador orçamental sofre um declínio quando a despesa é financiada sobretudo por atrasados e pode passar a negativo quando o setor privado se depara com elevadas restrições de liquidez e nos casos em que há grandes atrasos na liquidação dos atrasados.
- Resolver o problema dos atrasados internos exige ações específicas para a sua regularização e para prevenir uma nova acumulação de atrasados. A estratégia de regularização deve ter em conta a necessidade de garantir a estabilidade macroeconómica, ser baseada no crescimento inclusivo e ser implementada de forma transparente. Se houver a necessidade de reescalonar os pagamentos, deve ser dada prioridade aos pagamentos que maximizam o impacto no crescimento e têm um efeito distributivo positivo.
- A prevenção implica esforços com vista ao reforço das instituições orçamentais, incluindo os sistemas de GFP, e à constituição de amortecedores. Além disso, durante choques exógenos consideráveis, a disponibilidade de financiamento externo pode ajudar a

**Figura 3.1. África Subsariana: Percentagem de países com atrasados internos registados, 2018**



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

<sup>3</sup> Ver Anexo 3.1. para definições e dados.

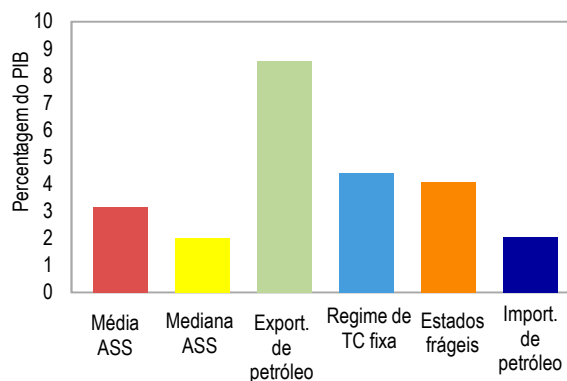
evitar a acumulação de atrasados internos. Por fim, ao mesmo tempo que procedem ao reforço das instituições orçamentais, os países devem implementar mecanismos para monitorizar os atrasados internos e evitar a acumulação de novos atrasados.

## A DIMENSÃO, COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DOS ATRASADOS INTERNOS NA ÁFRICA SUBSARIANA

### Facto 1: A maioria dos países da África Subsariana incorre em atrasados

Muitos países da África Subsariana apresentam oficialmente atrasados internos (Figuras 3.1 e 3.2). No final de 2018, 24 dos 30 países para os quais existiam dados disponíveis tinham atrasados<sup>3</sup>. Entre estes, o stock médio de atrasados situava-se em 3,3% do PIB, com um máximo de 18% do PIB na República do Congo. Os atrasados internos são especialmente elevados nos países exportadores de petróleo (cerca de 8,5% do PIB), nos países com um regime de taxa de câmbio fixa (4,4%) e nos Estados frágeis (4,1%). Além disso, os países com um nível mais elevado de dívida pública e uma pior notação de risco segundo a análise de sustentabilidade da dívida (ASD) tendem a ter mais atrasados (Figura 3.3). Embora a presença

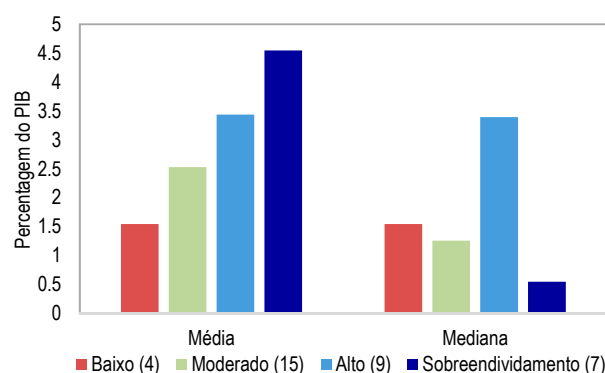
**Figura 3.2. África Subsariana: Stock de atrasados internos por grupo de países, 2018**



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: O grupo da África Subsariana abrange 29 observações; o grupo da mediana abrange 30 observações; o grupo dos exportadores de petróleo abrange 8 observações; o grupo de países com regime de taxa de câmbio fixa abrange 21 observações; o grupo de Estados frágeis abrange 18 observações; o grupo dos importadores de petróleo abrange 37 observações. ASS = África Subsariana.

**Figura 3.3. África Subsariana: Nível do stock de atrasados internos e notação da análise de sustentabilidade da dívida, 2017**



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

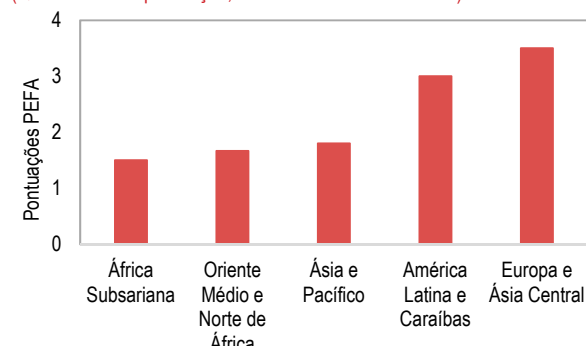
Notas: A República do Congo é a razão para a diferença entre a média e a mediana. O número de observações é indicado entre parênteses.

de atrasados não se cinja aos países da África Subsariana, uma pontuação baixa em termos de stock de atrasados internos no âmbito das avaliações PEFA da despesa pública e da responsabilidade financeira<sup>4</sup> – que são realizadas regularmente em muitos países da África Subsariana – corrobora a prevalência dos atrasados (Figura 3.4).

## Facto 2: Os atrasados “não reconhecidos” são generalizados

Além dos atrasados reconhecidos oficialmente, os países também poderão ter um stock de

**Figura 3.4. Pontuações PEFA sobre o stock de atrasados internos** (Quanto maior a pontuação, menor o stock de atrasados)



Fonte: Metodologia PEFA de 2016; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Notas: PEFA = Despesas públicas e responsabilidade financeira.

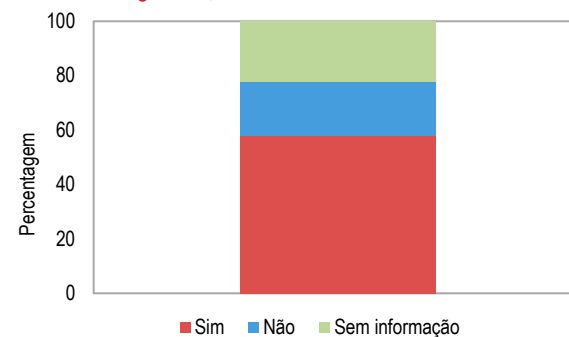
As pontuações médias são calculadas por região: África Subsariana (16 países); Médio Oriente e Norte de África (3 países); Ásia e Pacífico (5 países); América Latina e Caraíbas (4 países); Europa e Ásia Central (4 países). A pontuação do país é 1 se o stock de atrasados internos for inferior a 2% do total das despesas em dois dos três últimos exercícios; 2 se o stock for de 2%-6%; 3 se for de 6%-10% e 4 se for superior a 10%.

<sup>4</sup> Os relatórios PEFA avaliam o desempenho de um país em termos de GFP, fornecendo pontuações baseadas em dados para uma série de indicadores, incluindo a monitorização e o stock de atrasados.

atrasados “não reconhecidos” que não estão registados oficialmente. Os atrasados não reconhecidos podem tratar-se de potenciais dívidas que aguardam a conclusão de uma auditoria ou atrasados que existem mas que ainda não foram registados pelas autoridades orçamentais. Podem também assumir a forma de compromissos não pagos a empresas de serviços públicos ou fundos da segurança social e, depois de verificados, aumentam de forma significativa o stock da dívida do país, o que pode acentuar repentinamente a vulnerabilidade da dívida.

Os atrasados não reconhecidos podem surgir devido: a orçamentos irrealistas; a um fraco controlo dos compromissos; à falta de capacidade para monitorizar as despesas das instituições fora da administração central (por exemplo, poder local, fundos da segurança social, empresas públicas) sem financiamento e supervisão financeira adequados; ou ao incumprimento das regras e dos regulamentos. Na maioria dos países, há, por definição, pouca informação para formar uma estimativa precisa do volume dos mesmos. Um inquérito junto dos economistas encarregados dos países da África Subsariana concluiu que: 1) mais de metade dos países da África Subsariana realizaram exercícios de verificação desde 2005 para determinar se existem atrasados não registados legítimos; 2) mais de metade dos países da África Subsariana têm, atualmente, atrasados por verificar (Figura 3.5); e 3) embora se estime que os atrasados não reconhecidos se cifrem em 2% do PIB no final de 2018, é provável que alguns países tenham acumulado um stock bastante superior.

**Figura 3.5. África Subsariana: Percentagem de países com atrasados internos não registados, 2018**



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

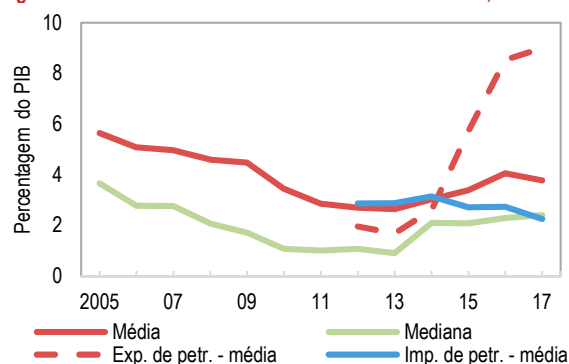
### Facto 3: Os atrasados internos aumentaram desde 2012

Após diminuir a um ritmo constante no final dos anos 2000, o stock médio de atrasados aumentou recentemente e atingiu um nível máximo de cerca de 4% do PIB em 2016 (Figura 3.6). Enquanto os países importadores de petróleo, como o Gana e a Guiné-Bissau, observaram um decréscimo no volume de atrasados internos ao longo dos últimos cinco anos, os países exportadores de petróleo registaram uma subida significativa (Figura 3.6), que reflete a queda considerável nos preços do petróleo em 2014/15. Esta conclusão é sustentada por uma análise de mineração de texto dos relatórios do corpo técnico do FMI. O uso de terminologia relacionada com os atrasados internos aumentou após 2013, tendo alcançado níveis recorde em 2016 e 2017. A discussão dos atrasados internos intensificou-se sobretudo nos relatórios do corpo técnico referentes aos países exportadores de petróleo (Figura 3.7). Este dado sugere que o tema recebeu maior atenção durante este período.

### Facto 4: Os atrasados com fornecedores privados de bens e serviços são os mais comuns

No final de 2018, a maioria dos países tinha atrasados para com fornecedores do setor privado<sup>5</sup>. Os atrasados a empresas públicas também são

Figura 3.6. África Subsariana: Stock de atrasados internos, 2005–17



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os resultados permanecem robustos após controlar o efeito da variação na amostra ao longo do tempo (dados disponíveis sobre 19 países em 2005 e sobre 30 países em 2018).

<sup>5</sup> A avaliação baseia-se no inquérito.

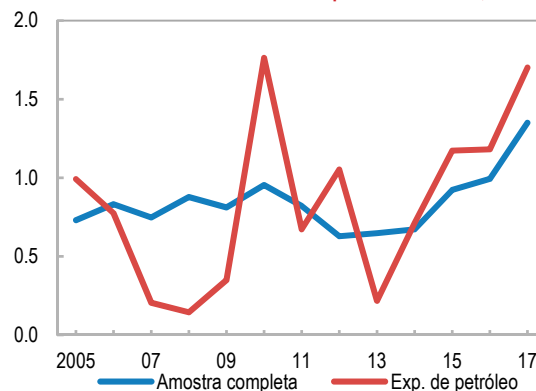
<sup>6</sup> De um total de 111 programas do FMI com 36 países na África Subsariana desde 2002, 78 incluíram uma condicionalidade relativa aos atrasados internos.

relativamente frequentes; apenas alguns países apresentam atrasados a funcionários públicos (Figura 3.8, painéis 1 e 2). Tal está espelhado nos dados relativos aos atrasados discriminados por categorias de despesa. Os atrasados são acumulados sobretudo com despesas de bens e serviços (53% de todos os países da África Subsariana), transferências (31%), investimentos (24%) e, por fim, remunerações e salários. Devido aos impactos socioeconómicos, os atrasados relativos a salários são raros e ocorrem sobretudo no quadro de uma grave instabilidade política (República Centro-Africana) ou grandes choques nos termos de troca (República do Congo).

### Facto 5: Os países na África Subsariana incluíram a condicionalidade relativa aos atrasados internos em dois terços dos programas apoiados pelo FMI

O grau da condicionalidade relativa aos atrasados internos nos programas do FMI é também prova da generalizada acumulação de atrasados internos. Desde 2002, mais de dois terços dos programas do FMI na África Subsariana contemplaram a condicionalidade relacionada com os atrasados internos (Figura 3.9)<sup>6</sup>. Em mais de metade dos programas na região, a condicionalidade assumiu frequentemente a forma de metas quantitativas com o objetivo de evitar a acumulação de atrasados, manter o volume de atrasados abaixo de um determinado nível ou reduzir o stock de

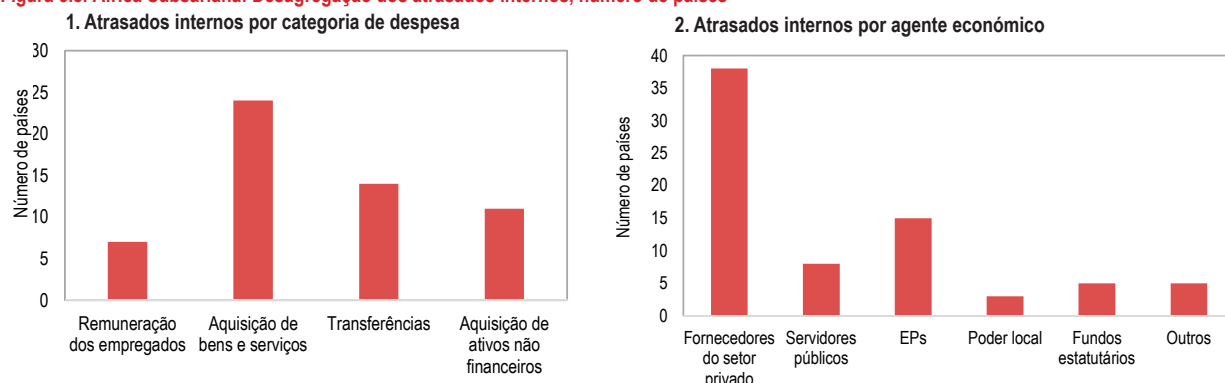
Figura 3.7. África Subsariana: Frequência dos termos ligados aos atrasados internos nos relatórios do corpo técnico do FMI, 2005–17



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Termos ligados aos atrasados internos por mil palavras.

Figura 3.8. África Subsariana: Desagregação dos atrasados internos, número de países



Fonte: Inquérito junto aos economistas do Departamento de África do FMI.

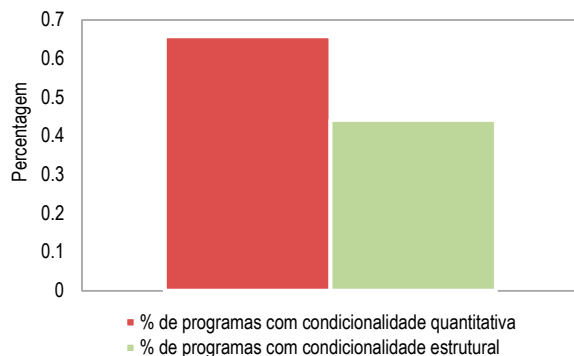
Nota: EPs = Empresas públicas.

atrasados. A condicionalidade estrutural ocorreu com menor frequência e, quando esteve presente, concentrou-se principalmente em auditorias a atrasados internos ou medidas específicas para monitorizar ou prevenir a acumulação de atrasados.

### CAUSAS PARA A ACUMULAÇÃO DE ATRASADOS INTERNOS

Os países têm vindo a acumular atrasados de despesas devido a fatores estruturais e cíclicos (Figura 3.10). Os primeiros incluem, principalmente, instituições fiscais e de GFP débeis, que estão na raiz da acumulação de atrasados em quase todos os casos. Os fatores cíclicos (entre os quais figuram os choques exógenos, que acentuam a debilidade dos sistemas de GFP), são aqueles que afetam adversamente os recursos públicos e resultam em escassez de financiamento ou exercem pressões sobre

Figura 3.9. África Subsariana: Condicionalidade nos acordos com o FMI ligada aos atrasados internos, 2002-18



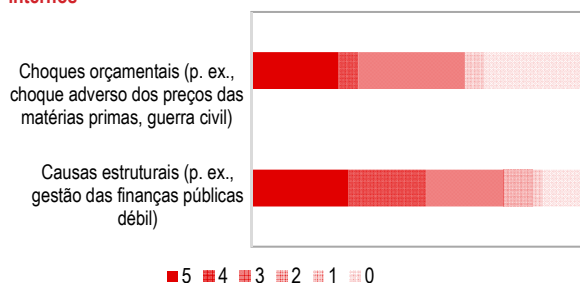
Fontes: Base de dados de monitorização dos acordos do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

a despesa. Podem incluir recessões económicas, choques nos preços das matérias-primas, maior restritividade das condições de financiamento externo, catástrofes naturais e choques internos, tais como conflitos e instabilidade política.

### Causas estruturais da acumulação de atrasados

A acumulação de atrasados pode ser o resultado de fragilidades em várias fases do ciclo das despesas. A elaboração de orçamentos irrealistas, a ausência de controlo dos compromissos, a má gestão de caixa, os atrasos no processamento dos pagamentos, o adiamento deliberado dos pagamentos ou sanções inadequadas em caso de incumprimento são todos elementos que podem contribuir para a acumulação de atrasados<sup>7</sup>. Este facto é amplamente confirmado pela associação entre o stock de atrasados internos e os indicadores de governação orçamental. Por exemplo, o stock de atrasados tem uma correlação

Figura 3.10. África Subsariana: Causas da acumulação de atrasados internos



Fonte: Inquérito junto aos economistas do Departamento de África do FMI.

Nota: 0 = não significativo e 5 = altamente significativo.

<sup>7</sup> Para uma análise abrangente sobre a relação entre fracos sistemas de GFP e atrasados, ver Flynn e Pessoa (2014).

negativa com indicadores que medem a execução da receita e da despesa face às projeções iniciais, a eficácia dos controlos da despesa e a gestão de liquidez (Figura 3.11). O stock de atrasados tem uma correlação positiva com o nível de dívida pública e a volatilidade a longo prazo dos défices orçamentais (Figura 3.12), o que mais uma vez sugere que a fraca disciplina orçamental é um fator importante para a acumulação de atrasados.

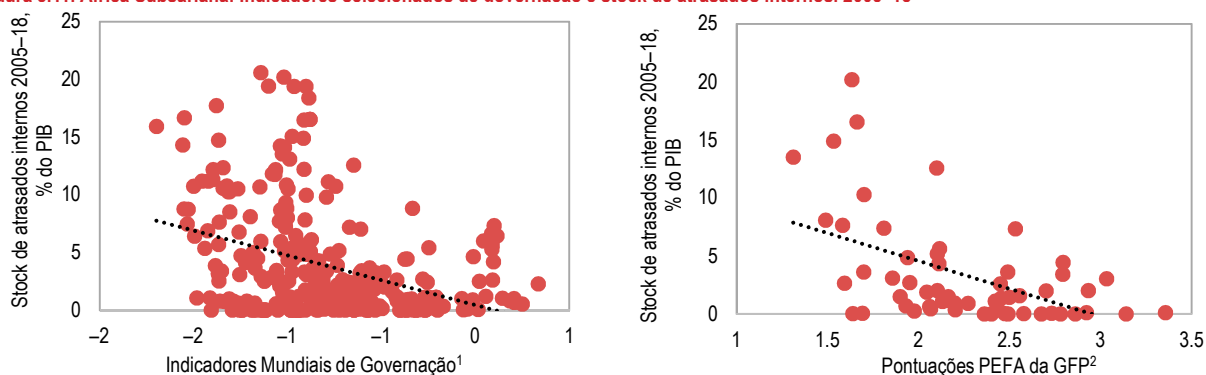
### Causas cíclicas da acumulação de atrasados

Embora a debilidade das instituições orçamentais seja uma das causas da acumulação de atrasados internos, normalmente os elevados níveis de atrasados resultam de grandes choques difíceis de absorver. Os choques podem ser despoletados por várias causas, por exemplo uma recessão ou um abrandamento económico, uma queda nos preços das matérias-primas, instabilidade

interna (política, de segurança), crise de saúde pública ou catástrofe natural. Um Governo pode responder ao conseqüente declínio nas receitas aumentando as receitas não relacionadas com matérias-primas e/ou cortando na despesa. Quando o ajustamento é demasiado grande e inviável e quando não está disponível mais financiamento (incluindo dos doadores), o recurso ao “financiamento forçado” mediante a acumulação de atrasados para colmatar o défice financeiro remanescente poderá ser um desfecho inevitável. Além disso, as perturbações institucionais (nomeadamente em casos de conflito) podem comprometer a capacidade do Governo para honrar atempadamente as suas obrigações financeiras.

Os grandes choques orçamentais são um indicador avançado de uma substancial acumulação de atrasados. Por exemplo, os cinco países exportadores de petróleo da Comunidade

Figura 3.11. África Subsariana: Indicadores selecionados de governação e stock de atrasados internos, 2005–18



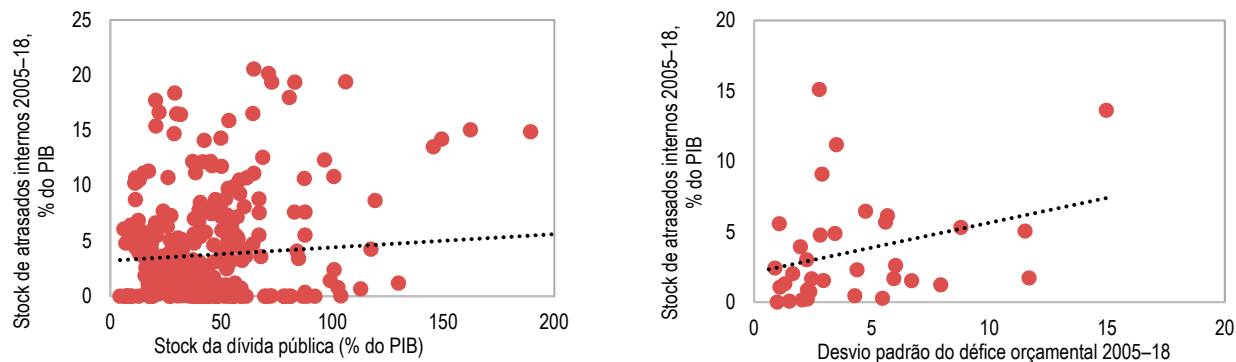
Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Notas: PEFA = despesas públicas e responsabilidade financeira; GFP = gestão das finanças públicas. As pontuações alfabéticas do indicador PEFA foram convertidas em valores numéricos.

<sup>1</sup> Média simples dos Indicadores Mundiais de Governação no período 2005–2017.

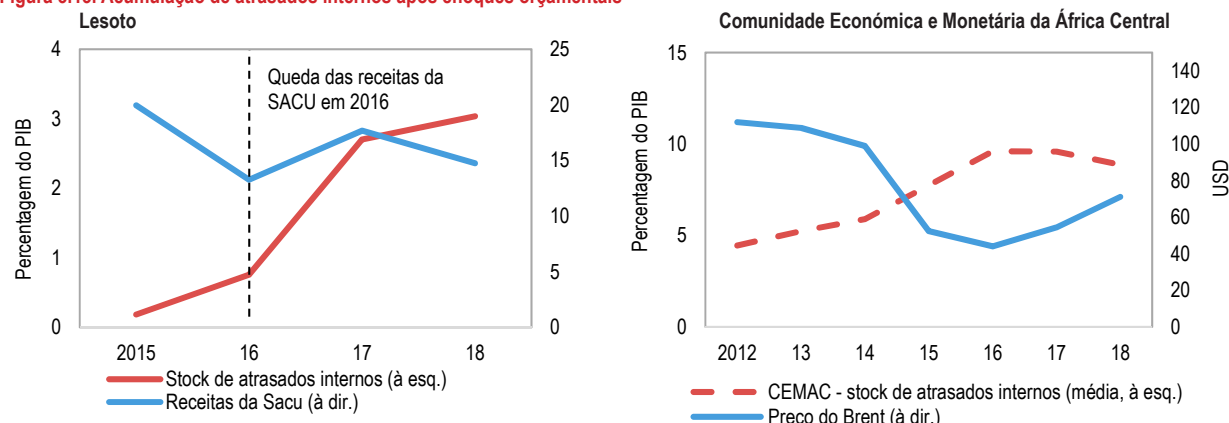
<sup>2</sup> Média simples das seis categorias de GFP com base na classificação PEFA de 2011.

Figura 3.12. África Subsariana: Variáveis orçamentais selecionadas e stock de atrasados internos, 2005–18



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 3.13. Acumulação de atrasados internos após choques orçamentais



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: CEMAC = Comunidade Económica e Monetária da África Central; SACU = União Aduaneira da África Austral.

Económica e Monetária da África Central (CEMAC) – Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial e República do Congo – viram-se a braços com receitas orçamentais significativamente mais baixas após a drástica descida do preço do petróleo em 2014/15. Da mesma forma, o Lesoto observou uma súbita queda nas receitas da União Aduaneira da África Austral (SACU) em 2016, que representavam aproximadamente um terço de todas as receitas do país. Nestes casos, o ajustamento orçamental e a utilização dos amortecedores não foram suficientes para impedir a acumulação de atrasados após o choque (Figura 3.13). Em casos como o da Libéria no início dos anos 2000 e da República Centro-Africana em 2013, a grave instabilidade política e os conflitos deram origem a um stock de atrasados bem acima de 5% do PIB.

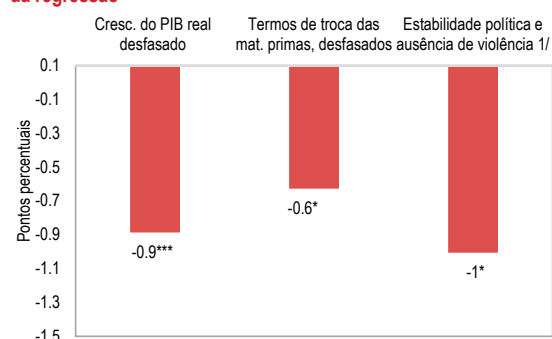
As análises empíricas parecem confirmar que a acumulação de atrasados relativos à despesa ocorre no seguimento de choques orçamentais, sendo que algumas características do país podem exacerbar o impacto (Figura 3.14)<sup>8</sup>. Há indícios de que:

- Uma taxa de crescimento menor, um declínio nos termos de troca das matérias-primas e a instabilidade política estão associados a um maior stock de atrasados internos. Uma descida de um desvio padrão no crescimento do PIB,

nos termos de troca das matérias-primas e no indicador de instabilidade política e violência<sup>9</sup> resulta num aumento de 0,9, 0,6 e 1 p.p. no rácio atrasados internos/PIB, respetivamente.

- Usando uma medida alternativa dos choques petrolíferos<sup>10</sup>, estes parecem resultar num maior aumento dos atrasados internos em países com regimes de taxa de câmbio fixa. Uma descida de um desvio padrão na percentagem do PIB petrolífero em países

Figura 3.14. Causas da acumulação de atrasados internos, resultado da regressão



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A variável dependente é o stock de atrasados internos em percentagem do PIB. Os coeficientes mostram o efeito de um aumento de 1 desvio padrão do crescimento do PIB desfasado, dos termos de troca das matérias-primas desfasados, da estabilidade política e da ausência de violência no stock de atrasados internos. \*\*\*, \*\* e \* indicam a significância estatística aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente.

<sup>1</sup> Indicadores Mundiais de Governação.

<sup>8</sup> O corpo técnico usou um modelo de regressões de painel que cobre vários países com efeitos fixos por país e ano em 45 países durante o período 2005–2018. Ver Anexos 3.1 e 3.3 para pormenores sobre as fontes de dados e especificações.

<sup>9</sup> Dados dos Worldwide Governance Indicators.

<sup>10</sup> Não obstante alguns problemas de endogeneidade, o corpo técnico usou a queda do PIB petrolífero como percentagem do PIB total como um indicador dos choques petrolíferos.

com regimes de taxa de câmbio fixa está associada a um aumento de 4,3 p.p. no rácio atrasados internos/PIB. Da mesma forma, o impacto dos choques petrolíferos tende a sentir-se mais no stock de atrasados internos em países com fraca governação. Uma descida de um desvio padrão na percentagem do PIB petrolífero resulta num aumento de 3,2 (1,2) p.p. no rácio atrasados internos/PIB para países com má (boa) governação.

Além disso, o ciclo eleitoral também pode ser determinante para a acumulação de atrasados. Há indícios de que os défices orçamentais são maiores em anos de eleições, com a pressão proveniente do lado da despesa de consumo, o que pode despoletar a acumulação de atrasados na ausência de controlos orçamentais robustos<sup>11</sup>. Os dados mostram que alguns países na África Subsariana com eleições presidenciais ou legislativas em curso tendem a registar um pequeno salto no volume de atrasados<sup>12</sup>.

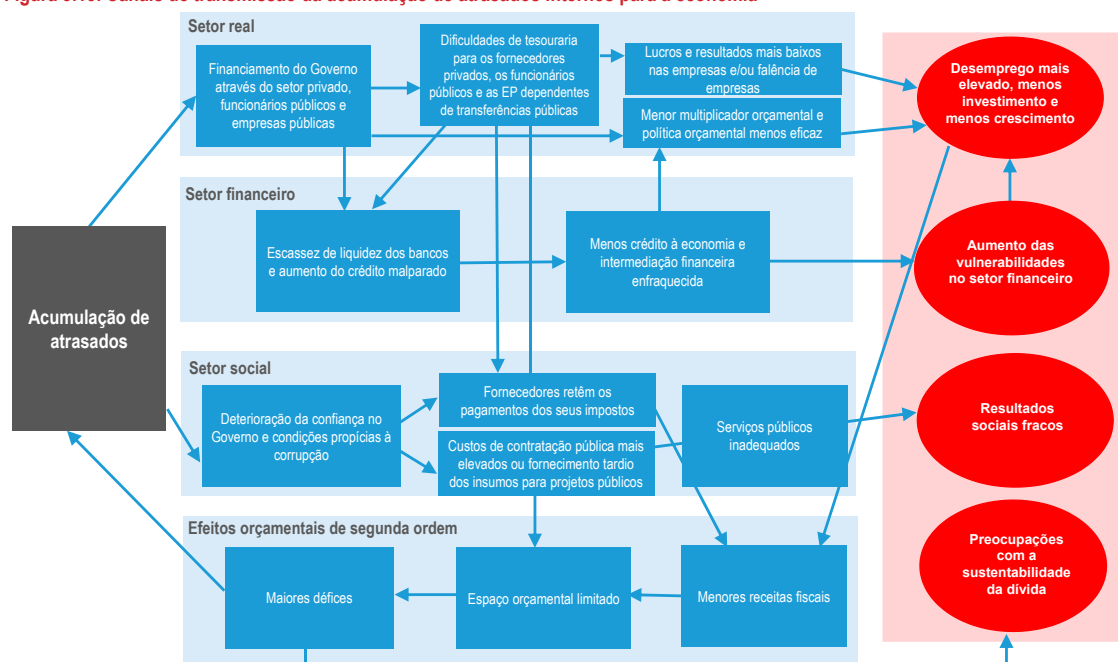
Estas constatações sugerem que as causas para a acumulação significativa de atrasados vão além da debilidade dos sistemas de GFP. Os fatores

macroeconómicos também são determinantes. Por exemplo, no contexto de um regime de taxa de câmbio fixa, não é possível mitigar os choques externos negativos (como um choque no preço das matérias-primas) através da desvalorização cambial. É a política orçamental que tem de suportar todo o fardo do ajustamento, o que torna a acumulação de atrasados mais provável, especialmente em países com espaço orçamental limitado e fracos sistemas de GFP. O espaço orçamental e a existência de amortecedores orçamentais ajudam a suavizar o choque, uma vez que um défice maior poderá ser financiado pela utilização dos ativos financeiros ou pela emissão de nova dívida.

### SINTOMAS: EFEITOS MACROECONÓMICOS DOS ATRASADOS DE PAGAMENTOS INTERNOS

Uma grande e/ou persistente acumulação de atrasados internos tem um impacto adverso nos setores real, financeiro e social por meio de vários canais (Figura 3.15)<sup>13</sup>.

Figura 3.15. Canais de transmissão da acumulação de atrasados internos para a economia



Fonte: Corpo técnico do FMI.

<sup>11</sup> Ebeke e Ölcer (2013).

<sup>12</sup> Como os dados de base são comunicados anualmente, não captam os atrasados que são acumulados e liquidados durante o ano.

<sup>13</sup> É possível encontrar alguns destes canais de transmissão em Diamond e Schiller (1987) e Flynn e Pessoa (2014).

*Os atrasados podem afetar a atividade do setor privado e o crescimento.* Ao fornecerem ao Governo uma fonte de financiamento discricionário e pouco transparente, os atrasados permitem que um Governo desvie recursos do setor privado e das empresas públicas, que ficam sujeitas ainda a maiores restrições de liquidez. Isto conduz a lucros mais baixos nas empresas e a menos rendimentos das famílias, a eventuais falências e, em última análise, a uma menor procura agregada que resulta numa taxa de desemprego mais elevada e menor crescimento.

*Os atrasados podem suscitar vulnerabilidades no setor financeiro.* Na medida em que os atrasados impedem as empresas privadas, as famílias e as empresas públicas de cumprirem atempadamente as suas obrigações inerentes a créditos contraídos, o setor bancário poderá registar uma deterioração da qualidade dos seus ativos e observar um aumento do crédito malparado. Isto pode pesar sobre a oferta de crédito e provocar uma quebra no investimento conduzindo, em última análise, a uma descida das receitas orçamentais e a um abrandamento da atividade económica. A intensidade destas ligações indiretas dependerá da robustez inicial do setor financeiro bem como do volume e ritmo de acumulação de atrasados.

*A persistência de atrasados pode conduzir a piores resultados sociais.* Os atrasados podem minar a confiança na situação orçamental do Governo se os fornecedores do Estado ou as empresas públicas anteciparem atrasos nos pagamentos. Este efeito poderá levar os agentes a: reter os pagamentos dos seus impostos até que as dívidas sejam pagas; cobrar preços mais altos para compensar o atraso nos pagamentos; e/ou atrasar o fornecimento de insumos para projetos públicos, especialmente se dispuserem de recursos financeiros limitados. Os agentes também poderão recorrer a pagamentos informais para agilizar o processo de liquidação (Diamond e Schiller 1987, Garamfalvi 1997), o que pode originar corrupção. Estas despesas adicionais

inflacionam os custos dos contratos públicos, comprometendo a prestação de serviços públicos (Flynn e Pessoa 2014) e deteriorando os resultados sociais.

*A persistência dos atrasados pode criar custos orçamentais de segunda ordem.* Pode iniciar-se um círculo vicioso se os efeitos diretos negativos dos atrasados se reforçarem mutuamente, enfraquecendo ainda mais a atividade económica e acentuando a tensão orçamental, o que pode contribuir para défices de financiamento ainda maiores. Por exemplo, os atrasados acumulados no Zimbabwe após uma grave seca em 2016 deterioraram consideravelmente a estabilidade macroeconómica, sobretudo no setor financeiro, o que causou custos orçamentais de segunda ordem.

Uma análise de regressão, que deve ser interpretada com cautela tendo em conta as limitações respeitantes aos dados sobre atrasados, confirma os efeitos adversos da acumulação de atrasados internos na economia, sendo que a má disciplina de pagamento do Estado prejudica o crescimento e as atividades dos setores público e privado, assim como o setor financeiro (Figura 3.16)<sup>14</sup>. Mais especificamente, a estimativa sugere:

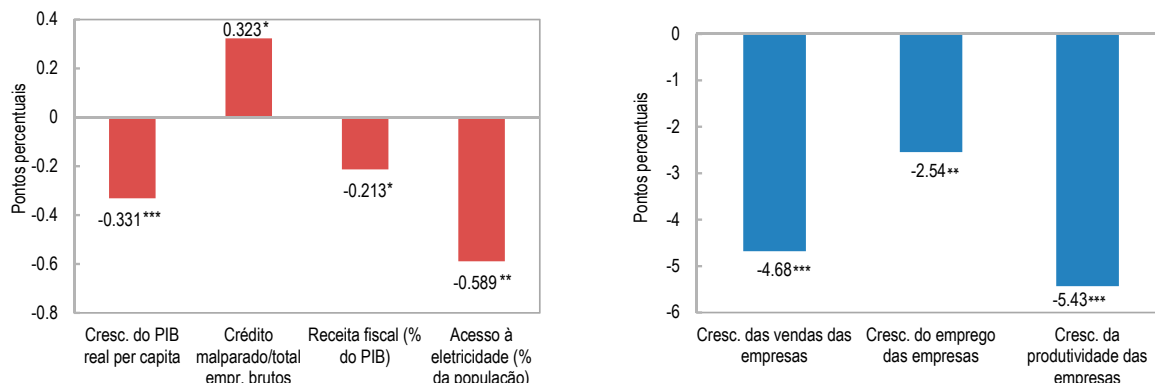
- Um aumento de 1 p.p. na acumulação de atrasados está associado a uma queda de 0,3 p.p. na taxa de crescimento do PIB real. A utilização do método de controlo sintético – uma abordagem alternativa que visa isolar o efeito da acumulação de atrasados no crescimento de um determinado país – mostra um resultado semelhante, nomeadamente que os países podem observar uma mudança considerável na taxa de crescimento do PIB real após uma grande acumulação de atrasados<sup>15</sup>.
- O efeito dos atrasados no setor bancário reflete-se no rácio crédito malparado/total de empréstimos – um impacto estimado na ordem dos 0,3 p.p. – o que sugere que

<sup>14</sup> Uma descrição da abordagem econométrica e as tabelas de regressões completas encontram-se no Anexo 3.4.

<sup>15</sup> O método de controlo sintético foi desenvolvido por Abadie e Gardeazabal (2003) e alargado por Abadie, Diamond e Hainmueller (2010). Estabelece uma comparação entre um país tratado e um contrafactual estimado, o controlo sintético, que é uma combinação linear de países não tratados. São escolhidos ponderadores de maneira a que o controlo sintético se assemelhe ao país tratado em todas as características pré-tratamento (por exemplo, antes da acumulação de atrasados) relevantes. Os pormenores sobre o método de controlo sintético, as verificações de robustez e os resultados associados com ressalvas estão disponíveis no Anexo 3.4. Os resultados mantêm-se robustos quando o grupo de controlo mundial é limitado aos países da ASS que não registaram uma acumulação acentuada de atrasados no seguimento do choque dos preços do petróleo.



Figura 3.16. África Subsariana: Impacto macroeconómico dos atrasados de pagamentos internos



Fontes: Inquérito do Departamento de África do FMI; Indicadores de solidez financeira, do FMI; Inquérito do Banco Mundial às empresas; Indicadores do Desenvolvimento Mundial; FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os coeficientes mostram o efeito de um aumento de 1 p.p. do PIB na acumulação de atrasados. \*\*\*, \*\* e \* indicam a significância estatística aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente. Para mais pormenores, ver as Tabelas 4.1–4.5 do Anexo.

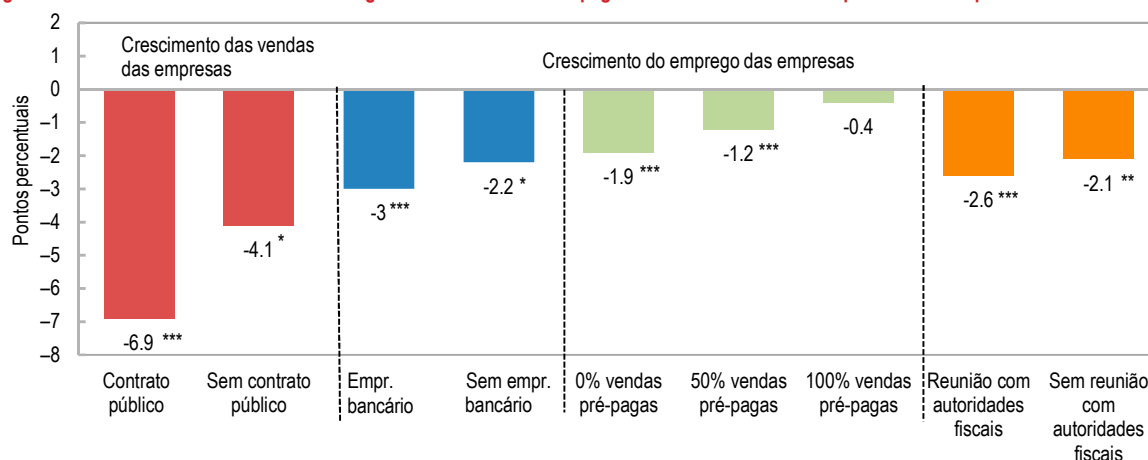
os fornecedores do Estado com restrições de liquidez, as empresas públicas e as famílias dependentes de transferências do Estado deparam-se com dificuldades para cumprirem as suas obrigações financeiras, o que por seu turno tem repercussões negativas na qualidade dos ativos dos bancos.

- A acumulação de atrasados internos traduz-se em menores receitas fiscais, uma vez que as empresas credoras podem decidir reter os pagamentos dos impostos.
- A prestação de serviços públicos também é afetada porque os preços das compras públicas

aumentam, o que diminui o volume de recursos disponíveis para investir em setores sociais. Um aumento de 1 p.p. na acumulação de atrasados está associado a uma queda aproximada de 0,6 p.p. na percentagem da população que tem acesso a eletricidade.

- O setor empresarial também é afetado dado que a acumulação de atrasados deteriora a produtividade e o desempenho comercial das empresas e, assim, dilui a sua capacidade para criar emprego. Naturalmente, o impacto dos atrasados internos no setor privado varia (Figura 3.17). Embora todas as empresas registem um declínio no crescimento das

Figura 3.17. África Subsariana: Efeitos heterogéneos dos atrasados de pagamentos internos no desempenho do setor privado



Fontes: Inquérito do Departamento de África do FMI; Indicadores de solidez financeira, do FMI; Inquérito do Banco Mundial às empresas; Indicadores do Desenvolvimento Mundial; FMI, base de dados WEO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os coeficientes mostram o efeito de um aumento de 1 p.p. do PIB na acumulação de atrasados. \*\*\*, \*\* e \* indicam a significância estatística aos níveis de 1, 5 e 10 por cento, respetivamente. Para mais pormenores, ver as Tabelas 4.1–4.5 do Anexo.

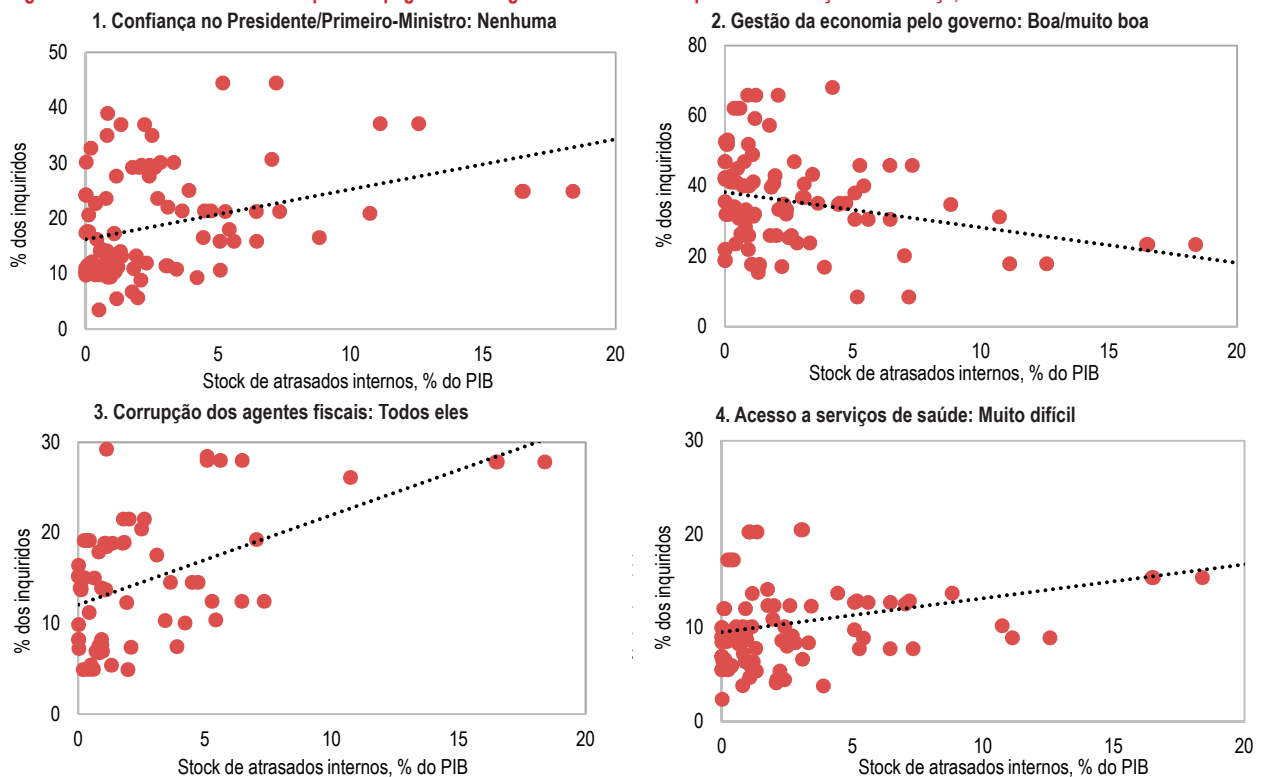
vendas, aquelas mais expostas ao Estado – classificadas em função da sua participação em concursos públicos – observam um maior declínio devido ao efeito direto do não pagamento por parte do Governo. No mesmo sentido, as empresas mais expostas ao setor bancário por meio de um empréstimo bancário registam um ritmo mais lento de criação de emprego, o que reflete o canal de transmissão financeira da acumulação de atrasados. Pelo contrário, as empresas com uma percentagem maior de vendas pré-pagas sofrem menos. Os resultados sugerem igualmente que o efeito adverso da acumulação de atrasados no setor empresarial é agravado pela existência de procedimentos regulamentares onerosos.

- A acumulação de atrasados pode comprometer a legitimidade do Governo ao influenciar as atitudes dos cidadãos relativamente à confiança, corrupção e prestação de serviços públicos (Figura 3.18). A correlação entre o stock de atrasados internos e os indicadores do

Afrobarómetro<sup>16</sup> mostram que quanto maior os níveis de atrasados menor a confiança dos cidadãos nos seus líderes e na sua capacidade para gerir a economia. É igualmente maior a probabilidade das pessoas terem uma perceção de corrupção generalizada entre os agentes públicos e comunicarem dificuldades no acesso aos serviços básicos de saúde.

O financiamento da despesa através da acumulação de atrasados mina a eficácia da política orçamental. Regra geral conduz a uma deslocação de recursos do credor para o Governo que é equivalente a uma tributação, uma vez que, normalmente, não são pagos juros de mora a quem concede o financiamento baseado em atrasados. O efeito varia em função de três fatores, a saber: o nível de despesa financiada por meio de atrasados, o período de reembolso dos atrasados e o grau das restrições de liquidez no setor privado. Quanto maior o volume de atrasados, mais tempo ficam por liquidar, e quanto menor o nível de liquidez na economia, menor o multiplicador da

Figura 3.18. África Subsariana: Disciplina de pagamento do governo e atitudes do público em relação à confiança, 2005–18



Fonte: Afrobarómetro; Inquérito do Departamento de África do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: O stock de atrasados é desfasado um ano.

<sup>16</sup> O Afrobarómetro é uma base de dados pan-africana de inquéritos nacionais de opinião pública sobre democracia, governação e sociedade.

despesa. Em algumas circunstâncias excecionais, o multiplicador pode ser negativo. Por exemplo, nos países com um setor bancário sob pressão e atrasados, a execução de despesa através de mais atrasados pode de facto ser contracionista. A Caixa 3.2. usa um modelo dinâmico estocástico de equilíbrio geral (DSGE) para ilustrar em que medida o multiplicador orçamental é afetado pelos atrasados internos na África Subsariana.

## CURAS: REGULARIZAÇÃO E PREVENÇÃO DE ATRASADOS

Sempre que existem atrasados, deve envidar-se todos os esforços para liquidar os mesmos e evitar novos atrasados. A regularização envolve três etapas principais: a verificação, a elaboração de uma estratégia de pagamentos e definição de pagamentos prioritários, e a liquidação. Ao mesmo tempo, deve tomar-se medidas para evitar novos atrasados.

### Regularização

O primeiro passo no âmbito do processo de regularização é a realização, de forma independente e exaustiva, de um levantamento e verificação dos atrasados. Tal é necessário porque, muitas vezes, durante o período de acumulação, quando os controlos são frágeis, há maior espaço para a corrupção, o que pode originar dívidas ilegítimas. A título de exemplo, no Gana (2017) e na República do Congo (2019) as auditorias realizadas permitiram rejeitar grande parte do stock inicial de atrasados. Além disso, o exercício de verificação deve classificar a dimensão e o tipo de atrasados, a quem são devidos, quando foram incorridos e se serão aplicadas penalizações sobre os atrasados, sendo que todos estes elementos são necessários no sentido de elaborar a estratégia de regularização<sup>17</sup>. O exercício de verificação deve abranger o máximo possível do setor público (por exemplo, empresas públicas e poder local) e não apenas os ministérios em causa.

Em seguida, após a fase de verificação, deve elaborar-se uma estratégia de pagamentos e definição de pagamentos prioritários que deverá ser aprovada pelas autoridades orçamentais relevantes. Também poderá ser útil constituir uma Comissão de Atrasados. Embora os atrasados representem dívida

já vencida, muitas vezes não é possível liquidar de uma só vez todo o stock de atrasados ora porque é demasiado grande (face às considerações ligadas à sustentabilidade da dívida ou ao financiamento disponível) ora porque uma regularização rápida colocaria em causa a estabilidade macroeconómica. A Figura 3.19 apresenta uma representação estilizada de diferentes cenários:

- O stock remanescente de atrasados deve ser pago rapidamente, desde que haja financiamento dos mercados ou doadores, a sustentabilidade da dívida esteja assegurada e outros objetivos macroeconómicos (como uma taxa de inflação baixa e a estabilidade externa) não sejam prejudicados pelo reembolso.
- A elaboração de uma estratégia de reembolso torna-se mais complexa quando o financiamento disponível é limitado ou a sustentabilidade da dívida já é uma preocupação. Neste caso, as opções incluem realizar o ajustamento orçamental ou gerar financiamento adicional mediante a venda de ativos para abrir espaço para a regularização dos atrasados. Se tal for viável, seria apropriado um reembolso gradual da totalidade dos créditos, em consonância com a manutenção da estabilidade macroeconómica.
- Contudo, nos casos em que a capacidade de reembolso do Governo está demasiado limitada, mesmo a médio prazo, torna-se necessário proceder a uma reestruturação dos créditos, o que poderá incluir uma reformulação do perfil dos atrasados e/ou um desconto sobre os mesmos. Este processo deve ser realizado sob o princípio da transparência e de um intercâmbio de informações aberto com os credores. Ter em conta as preferências destes em termos de modalidades de reembolso e assegurar a uniformidade de tratamento deve ajudar a facilitar a participação voluntária, sempre que possível. Em tal cenário, deve colocar-se em primeiro lugar as considerações relativas à estabilidade do setor financeiro. Os testes de stress à banca são úteis para avaliar o impacto dos cenários de reestruturação nos balanços dos bancos. Se a reestruturação

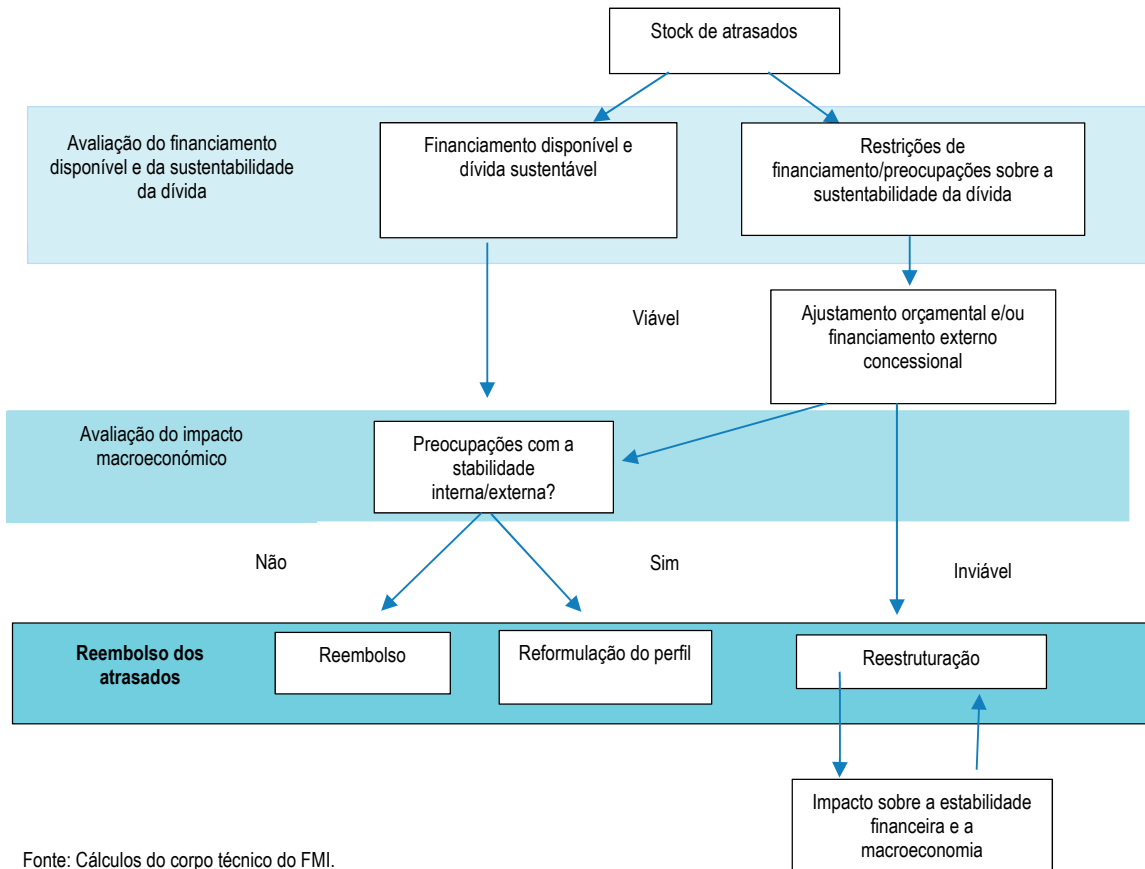
<sup>17</sup> Flynn e Pessoa (2014) apresentam uma discussão aprofundada dos passos práticos para assegurar uma verificação adequada dos atrasados.

conduzir a uma deterioração do capital dos bancos, será necessário elaborar um plano de recapitalização com o mínimo de custos orçamentais, em especial se o Governo já se depara com problemas de liquidez e/ou de sustentabilidade da dívida. Por exemplo, a acumulação de atrasados nos países da CEMAC acentuou a pressão sobre os bancos. Qualquer plano de reestruturação que inclua grandes margens de avaliação (*haircuts*) nos créditos do setor privado deve ser acompanhado de uma avaliação do impacto da reestruturação na capacidade do setor privado assegurar o serviço da sua dívida e como é que tal poderá afetar a solvabilidade da banca (que depende da ligação entre os atrasados e o crédito malparado). Os testes de stress realizados para a República do Congo apontam para os riscos financeiros resultantes de margens de avaliação bastante acentuadas<sup>18</sup>. Os resultados mostram

igualmente que se as perdas do setor bancário forem demasiado grandes, o Governo poderá ser obrigado a recapitalizar os bancos para impedir a falência dos mesmos, o que muitas vezes acarreta elevados custos orçamentais.

- Se os reembolsos tiverem de ser sequenciados, a definição de prioridades deve basear-se num conjunto claro de critérios norteados pelo impacto na macro estabilidade e no crescimento inclusivo. Por exemplo, o reembolso de: 1) atrasados salariais e atrasados a pequenos fornecedores (Togo, 2018) com balanços frágeis pode dar um impulso orçamental positivo, dado que alivia as restrições de liquidez, fomenta a procura agregada e diminui a possibilidade de pressões sociais; 2) atrasados às empresas ainda operacionais e a pessoas que deixaram de pagar os seus empréstimos bancários, sobretudo se o setor bancário se deparar com

**Figura 3.19. Reembolso de atrasados – Árvore de decisão estilizada**



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

<sup>18</sup> Ver FMI (2019).

vulnerabilidades e não tiver provisionado estas perdas<sup>19</sup>; e 3) atrasados a fornecedores de serviços sociais críticos, como do setor da saúde. Relativamente aos atrasados antigos, é necessário conciliar as considerações relativas à igualdade com o efeito na atividade económica, sobretudo para atrasados cujos credores poderão já os ter abatido parcial ou totalmente. Outros fatores que devem pesar na definição de prioridades incluem as sanções financeiras e os riscos jurídicos associados ao adiamento do pagamento dos atrasados, em especial se puderem ser onerosos em termos orçamentais. As prioridades devem ser estabelecidas de maneira transparente para impedir a corrupção.

- Além destas considerações macroeconómicas, poderão existir outros fatores relevantes que influenciam a estratégia de reembolso. As operações de regularização de atrasados podem ser difíceis de gerir e poderão ter de ser escalonadas no tempo, por exemplo, para garantir uma identificação adequada dos credores. Além disso, poderá considerar-se descontos, por exemplo, no caso das expectativas de reembolso serem baixas porque as dívidas já são muito antigas ou surgiram em circunstâncias excecionais como durante uma guerra civil, quando os Governos negociaram com os credores que podem reconhecer a dívida, mas irão aceitar um reembolso com desconto.

Em terceiro lugar, depois de estabelecidas as prioridades, deve considerar-se várias opções para liquidar os atrasados, que podem incluir uma ou mais das seguintes:

- *Pagamento em dinheiro.* Desde que estejam disponíveis recursos (provenientes de doadores, do ajustamento orçamental ou de fontes internas), o pagamento em dinheiro é a maneira mais simples e efetiva de liquidar os atrasados. Isto é atualmente o caso no Lesoto, onde as autoridades estão a liquidar alguns atrasados mediante a realização de pagamentos diretos aos fornecedores com recurso a dinheiro obtido através de novas emissões de dívida pública.
- *Acordo bilateral com os credores.* O Governo pode chegar a acordo com os credores para reestruturar a dívida vencida de forma explícita, transformando-a em dívida contratual, ou implícita, anunciando um novo calendário de reembolsos, como foi o caso no período pós-conflito na Libéria. O Governo deve encetar um diálogo aberto com os credores, partilhar informações relevantes e considerar as preferências dos mesmos relativamente às modalidades de reembolso. Uma opção poderia ser um reembolso antecipado em troca de um desconto, dando às empresas que necessitam urgentemente de dinheiro uma oportunidade de obterem liquidez. Outra opção poderia ser o reembolso na íntegra mas durante um período de tempo mais longo. Como terceira opção, o Governo poderia incentivar os bancos a pagarem aos mutuários em troca de um crédito a receber do Estado. Embora tais esquemas possam ser complexos e não sejam plenamente transparentes, podem ser concebidos com vista a aliviar as restrições de liquidez do setor privado, reduzir o crédito malparado e permitir que o Estado adie os pagamentos, conforme ilustrado no caso do Gabão e no “Clube de Libreville”.
- *Titularização.* Uma titularização dos atrasados iria convertê-los diretamente em dívida pública negociável. O Governo poderá, nomeadamente, emitir livranças ou bilhetes ou obrigações do Tesouro, diretamente aos credores, como foi feito em Madagáscar em 2016. Deste modo, define condições de pagamento claras e oferece aos credores a opção de acederem a liquidez mediante a venda dos instrumentos de dívida. Contudo, em muitos países na região, a liquidez de mercado para a dívida pública é estruturalmente baixa, o que pode ser exacerbado pela emissão destes títulos em períodos desfavoráveis e, assim, resultar em descontos significativos nos mercados secundários.
- *Acordos de compensação.* Se um credor também tiver dívidas para com o Estado, por exemplo, dívidas fiscais, ambas as partes podem chegar

<sup>19</sup> Trabalhos empíricos demonstram que uma reestruturação da dívida interna pode prejudicar a solvabilidade do sistema financeiro interno, caso existam preocupações *ex ante* relativamente à solidez financeira (Erce-Dominguez e Diaz-Cassou 2010). Por seu turno, a insolvência da banca também pode conduzir a perdas do produto (De Paoli, Hoggarth e Saporta 2009).

a acordo para anular as respetivas dívidas sem que haja lugar a pagamentos efetivos. Ainda que não sejam aconselháveis, estes tipos de acordos são populares entre entidades do setor público, por exemplo entre a administração central e as empresas públicas. Contudo, estes acordos minam a transparência e a responsabilidade dado que nem todos os pagamentos e receitas são contabilizados com base em valores brutos. A compensação de passivos por impostos também pode prejudicar o futuro cumprimento fiscal.

### Prevenção

A prevenção da acumulação de atrasados requer uma combinação dos seguintes elementos: reforma do sistema de GFP, uma política orçamental robusta e um compromisso político. Do lado do sistema da GFP, um planeamento orçamental credível, melhores controlos dos compromissos e das despesas, uma gestão adequada da liquidez e a aplicação de sanções em caso de incumprimento dos ministérios competentes são elementos fundamentais. A reforma da GFP assume uma importância primordial nos casos em que a acumulação de atrasados tem uma raiz estrutural. As autoridades orçamentais devem monitorizar regularmente os atrasados. Os levantamentos realizados pelos ministérios competentes devem complementar o processo de monitorização nos países nos quais as compras públicas ocorrem fora dos canais oficiais de orçamentação. Assim que os atrasados forem reconhecidos formalmente, os gabinetes da dívida devem fiscalizar a sua regularização. Outras eventuais medidas de prevenção incluem a definição explícita de atrasados, mediante legislação, e o estabelecimento do pagamento de juros de mora quando os pagamentos estão oficialmente vencidos.

As reformas do sistema de GFP devem ser acompanhadas de uma política orçamental sólida para proteger dos choques. Por exemplo, os países que dependem fortemente de recursos naturais beneficiariam do reforço da mobilização das receitas internas e da diversificação das fontes de receitas. Outra medida importante é a constituição de amortecedores durante períodos favoráveis que possam ser usados em fases de recessão. Poderia ser usada uma regra orçamental para promover

uma política orçamental contracíclica, constituir amortecedores e resistir à pressão política para fazer outras despesas. Uma regra orçamental também contribuiria para a credibilidade do orçamento e poderia ajudar a manter o acesso aos mercados durante tempos de crise.

Relativamente aos países que estão limitados em termos de espaço orçamental e alavancas de política, a disponibilidade e a oportunidade do financiamento externo por parte dos doadores é, não raras vezes, essencial para impedir a acumulação de atrasados após choques exógenos graves. É o caso, nomeadamente, dos países em situação frágil (Chade, República Centro-Africana, República Democrática do Congo) que normalmente têm amortecedores pequenos, uma capacidade limitada de ajustamento de políticas e um sistema de GFP frágil. Nestes casos, o financiamento externo oficial pode ajudar na transição, sobretudo quando o choque é temporário e os sistemas de GFP estão a ser reforçados. Contudo, o financiamento oficial não é, muitas vezes, fornecido de forma suficientemente atempada, e ocorre após já ter sido acumulado um grande stock de atrasados internos na sequência de um choque exógeno e no contexto de um sistema de GFP débil. Por exemplo, no Chade, após o considerável choque do preço do petróleo em 2014–15 e apesar de drásticos cortes na despesa superiores a 10% do PIB não petrolífero, o país acumulou atrasados superiores a 3% do PIB porque não estava disponível apoio dos doadores.

### CONCLUSÃO

Usando uma base de dados construída recentemente sobre os atrasados internos na África Subsariana, o presente capítulo revela que o financiamento da despesa através de atrasados é prática comum, mas não exclusiva, de muitos países na região e pode ter consequências económicas adversas. Ao mesmo tempo, a monitorização dos atrasados é fraca e muitos países possuem atrasados não registados que podem ser uma fonte importante de passivos contingentes. O novo conjunto de dados elaborado para o presente capítulo usando dados das autoridades nacionais na região é um ponto de partida. Para compreendermos melhor as causas e as consequências dos atrasados necessitamos de dados melhores.

A acumulação de atrasados internos está associada a instituições orçamentais e sistemas de GFP débeis, mas os atrasados acumulam-se mais rapidamente em períodos desfavoráveis. A acumulação de grandes stocks de atrasados é frequentemente impulsionada por fatores exógenos – como choques adversos nos termos de troca e instabilidade política – que reduzem o espaço orçamental e limitam as alavancas políticas. De facto, o stock de atrasados internos aumentou nos últimos anos, sobretudo nos países exportadores de petróleo após o choque petrolífero em 2014. Além disso, os atrasados tendem a ser mais elevados em países com regimes de taxa de câmbio fixa e opções de financiamento limitadas, assim como em países em situações frágeis.

A análise revela os efeitos multifacetados e adversos dos atrasados internos na economia, que afetam negativamente a atividade do setor privado e comprometem a estabilidade financeira. Mais importante ainda, os atrasados reduzem a capacidade da política orçamental apoiar a economia, ao diminuir (e até tornando negativo em algumas circunstâncias) o efeito multiplicador da despesa pública. Além das ramificações económicas, os dados sugerem que os atrasados afetam a credibilidade do Governo porque as instituições são consideradas menos fiáveis, mais propícias à corrupção e menos capazes de prestar os serviços públicos. A amplitude e profundidade dos efeitos dos atrasados suscitam dúvidas quanto ao mérito do recurso a esta forma de financiamento.

Quando existem atrasados, os esforços de regularização dos mesmos devem fazer parte das prioridades políticas nacionais. Tal requer uma verificação independente e exaustiva dos atrasados, incluindo um controlo minucioso da validade das dívidas para atender às preocupações em matéria de governação. Em seguida, deve elaborar-se uma estratégia de pagamento baseada na avaliação do financiamento disponível, sustentabilidade da dívida e impacto macroeconómico da regularização dos atrasados. Se os reembolsos tiverem de ser sequenciados, a definição de prioridades deve nortear-se pelo impacto na estabilidade macroeconómica e no crescimento inclusivo e deve ser negociada e comunicada de forma transparente ao público.

Sistemas de GFP robustos são críticos para prevenir a acumulação de novos atrasados. Uma política orçamental sólida deve ser um complemento às reformas em termos de GFP e deve precaver contra choques futuros através da constituição de amortecedores, da mobilização de receitas e da diversificação das fontes de receitas.

Outro elemento importante é a existência de financiamento externo fiável. O ajustamento orçamental em países atingidos por choques exógenos profundos e com acesso limitado aos mercados pode atingir os seus limites, especialmente em países em situações frágeis. Nestes contextos, a disponibilidade em tempo oportuno de financiamento externo por parte dos doadores após choques profundos, juntamente com os esforços para consolidar o sistema de GFP/instituições orçamentais são, muitas vezes, essenciais para prevenir a acumulação de atrasados.

Numa perspetiva de futuro, um esforço concertado das autoridades nacionais, organizações internacionais e o público em geral deve concentrar-se no reforço da monitorização e comunicação dos atrasados internos. Conforme demonstrado pela análise, o impacto macroeconómico dos atrasados internos é demasiado significativo para ser ignorado.

### Caixa 3.1. Exercício de recolha de dados sobre atrasados internos

Um dos principais desafios que se colocam à avaliação dos atrasados internos é a ausência de dados, agravada pela inexistência de definições e de um âmbito normalizados. Tal resulta muitas vezes de fracos sistemas de contabilidade orçamental e auditorias irregulares. Por conseguinte, não existe nenhuma base de dados transnacional sobre atrasados internos na África Subsariana.

Com o objetivo de produzir uma fonte de dados fiáveis para este capítulo, levou-se a cabo um inquérito junto dos economistas do FMI que trabalham na África Subsariana. Usando dados obtidos junto das autoridades nacionais, o inquérito recolheu dados e informações sobre o volume, a composição, as causas e o impacto dos atrasados para o período 2005–2018. Os resultados do inquérito, que revelaram que os dados relativos ao stock de atrasados estavam disponíveis a uma maior escala, foram complementados com dados dos relatórios e estimativas do corpo técnico do FMI. Para colmatar as lacunas em termos de dados, teve-se em conta informação específica dos países e identificou-se os períodos durante os quais ocorreu a acumulação de atrasados (e não a data em que estes foram comunicados). Recorreu-se a outras fontes para ajudar neste exercício. Por exemplo, foram usadas técnicas de mineração de texto para identificar as referências a atrasados internos nos relatórios do corpo técnico do FMI. Os dados foram cruzados com as informações das avaliações PEFA da despesa pública e da responsabilidade financeira de todos os países da África Subsariana desde 2005.

Ainda é necessário prosseguir os trabalhos para construir uma base de dados exaustiva sobre atrasados, com base em sistemas de comunicação e monitorização mais regulares e metódicos em toda a região.

---

Esta caixa foi preparada por Krisztina Fabo.

### Caixa 3.2. Acumulação de atrasados e multiplicadores orçamentais

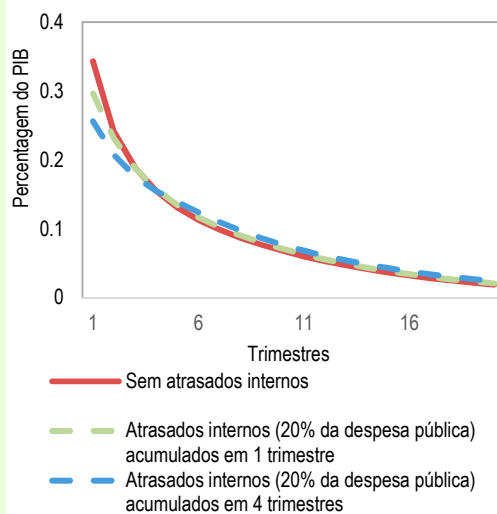
Um modelo dinâmico estocástico de equilíbrio geral (DGSE) ilustra em que medida o financiamento da despesa através dos atrasados afeta negativamente a capacidade de um Governo usar a política orçamental para estimular a atividade económica.<sup>1</sup> Os principais pressupostos do modelo são: 1) a despesa pública é financiada através dos impostos e atrasados às empresas privadas; 2) as empresas estão sujeitas a restrições de liquidez, têm de contrair empréstimos bancários para financiar as suas atividades e neutralizar o impacto dos atrasados internos nos seus balanços, e usam os seus capitais próprios como garantia para os empréstimos bancários; 3) os bancos aplicam margens de avaliação mais profundas às garantias das empresas privadas sempre que o Governo acumula atrasados internos, o que reduz o acesso das empresas privadas ao crédito; e 4) o Governo liquida os atrasados após um ou vários períodos pagando o valor nominal dos atrasados sem ter em conta a inflação.

---

Esta caixa foi preparada por Moez Ben Hassine.

<sup>1</sup> Ver Anexo 3.5 para mais pormenores sobre o modelo DSGE usado nesta secção.

Figura 3.2.1. Multiplicador orçamental



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.



Caixa 3.2, conclusão

O modelo foi calibrado usando uma despesa pública igual a 25% do PIB e um stock de atrasados de 5% do PIB. Simulou-se o impacto no PIB de um aumento imprevisto da despesa pública em 1% do PIB.

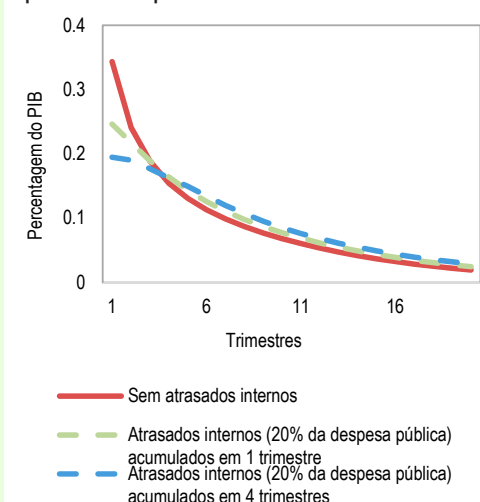
O modelo mostra que o multiplicador orçamental é inferior quando a despesa pública é financiada por meio da acumulação de atrasados internos; quanto mais tempo os atrasados continuam pendentes, menor o multiplicador orçamental (Figura 3.2.1). Na realidade, ao acumular atrasados, o Governo reduz os recursos disponíveis do setor privado para a produção e o investimento, o que diminui o efeito expansionista da despesa pública na procura agregada. O impacto do período de acumulação de atrasados no valor do multiplicador orçamental diminui ao longo do tempo.

A situação de liquidez do setor privado pode exacerbar o impacto dos atrasados internos no multiplicador orçamental (Figura 3.2.2). Na realidade, se o setor privado se deparar com restrições de liquidez e o setor bancário não conseguir satisfazer a procura adicional de crédito devido à acumulação de atrasados internos – por motivos de liquidez ou solvabilidade – o setor privado terá de ajustar em baixa e de forma significativa o seu nível de produção e investimento, o que reduz o efeito expansionista da despesa pública na procura agregada.

O multiplicador orçamental poderá ser significativamente menor e até poderá ser negativo, se a despesa pública for financiada principalmente através da acumulação de atrasados durante um longo período de tempo e o setor privado se deparar com restrições de liquidez (Figura 3.2.3). Neste caso, o impacto negativo dos atrasados no setor privado que é ampliado por fricções financeiras irá neutralizar o efeito expansionista da despesa pública. Os resultados estão de acordo com a literatura<sup>2</sup>, que estipula que os multiplicadores orçamentais dependem de vários elementos, designadamente, o estado da economia, a presença de fricções financeiras e a eficiência da despesa pública.

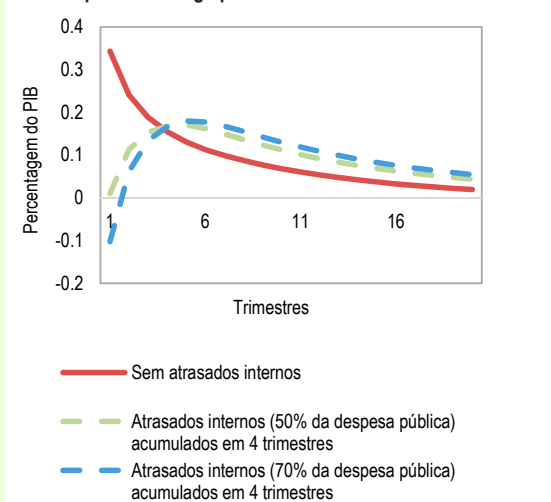
Embora os parâmetros que produzem o multiplicador negativo sejam, em geral, extremos, podem estar presentes em países que já estão a sofrer alguma forma de pressão. Por exemplo, um país com elevado nível de serviço da dívida e atrasados pode necessitar de usar excessivamente os atrasados para financiar a despesa. Este facto, associado à escassez de liquidez no setor bancário, pode tornar a despesa contracionista.

Figura 3.2.2. Multiplicador orçamental com restrições de liquidez do setor privado



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 3.2.3. Multiplicador orçamental com restrições de liquidez do setor privado e longo período de reembolso de atrasados



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

<sup>2</sup> Ilzetzki, Mendoza e Vegh (2013), Auerbach e Gorodnichenko (2013a, 2013b), Blanchard e Leigh (2013), Batini et al. (2014).

## REFERÊNCIAS

- Abadie, A., A. Diamond e J. Hainmueller. 2010. “Synthetic Control Methods for Comparative Case Studies: Estimating the Effect of California’s Tobacco Control Program”. *Journal of the American Statistical Association* 105 (490): 493–505.
- Abadie, A. e J. Gardeazabal. 2003. “The Economic Costs of Conflict: A Case Study of the Basque Country”. *The American Economic Review* 93 (1): 113–32.
- Auerbach, A. e Y. Gorodnichenko. 2013a. “Measuring the Output Responses to Fiscal Policy”. *American Economic Journal: Economic Policy* 4 (2): 1–27.
- . 2013b. “Output Spillovers from Fiscal Policy”. *American Economic Review* 103 (3): 141–46.
- Batini, N., L. Eyraud, L. Forni e A. Weber. 2014. “Fiscal Multipliers: Size, Determinants, and Use in Macroeconomic Projections”. IMF Technical Notes and Manuals 2014/04, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Blanchard, O. e D. Leigh. 2013. “Growth Forecast Errors and Fiscal Multipliers”. *American Economic Review* 103 (3): 117–20.
- Checherita-Westphal, C., A. Klemm e P. Viefers. 2011. “Governments’ Payment Discipline: The Macroeconomic Impact of Public Payment Delays and Arrears”. IMF Working Paper No. 15/13, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Connell, W. 2014. “The Economic Impact of Late Payments”. European Commission Economic Papers, No. 531, Comissão Europeia, Bruxelas.
- De Paoli, B., G. Hoggarth e V. Saporta. 2009. “Output Costs of Sovereign Crises: Some Empirical Estimates.” Bank of England Working Paper No. 362, Banco da Inglaterra, Londres.
- Diamond, J. e C. Schiller. 1987. “Government Arrears in Fiscal Adjustment Programs”. IMF Working Paper No. 87/3, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Ebeke, C. e D. Ölcer. 2013. “Fiscal Policy over the Election Cycle in Low-Income Countries”. IMF Working Paper No. 13/153, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Erce-Dominguez, A. e J. Diaz-Cassou. 2010. “Creditor Discrimination during Sovereign Debt Restructurings”. Bank of Spain Working Paper No. 1027. Madrid.
- Flynn, S. e M. Pessoa. 2014. “Prevention and Management of Government Expenditure Arrears”. IMF Technical Notes and Manuals, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2019. “Staff Report—Press Release; Staff Report; Debt Sustainability Analysis, and Statement by the Executive Director for The Republic of Congo”. IMF Country Report No. 19/244, Washington, DC.
- . 2019. “Online Annex—Domestic Arrears in Sub-Saharan Africa: Causes, Symptoms, and Cures” Background Paper: <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/REO/AFR/2019/October/English/backgroundpapers.ashx?la=en>
- Garamfalvi, L. 1997. “Corruption in the Public Expenditures Management Process”. Apresentação na VIII Conferência Internacional Anticorrupção em Lima, Peru, 7–11 de setembro.
- Iacoviello, M. 2005. “House Prices, Borrowing Constraints and Monetary Policy in the Business Cycle”. *American Economic Review* 95 (3): 739–64.
- Iacoviello, M. e S. Neri. 2010. Housing Market Spillovers: Evidence from an Estimated DSGE Model. *American Economic Journal: Macroeconomics* 2: 125–64.
- Ilzetzki, E., E. Mendoza e C. Vegh. 2013. “How Big (Small?) Are Fiscal Multipliers?” *Journal of Monetary Economics* 60: 239–54.
- Khemani, P. e D. Radev. 2009. “Commitment Controls.” IMF Technical Notes and Manuals. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Pattanayak, S. 2016. “Expenditure Control: Key Features, Stages, and Actors.” IMF Technical Notes and Manuals, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Ramos, Alberto. 1998. “Government Expenditure Arrears: Securitization and Other Solutions”. IMF Working Paper No. 98/70, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.



## Apêndice estatístico

Salvo indicação em contrário, os dados e as projeções utilizados neste relatório sobre as *Perspetivas Económicas Regionais* têm como base as estimativas do corpo técnico do FMI até 30 de setembro de 2019 e correspondem às projeções subjacentes à edição de outubro de 2019 do *World Economic Outlook* (WEO).

Os dados e as projeções abrangem 45 países da África Subariana servidos pelo Departamento de África do FMI. As definições dos dados seguem, na medida do possível, as metodologias estatísticas internacionalmente reconhecidas. Nalguns casos, porém, a ausência de dados limita as comparações internacionais.

Tabelas adicionais contendo dados históricos e previsões para as principais variáveis macroeconômicas são publicadas online, no Documento de Referência e na versão ampliada do Apêndice Estatístico: <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/REO/AFR/2019/October/English/backgroundpapers.aspx?la=en>.

### Grupos de países

Os países são agregados em três grupos (sem sobreposição): exportadores de petróleo, outros países ricos em recursos naturais e países não ricos em recursos naturais (ver na página 66 a tabela com os grupos de países).

- Os exportadores de petróleo são os países cujas exportações líquidas de petróleo representam no mínimo 30% das exportações totais.
- Os outros países ricos em recursos naturais são aqueles em que os recursos naturais não renováveis representam no mínimo 25% das exportações totais.
- Os países não ricos em recursos naturais são aqueles que não pertencem nem ao grupo dos países exportadores de petróleo nem ao grupo de outros países ricos em recursos naturais.

Os países são também agregados em quatro grupos (com alguma sobreposição): países exportadores de petróleo, países de rendimento médio, países de baixo rendimento e países em situação frágil (ver na página 66 a tabela com os grupos de países).

A composição desses grupos reflete os dados mais recentes sobre o rendimento nacional bruto per capita (média sobre três anos) e a pontuação no índice CPIA do Banco Mundial de avaliação das políticas e instituições nacionais (média sobre três anos).

- Os países de rendimento médio são aqueles com rendimento nacional bruto per capita superior a USD 1.025,00 no período 2016–18 (Banco Mundial, utilizando o método Atlas).
- Os países de baixo rendimento são aqueles com rendimento nacional bruto per capita igual ou inferior a USD 1.025,00 no período 2016–18 (Banco Mundial, método Atlas).
- Os países em situação frágil são aqueles com pontuação CPIA igual ou inferior a 3,2 no período 2016–18 e/ou com a presença de uma missão de manutenção ou de restabelecimento da paz nos últimos três anos.
- A tabela na página 67 mostra a participação dos países da África Subariana nos grandes órgãos de cooperação regionais, designadamente: zona do franco CFA, que compreende a União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) e a Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); a Comunidade da África Oriental (CAO-5); a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Os dados agregados da CAO-5 incluem o Ruanda e o Burundi, que passaram a integrar o grupo em 2007.

## Métodos de agregação

Nas tabelas AE1 e AE3, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente ao crescimento do PIB real e à moeda em sentido lato são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados WEO.

Na tabela AE1, as cifras compósitas dos grupos de países relativamente aos preços no consumidor são calculadas como a média geométrica dos dados

de cada país, ponderada pelo PIB avaliado pela paridade do poder de compra (PPC) e expressa em percentagem do PIB total do grupo. As ponderações da PPC são extraídas da base de dados WEO.

Nas tabelas AE2–AE4, as cifras compósitas dos grupos de países, à exceção da moeda em sentido lato, são calculadas como a média aritmética dos dados de cada país, ponderada pelo PIB em dólares dos Estados Unidos (USD) às taxas de câmbio de mercado e expressa em percentagem do PIB total do grupo de países.

## África Subsariana: Grupos de países

Países exportadores de petróleo	Outros países ricos em recursos naturais	Países não ricos em recursos naturais	Países de rendimento médio	Países de baixo rendimento	Países em situação frágil	
Angola	África do Sul	Benim	África do Sul	Benim	Moçambique	Burundi
Camarões	Botswana	Burundi	Angola	Burkina Faso	Níger	Chade
Chade	Burkina Faso	Cabo Verde	Botswana	Burundi	Rep. Centro-Africana	Comores
Congo, Rep. do Gabão	Congo, Rep. Dem. do	Comores	Cabo Verde	Chade	Ruanda	Congo, Rep. Dem. do
Guiné Equatorial	Gana	Côte d'Ivoire	Camarões	Comores	Serra Leoa	Congo, Rep. do
Nigéria	Guiné	Eritreia	Congo, Rep. do	Congo, Rep. Dem. do	Sudão do Sul	Côte d'Ivoire
Sudão do Sul	Libéria	Eswatini	Côte d'Ivoire	Eritreia	Tanzânia	Eritreia
	Mali	Etiópia	Eswatini	Etiópia	Togo	Gâmbia
	Namíbia	Gâmbia	Gabão	Gâmbia	Uganda	Guiné
	Niger	Guiné-Bissau	Gana	Guiné	Zimbabwe	Guiné-Bissau
	Rep. Centro-Africana	Lesoto	Guiné Equatorial	Guiné-Bissau		Libéria
	Serra Leoa	Madagáscar	Lesoto	Libéria		Malawi
	Tanzânia	Malawi	Maurícias	Madagáscar		Mali
	Zâmbia	Maurícias	Namíbia	Malawi		Rep. Centro-Africana
	Zimbabwe	Moçambique	Nigéria	Mali		São Tomé e Príncipe
		Quénia	Quénia			Serra Leoa
		Ruanda	São Tomé e Príncipe			Sudão do Sul
		São Tomé e Príncipe	Seicheles			Togo
		Seicheles	Senegal			Zimbabwe
		Senegal	Zâmbia			
		Togo				
		Uganda				

## África Subsariana: Países membros de grupos regionais

União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA)	Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC)	Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA)	Comunidade da África Oriental (CAO-5)	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)	União Aduaneira da África Austral (SACU)	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)
Benim	Camarões	Burundi	Burundi	África do Sul	África do Sul	Benim
Burkina Faso	Chade	Comores	Quênia	Angola	Botswana	Burkina Faso
Côte d'Ivoire	Congo, Rep. do	Congo, Rep. Dem. do	Ruanda	Botswana	Eswatini	Cabo Verde
Guiné-Bissau	Gabão	Eritreia	Tanzânia	Congo, Rep. Dem. do	Lesoto	Côte d'Ivoire
Mali	Guiné Equatorial	Eswatini	Uganda	Eswatini	Namíbia	Gâmbia
Níger	Rep. Centro-Africana	Etiópia		Lesoto		Gana
Senegal		Madagáscar		Madagáscar		Guiné
Togo		Malawi		Malawi		Guiné-Bissau
		Maurícias		Maurícias		Libéria
		Quênia		Moçambique		Mali
		Ruanda		Namíbia		Níger
		Seicheles		Seicheles		Nigéria
		Uganda		Tanzânia		Senegal
		Zâmbia		Zâmbia		Serra Leoa
		Zimbabwe		Zimbabwe		Togo

### Lista de tabelas do anexo estatístico AE1—AE4:

AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor, média.....	68
AE2. Saldo orçamental global, incluindo donativos e dívida pública.....	69
AE3. Moeda em sentido lato e conta corrente externa, incl. donativos.....	70
AE4. Dívida externa pública por devedor e reservas.....	71

### Lista de fontes e notas de rodapé das Tabelas Estatísticas AE1–AE4:

#### Tabelas AE1.–AE3.

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão e base de dados WEO, Outubro de 2019.

<sup>1</sup> Dados do exercício orçamental.

<sup>2</sup> Em fevereiro de 2019, o Zimbabwe adotou uma nova moeda nacional, o dólar RTGS, que se tornou a unidade de conta oficial. Estão a ser desenvolvidos esforços para revisar e atualizar todas as séries das contas nacionais para o novo dólar RTGS. Os dados atuais têm como base estimativas do FMI sobre a evolução dos preços e das taxas de câmbio em dólares dos EUA (e RTGS). As estimativas do corpo técnico sobre a cotação do dólar podem diferir daquela das autoridades.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

#### Tabela AE4

Fontes: FMI, base de dados comum de supervisão e base de dados WEO, Outubro de 2019.

<sup>1</sup> Membro da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da UEMOA.

<sup>2</sup> Membro da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC); os dados sobre as reservas figuram como dados agregados da CEMAC.

<sup>3</sup> Dados do exercício orçamental.

<sup>4</sup> Em fevereiro de 2019, o Zimbabwe adotou uma nova moeda nacional, o dólar RTGS, que se tornou a unidade de conta oficial. Estão a ser desenvolvidos esforços para revisar e atualizar todas as séries das contas nacionais para o novo dólar RTGS. Os dados atuais têm como base estimativas do FMI sobre a evolução dos preços e das taxas de câmbio em dólares dos EUA (e RTGS). As estimativas do corpo técnico sobre a cotação do dólar podem diferir daquela das autoridades.

Nota: “...” indica que os dados não estão disponíveis.

Tabela AE1. Crescimento do PIB real e preços no consumidor

	Crescimento do PIB real						Preços no consumidor					
	(Variação anual, em percentagem)						(Variação anual, em percentagem)					
	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020
África do Sul	2.3	0.4	1.4	0.8	0.7	1.1	5.2	6.3	5.3	4.6	4.4	5.2
Angola	4.6	-2.6	-0.2	-1.2	-0.3	1.2	10.6	30.7	29.8	19.6	17.2	15.0
Benim	4.2	3.3	5.7	6.7	6.6	6.7	2.0	-0.8	1.8	0.8	-0.3	1.0
Botswana	5.5	4.3	2.9	4.5	3.5	4.3	6.1	2.8	3.3	3.2	3.0	3.5
Burkina Faso	5.9	5.9	6.3	6.8	6.0	6.0	1.2	-0.2	0.4	2.0	1.1	1.4
Burundi	3.3	-1.0	0.0	0.1	0.4	0.5	8.7	5.5	16.6	1.2	7.3	9.0
Cabo Verde	1.5	4.7	3.7	5.1	5.0	5.0	1.7	-1.4	0.8	1.3	1.2	1.6
Camarões	4.8	4.6	3.5	4.1	4.0	4.2	2.2	0.9	0.6	1.1	2.1	2.2
Comores	3.1	2.6	3.0	3.0	1.3	4.2	2.2	0.8	0.1	1.7	3.2	1.4
Congo, Rep. do	4.8	-2.8	-1.8	1.6	4.0	2.8	2.6	3.2	0.4	1.2	1.5	1.8
Congo, Rep. Dem. do	7.7	2.4	3.7	5.8	4.3	3.9	7.0	3.2	35.8	29.3	5.5	5.0
Côte d'Ivoire	5.8	8.0	7.7	7.4	7.5	7.3	2.0	0.7	0.7	0.4	1.0	2.0
Eritreia	6.4	7.4	-9.6	12.2	3.1	3.9	10.9	-5.6	-13.3	-14.4	-27.6	0.0
Eswatini	3.1	1.3	2.0	2.4	1.3	0.5	6.0	7.8	6.2	4.8	2.8	4.0
Etiópia <sup>1</sup>	10.2	8.0	10.1	7.7	7.4	7.2	15.1	6.6	10.7	13.8	14.6	12.7
Gabão	5.4	2.1	0.5	0.8	2.9	3.4	1.7	2.1	2.7	4.8	3.0	3.0
Gâmbia	1.4	1.9	4.8	6.5	6.5	6.4	5.5	7.2	8.0	6.5	6.9	6.5
Gana	7.9	3.4	8.1	6.3	7.5	5.6	11.0	17.5	12.4	9.8	9.3	9.2
Guiné	4.5	10.8	10.0	5.8	5.9	6.0	13.6	8.2	8.9	9.8	8.9	8.3
Guiné-Bissau	3.6	6.3	5.9	3.8	4.6	4.9	1.6	1.5	1.1	1.4	-2.6	1.3
Guiné Equatorial	-1.2	-8.8	-4.7	-5.7	-4.6	-5.0	3.8	1.4	0.7	1.3	0.9	1.7
Quênia	6.0	5.9	4.9	6.3	5.6	6.0	7.8	6.3	8.0	4.7	5.6	5.3
Lesoto	4.2	2.7	0.5	2.8	2.8	-0.2	4.8	6.2	4.5	4.7	5.9	5.7
Libéria	5.3	-1.6	2.5	1.2	0.4	1.6	8.0	8.8	12.4	23.5	22.2	20.5
Madagáscar	2.2	4.2	4.3	5.2	5.2	5.3	7.3	6.7	8.3	7.3	6.7	6.3
Malawi	4.6	2.3	4.0	3.2	4.5	5.1	18.4	21.7	11.5	9.2	8.8	8.4
Mali	3.9	5.8	5.4	4.7	5.0	5.0	1.9	-1.8	1.8	1.7	0.2	1.3
Maurícias	3.8	3.8	3.8	3.8	3.7	3.8	3.6	1.0	3.7	3.2	0.9	2.3
Moçambique	7.0	3.8	3.7	3.3	1.8	6.0	6.1	19.9	15.1	3.9	5.6	7.6
Namíbia	5.7	1.1	-0.9	-0.1	-0.2	1.6	5.2	6.7	6.1	4.3	4.8	5.5
Niger	6.6	4.9	4.9	6.5	6.3	6.0	0.5	0.2	0.2	2.7	-1.3	2.2
Nigéria	5.8	-1.6	0.8	1.9	2.3	2.5	10.4	15.7	16.5	12.1	11.3	11.7
Uganda	5.3	2.3	5.0	6.1	6.2	6.2	7.5	5.5	5.6	2.6	3.2	3.8
República Centro-Africana	-3.0	4.7	4.5	3.8	4.5	5.0	5.2	4.6	4.5	1.6	3.0	2.6
Ruanda	7.3	6.0	6.1	8.6	7.8	8.1	3.8	5.7	4.8	1.4	3.5	5.0
São Tomé e Príncipe	4.9	4.2	3.9	2.7	2.7	3.5	9.8	5.4	5.7	7.9	8.8	8.9
Senegal	4.3	6.4	7.1	6.7	6.0	6.8	1.0	0.8	1.3	0.5	1.0	1.5
Seicheles	5.1	4.5	4.3	4.1	3.5	3.3	2.8	-1.0	2.9	3.7	2.0	1.8
Serra Leoa	5.3	6.4	3.8	3.5	5.0	4.7	6.2	10.9	18.2	16.9	15.7	13.0
Sudão do Sul	-5.1	-16.7	-5.5	-1.1	7.9	8.2	24.9	379.8	187.9	83.5	24.5	16.9
Tanzânia	6.5	6.9	6.8	7.0	5.2	5.7	9.2	5.2	5.3	3.5	3.6	4.2
Chade	6.2	-5.6	-2.4	2.4	2.3	5.4	2.4	-1.6	-0.9	4.0	3.0	3.0
Togo	6.1	5.6	4.4	4.9	5.1	5.3	1.7	0.9	-0.2	0.9	1.4	2.0
Zâmbia	6.0	3.8	3.5	3.7	2.0	1.7	8.1	17.9	6.6	7.0	9.9	10.0
Zimbabwe <sup>2</sup>	9.4	0.7	4.7	3.5	-7.1	2.7	1.5	-1.6	0.9	10.6	161.8	49.7
<b>África Subsariana</b>	<b>5.1</b>	<b>1.4</b>	<b>3.0</b>	<b>3.2</b>	<b>3.2</b>	<b>3.6</b>	<b>7.7</b>	<b>10.8</b>	<b>10.9</b>	<b>8.5</b>	<b>8.4</b>	<b>8.0</b>
Mediana	5.0	3.8	3.8	3.8	4.3	4.9	4.9	5.2	4.8	3.9	3.5	4.2
Excl. África do Sul e Nigéria	5.8	3.5	4.7	4.8	4.6	5.0	7.3	9.9	10.0	7.9	8.3	7.2
<b>Países exportadores de petróleo</b>	<b>5.3</b>	<b>-1.8</b>	<b>0.5</b>	<b>1.5</b>	<b>2.1</b>	<b>2.5</b>	<b>9.4</b>	<b>17.5</b>	<b>17.1</b>	<b>12.2</b>	<b>10.8</b>	<b>10.8</b>
Excl. Nigéria	4.1	-2.1	-0.2	0.2	1.5	2.4	6.8	22.3	18.6	12.5	9.6	8.4
<b>Países importadores de petróleo</b>	<b>4.9</b>	<b>3.5</b>	<b>4.5</b>	<b>4.3</b>	<b>3.9</b>	<b>4.3</b>	<b>6.6</b>	<b>6.5</b>	<b>7.0</b>	<b>6.1</b>	<b>6.9</b>	<b>6.4</b>
Excl. África do Sul	6.4	5.1	6.1	6.0	5.4	5.6	7.4	6.6	7.8	6.8	8.0	6.9
<b>Países de rendimento médio</b>	<b>4.7</b>	<b>0.4</b>	<b>2.0</b>	<b>2.3</b>	<b>2.5</b>	<b>2.8</b>	<b>7.7</b>	<b>11.6</b>	<b>11.0</b>	<b>8.3</b>	<b>7.8</b>	<b>8.1</b>
Excl. África do Sul e Nigéria	5.3	2.7	3.7	3.7	4.1	4.1	6.7	11.1	9.6	6.9	6.8	6.6
<b>Países de baixo rendimento</b>	<b>6.5</b>	<b>4.4</b>	<b>5.8</b>	<b>5.9</b>	<b>5.2</b>	<b>5.9</b>	<b>8.0</b>	<b>8.6</b>	<b>10.5</b>	<b>9.1</b>	<b>9.9</b>	<b>7.8</b>
Excl. países em situação frágil	6.9	5.9	7.0	6.7	6.1	6.4	8.6	5.9	7.2	6.6	6.8	6.8
<b>Países em situação frágil</b>	<b>5.6</b>	<b>2.5</b>	<b>3.9</b>	<b>4.8</b>	<b>4.2</b>	<b>5.2</b>	<b>5.4</b>	<b>10.6</b>	<b>12.6</b>	<b>10.3</b>	<b>12.2</b>	<b>7.5</b>
Zona do franco	4.6	3.4	3.9	4.6	4.9	5.1	2.0	0.6	0.9	1.5	1.2	1.9
CEMAC	3.9	-0.2	0.4	1.7	2.5	3.0	2.5	1.2	0.8	2.1	2.2	2.4
UEMOA	5.2	6.3	6.5	6.5	6.4	6.5	1.5	0.1	1.0	1.0	0.6	1.6
COMESA (países membros da ASS)	6.8	4.8	5.7	6.0	5.0	5.5	8.7	6.6	9.9	9.3	12.0	9.1
CAO-5	6.0	5.4	5.6	6.5	5.6	6.0	8.0	5.7	6.5	3.6	4.3	4.6
CEDEAO	5.9	0.6	2.8	3.4	3.8	3.8	8.9	12.7	12.9	9.7	8.9	9.3
União Aduaneira da África Austral	2.6	0.6	1.4	1.0	0.8	1.2	5.3	6.2	5.2	4.5	4.3	5.1
SADC	3.9	1.3	2.3	2.1	1.5	2.3	6.6	9.7	9.8	7.7	8.6	7.4

Ver as fontes e notas de rodapé na página 67.

Tabela AE2. Saldo orçamental global, incl. donativos e dívida pública

	Saldo orçamental global, incl. donativos (Em percentagem do PIB)						Dívida pública (Em percentagem do PIB)					
	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020
	África do Sul	0.1	-4.1	-4.4	-4.4	-6.2	-6.7	42.4	51.5	53.0	56.7	59.9
Angola	1.1	-4.5	-6.3	2.2	0.8	0.1	37.2	75.7	69.3	89.0	95.0	89.9
Benim	-0.4	-4.3	-4.2	-3.0	-2.3	-1.8	22.3	35.9	39.6	41.0	40.9	39.7
Botswana	4.5	0.7	-1.1	-3.0	-3.1	-2.5	18.6	15.6	13.4	12.1	12.3	12.0
Burkina Faso	-0.8	-3.6	-7.9	-5.0	-3.0	-3.0	30.3	39.2	38.4	42.9	42.9	42.6
Burundi	-8.2	-6.2	-7.8	-8.6	-9.1	-10.0	41.4	48.4	51.7	58.4	63.5	69.1
Cabo Verde	-3.4	-3.0	-3.0	-2.8	-2.2	-1.4	97.9	128.4	127.2	124.5	123.5	118.9
Camarões	7.9	-6.1	-4.9	-2.5	-2.3	-2.1	19.6	32.8	37.6	39.1	40.5	40.5
Comores	-1.0	-4.4	0.4	-1.0	-3.3	-2.2	20.2	16.9	18.4	21.0	24.3	28.2
Congo, Rep. do	14.6	-20.4	-7.4	6.6	8.6	8.4	53.6	118.6	117.5	87.8	78.5	73.3
Congo, Rep. Dem. do	0.2	-0.5	1.4	0.4	-0.1	0.1	21.7	21.7	19.1	15.3	13.5	11.6
Côte d'Ivoire	-1.0	-4.0	-4.5	-4.0	-3.0	-3.0	52.1	48.4	49.8	53.2	52.7	51.5
Eritreia	-24.0	3.9	1.8	10.9	0.6	-2.8	175.9	170.1	196.2	174.3	165.1	161.4
Eswatini	1.4	-10.8	-8.6	-10.5	-8.8	-4.8	14.8	25.0	27.5	35.2	40.9	42.5
Etiópia <sup>1</sup>	-3.4	-2.3	-3.3	-3.0	-2.8	-3.0	46.1	55.8	58.6	61.0	59.1	54.4
Gabão	8.5	-4.7	-1.7	-0.2	1.6	0.9	29.0	64.2	62.6	60.7	56.4	54.0
Gâmbia	-1.7	-6.4	-5.0	-6.2	-3.4	-3.8	56.7	80.9	87.0	86.6	80.9	75.0
Gana	-3.8	-6.9	-4.1	-7.0	-7.1	-6.1	41.8	57.1	57.3	59.3	63.8	63.5
Guiné	-1.1	-0.1	-2.1	-1.1	-2.6	-2.0	44.2	42.5	40.6	38.2	45.4	44.8
Guiné-Bissau	-5.4	-5.6	-1.4	-5.2	-4.9	-3.9	59.5	62.5	57.2	64.3	69.2	68.2
Guiné Equatorial	16.3	-10.9	-2.6	0.5	0.9	0.5	12.4	43.4	38.0	43.3	45.4	46.5
Quênia	-1.9	-8.5	-7.9	-7.4	-7.4	-6.6	45.9	54.5	55.2	60.1	61.6	61.3
Lesoto	7.6	-8.0	-3.4	-5.1	-4.1	-2.9	37.2	37.0	37.1	44.5	45.9	46.9
Libéria	0.5	-3.7	-5.1	-5.4	-6.0	-6.6	20.7	28.3	34.0	39.9	45.5	51.1
Madagáscar	-2.6	-1.3	-2.4	-1.5	-2.3	-4.5	36.7	47.1	46.0	45.7	46.5	47.5
Malawi	-2.3	-7.3	-7.3	-5.5	-4.9	-2.8	46.6	61.3	61.5	62.9	65.1	63.9
Mali	3.6	-3.9	-2.9	-4.7	-3.0	-3.0	26.4	36.0	36.0	37.3	37.6	38.2
Maurícias	-3.6	-3.5	-1.4	-2.2	-2.3	-2.8	58.2	65.0	64.3	66.2	68.7	69.4
Moçambique	-2.9	-6.0	-3.1	-5.2	-6.5	-4.8	56.0	129.9	100.5	99.8	108.8	106.8
Namíbia	1.9	-8.6	-4.7	-4.9	-5.5	-4.6	26.0	42.6	41.0	45.8	49.2	50.9
Níger	7.1	-6.1	-5.7	-4.1	-4.2	-3.0	26.7	44.6	54.4	53.8	55.8	54.3
Nigéria	4.7	-4.0	-5.4	-4.5	-5.0	-4.7	16.9	23.4	25.3	27.3	29.8	31.4
Uganda	-0.8	-4.8	-3.8	-4.2	-6.6	-8.6	27.2	37.1	39.7	41.4	43.6	47.0
República Centro-Africana	0.5	1.1	-1.1	0.4	2.6	0.6	40.8	53.9	50.3	49.9	44.5	39.2
Ruanda	0.6	-2.3	-2.5	-2.6	-3.7	-4.1	21.8	32.9	36.5	40.7	49.1	50.6
São Tomé e Príncipe	31.5	-4.2	-2.7	-1.9	-1.7	-0.3	77.5	95.3	91.7	74.5	77.2	65.5
Senegal	-2.0	-3.3	-2.5	-3.6	-3.0	-3.0	36.5	47.5	61.2	61.6	63.3	63.1
Seicheles	-0.7	0.2	0.4	0.2	0.9	1.6	75.5	69.0	63.2	56.9	53.8	49.7
Serra Leoa	2.2	-8.5	-8.8	-5.8	-3.6	-4.2	39.8	55.5	57.9	63.0	64.5	65.4
Sudão do Sul	...	-15.5	3.3	1.2	2.4	3.8	25.0	85.7	63.2	42.2	34.4	27.4
Tanzânia	-2.5	-2.1	-1.2	-1.9	-2.9	-3.5	30.3	36.4	36.6	37.3	37.7	38.2
Chade	1.2	-1.9	-0.2	1.9	0.3	1.8	34.2	51.5	49.8	48.3	44.7	40.2
Togo	-1.5	-9.5	-0.3	-0.8	-2.7	-2.1	55.6	81.4	76.0	76.2	72.6	68.7
Zâmbia	2.1	-6.1	-7.7	-8.3	-4.8	-5.1	31.8	60.7	61.8	78.1	91.6	95.5
Zimbabwe <sup>2</sup>	-2.9	-6.2	-8.1	-4.5	-2.7	-1.2	41.5	54.2	52.9	37.1	17.7	15.1
<b>África Subsariana</b>	<b>1.7</b>	<b>-4.4</b>	<b>-4.6</b>	<b>-3.7</b>	<b>-4.3</b>	<b>-4.3</b>	<b>31.7</b>	<b>44.4</b>	<b>46.2</b>	<b>49.0</b>	<b>50.2</b>	<b>50.4</b>
Mediana	-0.7	-4.4	-3.3	-3.0	-3.0	-3.0	35.1	51.5	52.9	53.2	52.7	51.1
Excl. África do Sul e Nigéria	1.1	-4.8	-4.3	-2.9	-3.1	-3.1	36.1	53.1	52.9	55.7	56.6	55.0
<b>Países exportadores de petróleo</b>	<b>5.3</b>	<b>-4.6</b>	<b>-5.3</b>	<b>-2.6</b>	<b>-3.3</b>	<b>-3.3</b>	<b>21.6</b>	<b>36.4</b>	<b>38.6</b>	<b>41.9</b>	<b>42.1</b>	<b>41.2</b>
Excl. Nigéria	6.6	-6.0	-5.1	1.2	0.7	0.4	32.0	65.7	62.6	70.7	71.7	67.6
<b>Países importadores de petróleo</b>	<b>-0.5</b>	<b>-4.3</b>	<b>-4.1</b>	<b>-4.3</b>	<b>-4.8</b>	<b>-4.9</b>	<b>39.9</b>	<b>49.9</b>	<b>50.9</b>	<b>53.2</b>	<b>55.1</b>	<b>55.9</b>
Excl. África do Sul	-1.1	-4.4	-4.0	-4.2	-4.2	-4.0	38.1	49.0	49.7	51.2	52.6	51.9
<b>Países de rendimento médio</b>	<b>2.2</b>	<b>-4.7</b>	<b>-5.1</b>	<b>-4.0</b>	<b>-4.7</b>	<b>-4.7</b>	<b>31.0</b>	<b>43.5</b>	<b>46.0</b>	<b>49.9</b>	<b>51.4</b>	<b>52.0</b>
Excl. África do Sul e Nigéria	2.5	-6.0	-5.3	-3.2	-3.3	-3.2	36.8	57.5	57.2	63.1	65.0	63.3
<b>Países de baixo rendimento</b>	<b>-1.2</b>	<b>-3.2</b>	<b>-2.9</b>	<b>-2.6</b>	<b>-2.9</b>	<b>-3.0</b>	<b>35.1</b>	<b>47.4</b>	<b>47.2</b>	<b>46.2</b>	<b>46.4</b>	<b>45.3</b>
Excl. países em situação frágil	-1.5	-3.1	-3.2	-3.1	-3.5	-3.9	35.5	49.1	49.6	51.5	52.2	51.1
<b>Países em situação frágil</b>	<b>0.6</b>	<b>-4.4</b>	<b>-3.0</b>	<b>-1.6</b>	<b>-1.4</b>	<b>-1.1</b>	<b>39.2</b>	<b>49.0</b>	<b>48.3</b>	<b>43.8</b>	<b>41.8</b>	<b>40.1</b>
Zona do franco	4.6	-5.5	-3.9	-2.2	-1.5	-1.5	32.0	48.1	50.6	51.1	50.6	49.4
CEMAC	9.3	-7.3	-3.6	0.1	0.6	0.6	26.5	51.6	52.5	50.9	49.4	47.6
UEMOA	-0.1	-4.3	-4.1	-3.9	-3.0	-2.9	37.7	45.5	49.2	51.2	51.5	50.6
COMESA (países membros da ASS)	-1.6	-4.5	-4.6	-4.2	-4.2	-4.3	39.0	49.7	50.8	52.2	53.1	52.1
CAE-5	-1.9	-5.5	-4.9	-5.0	-5.7	-5.9	35.8	44.6	45.9	49.3	51.1	51.9
CEDEAO	2.8	-4.3	-5.0	-4.6	-4.7	-4.4	22.9	31.5	34.4	36.7	38.5	39.1
União Aduaneira da África Austral	0.3	-4.1	-4.3	-4.5	-6.1	-6.4	40.6	49.0	50.4	54.0	56.9	60.9
SADC	0.3	-3.9	-4.3	-3.0	-4.2	-4.5	38.8	53.3	52.7	56.8	58.9	60.1

Ver as fontes e notas de rodapé na página 67.



Tabela AE3. Moeda em sentido lato e balança corrente externa, incl. donativos

	Moeda em sentido lato						Balança corrente externa, incl. donativos					
	<i>(Em percentagem do PIB)</i>						<i>(Em percentagem do PIB)</i>					
	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020
África do Sul	73.1	72.4	72.4	72.4	72.4	72.4	-4.1	-2.9	-2.5	-3.5	-3.1	-3.6
Angola	35.2	39.5	32.2	29.3	30.2	29.3	4.4	-4.8	-0.5	6.1	0.9	-0.7
Benim	27.4	29.8	28.6	27.9	27.9	27.9	-6.2	-6.8	-7.3	-6.0	-6.1	-5.8
Botswana	43.9	41.4	40.2	41.3	41.9	41.8	5.4	7.8	5.3	1.9	-3.0	-1.0
Burkina Faso	30.5	40.5	44.2	44.6	47.2	50.4	-5.5	-7.2	-7.3	-5.8	-5.7	-4.0
Burundi	24.6	21.7	22.9	25.8	26.4	26.3	-16.8	-13.1	-12.3	-13.4	-12.6	-11.9
Cabo Verde	87.4	102.6	104.6	99.4	99.7	99.5	-9.7	-3.9	-6.6	-4.5	-4.4	-4.2
Camarões	21.6	22.5	22.6	24.4	24.5	24.5	-3.4	-3.2	-2.7	-3.7	-3.7	-3.5
Comores	22.4	27.5	27.1	28.1	28.1	28.1	-2.5	-4.3	-2.2	-3.8	-8.0	-7.4
Congo, Rep. do	33.5	42.7	34.1	26.2	27.9	29.5	-0.0	-63.5	-5.9	6.7	6.8	5.3
Congo, Rep. Dem. do	11.1	14.1	13.5	12.8	13.0	13.1	-5.5	-4.1	-3.2	-4.6	-3.4	-4.2
Côte d'Ivoire	15.6	14.6	13.6	13.7	15.3	14.9	1.8	-1.2	-2.7	-4.7	-3.8	-3.8
Eritreia	178.1	223.4	257.9	247.2	238.4	239.9	9.4	15.3	23.8	16.6	11.3	13.2
Eswatini	24.9	29.6	29.3	28.9	29.4	29.5	4.3	7.8	7.0	2.0	2.5	5.0
Etiópia <sup>1</sup>	27.3	28.9	31.7	33.6	33.6	32.8	-5.9	-9.4	-8.6	-6.5	-6.0	-5.3
Gabão	23.0	24.7	22.7	24.3	27.1	30.0	11.0	-9.9	-4.4	-2.4	0.1	0.9
Gâmbia	35.4	36.1	40.1	42.9	44.8	45.3	-7.7	-9.2	-7.4	-9.7	-9.4	-13.1
Gana	23.1	26.4	25.8	25.5	27.1	27.7	-7.3	-5.2	-3.4	-3.1	-3.6	-3.8
Guiné	24.5	25.2	24.0	22.7	21.0	20.4	-13.8	-31.9	-7.1	-18.4	-20.7	-17.7
Guiné-Bissau	35.9	47.9	44.7	46.0	44.6	45.5	-3.4	1.3	0.3	-4.5	-4.2	-3.7
Guiné Equatorial	14.5	17.4	16.4	15.2	16.1	17.2	-8.4	-13.0	-5.8	-5.4	-5.9	-6.2
Quênia	41.6	39.7	37.2	37.5	37.6	36.2	-8.2	-4.9	-6.2	-5.0	-4.7	-4.6
Lesoto	32.8	31.4	36.1	34.8	33.8	33.8	-7.4	-8.4	-4.7	-8.6	-14.6	-4.9
Libéria	23.3	20.5	19.9	21.3	23.6	24.5	-21.7	-18.6	-23.4	-23.4	-21.2	-21.0
Madagáscar	25.6	28.0	29.7	29.3	30.2	30.6	-5.9	0.6	-0.5	0.8	-1.6	-2.7
Malawi	24.6	22.8	23.6	23.7	23.7	23.7	-10.0	-18.5	-25.6	-15.3	-14.3	-14.2
Mali	25.7	27.8	26.8	28.9	28.9	29.0	-5.1	-7.2	-7.3	-3.8	-5.5	-5.5
Maurícias	99.9	109.9	114.2	115.1	115.1	115.1	-7.6	-4.0	-4.6	-5.8	-7.2	-6.5
Moçambique	32.8	37.1	35.8	36.7	34.1	32.7	-34.6	-39.0	-20.0	-30.4	-58.0	-66.7
Namíbia	58.4	51.8	52.1	54.3	54.3	54.3	-6.6	-15.4	-5.0	-2.1	-4.1	-2.3
Níger	22.6	26.8	24.4	21.8	21.9	21.2	-18.0	-15.5	-15.7	-18.1	-20.0	-22.7
Nigéria	20.5	25.4	24.7	25.4	26.5	27.4	1.8	0.7	2.8	1.3	-0.2	-0.1
Uganda	20.6	21.7	22.3	22.2	22.8	23.3	-7.9	-3.4	-5.0	-8.9	-11.5	-10.5
República Centro-Africana	21.2	25.2	25.0	27.1	28.5	30.1	-7.9	-5.3	-7.8	-8.0	-4.1	-4.9
Ruanda	20.9	23.9	23.6	25.3	27.0	28.5	-9.7	-14.3	-6.8	-7.8	-9.2	-8.7
São Tomé e Príncipe	38.8	35.0	32.9	35.0	32.8	32.8	-20.2	-6.6	-13.2	-10.9	-11.5	-9.0
Senegal	30.3	37.3	37.9	40.3	42.6	41.5	-6.6	-4.0	-7.3	-8.8	-8.5	-11.1
Seicheles	61.4	71.8	77.4	77.7	78.5	80.0	-19.5	-20.6	-20.4	-17.0	-16.7	-17.0
Serra Leoa	22.4	25.1	23.7	23.0	23.3	23.2	-27.0	-4.4	-14.4	-13.8	-12.3	-10.5
Sudão do Sul	18.9	25.6	13.9	13.7	14.7	14.5	-1.1	4.9	-3.4	-6.5	2.3	-4.2
Tanzânia	23.4	21.4	20.7	20.3	20.0	19.9	-9.8	-4.3	-3.0	-3.7	-4.1	-3.6
Chade	13.4	15.7	15.5	15.5	16.4	16.6	-9.0	-10.2	-6.6	-3.4	-6.4	-6.1
Togo	45.1	53.6	56.0	57.2	58.1	58.6	-9.2	-9.8	-2.0	-4.9	-6.3	-5.5
Zâmbia	20.7	20.6	22.0	22.5	22.5	22.4	2.5	-4.5	-3.9	-2.6	-3.6	-3.4
Zimbabwe <sup>2</sup>	21.2	27.1	28.5	23.4	18.0	16.5	-12.1	-3.6	-1.3	-4.9	-0.5	-2.5
<b>África Subsariana</b>	<b>35.7</b>	<b>37.4</b>	<b>36.6</b>	<b>36.6</b>	<b>36.9</b>	<b>36.9</b>	<b>-2.5</b>	<b>-3.9</b>	<b>-2.3</b>	<b>-2.7</b>	<b>-3.6</b>	<b>-3.8</b>
<i>Mediana</i>	25.7	27.8	28.5	27.9	28.1	29.3	-7.0	-5.2	-5.0	-4.9	-5.5	-4.9
Excl. África do Sul e Nigéria	28.6	30.6	29.6	29.6	30.0	29.8	-4.4	-6.8	-4.6	-4.1	-5.6	-5.8
<b>Países exportadores de petróleo</b>	<b>22.5</b>	<b>27.0</b>	<b>25.2</b>	<b>25.3</b>	<b>26.3</b>	<b>27.0</b>	<b>1.8</b>	<b>-2.0</b>	<b>1.1</b>	<b>1.5</b>	<b>-0.3</b>	<b>-0.5</b>
Excl. Nigéria	27.3	31.1	26.5	25.0	26.0	26.0	1.6	-8.1	-2.1	2.0	-0.6	-1.6
<b>Países importadores de petróleo</b>	<b>45.2</b>	<b>44.5</b>	<b>44.1</b>	<b>43.8</b>	<b>43.6</b>	<b>43.1</b>	<b>-5.8</b>	<b>-5.2</b>	<b>-4.4</b>	<b>-5.1</b>	<b>-5.6</b>	<b>-5.8</b>
Excl. África do Sul	29.1	30.5	30.5	30.7	31.0	30.8	-7.3	-6.4	-5.4	-6.0	-6.9	-6.9
<b>Países de rendimento médio</b>	<b>38.8</b>	<b>40.6</b>	<b>39.6</b>	<b>39.6</b>	<b>40.1</b>	<b>40.2</b>	<b>-0.9</b>	<b>-2.6</b>	<b>-1.1</b>	<b>-1.2</b>	<b>-2.1</b>	<b>-2.2</b>
Excl. África do Sul e Nigéria	31.9	33.7	31.6	31.3	32.2	32.0	-1.1	-5.6	-3.1	-1.6	-3.1	-3.4
<b>Países de baixo rendimento</b>	<b>24.8</b>	<b>27.0</b>	<b>27.4</b>	<b>27.7</b>	<b>27.6</b>	<b>27.5</b>	<b>-9.4</b>	<b>-8.3</b>	<b>-6.6</b>	<b>-7.4</b>	<b>-8.6</b>	<b>-8.7</b>
Excl. países em situação frágil	25.2	26.8	27.6	28.1	28.2	28.2	-10.7	-8.6	-7.2	-7.7	-9.7	-9.7
<b>Países em situação frágil</b>	<b>23.0</b>	<b>25.8</b>	<b>24.5</b>	<b>23.7</b>	<b>23.6</b>	<b>23.5</b>	<b>-4.8</b>	<b>-9.1</b>	<b>-4.9</b>	<b>-5.5</b>	<b>-5.1</b>	<b>-5.4</b>
Zona do franco	23.1	26.4	25.7	26.0	27.2	27.7	-3.1	-8.4	-5.4	-4.8	-4.8	-5.1
CEMAC	21.0	24.0	22.4	22.3	23.4	24.3	-1.8	-12.8	-4.4	-2.5	-2.3	-2.3
UEMOA	25.1	28.3	28.1	28.7	29.8	29.8	-4.6	-5.2	-6.1	-6.6	-6.6	-7.0
COMESA (países membros da ASS)	31.0	32.4	33.1	33.4	33.3	32.9	-6.3	-5.8	-5.7	-5.5	-5.5	-5.3
CAE-5	29.4	28.3	27.2	27.3	27.4	27.1	-8.9	-5.1	-5.2	-5.5	-5.9	-5.5
CEDEAO	21.8	26.2	25.7	26.2	27.3	28.0	-0.5	-1.6	-0.1	-1.5	-2.4	-2.3
União Aduaneira da África Austral	70.5	69.4	69.4	69.5	69.4	69.4	-3.7	-2.7	-2.2	-3.2	-3.2	-3.4
SADC	53.5	52.9	51.8	51.0	50.7	50.3	-3.6	-4.2	-2.6	-2.7	-4.1	-4.8

Ver as fontes e notas de rodapé na página 67.

Tabela AE4. Dívida externa pública por devedor e reservas												
	Dívida externa pública por devedor						Reservas					
	(Em percentagem do PIB)						(Meses de importações de bens e serviços)					
	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020	2010-15	2016	2017	2018	2019	2020
África do Sul	12.7	18.9	21.3	18.2	19.6	19.8	5.2	5.7	5.6	5.6	5.4	5.2
Angola	22.0	44.4	38.2	46.5	55.1	59.0	7.8	10.3	8.3	7.2	6.9	7.5
Benim <sup>1</sup>	12.8	15.5	16.8	18.6	24.1	23.7	...	...	...	...	...	...
Botswana	12.5	10.0	13.9	11.2	10.5	8.9	11.5	13.6	12.3	11.3	9.0	8.8
Burkina Faso <sup>1</sup>	23.4	26.6	25.3	23.4	23.6	22.8	...	...	...	...	...	...
Burundi	21.2	16.7	15.3	14.9	14.1	13.5	3.4	1.4	1.4	1.3	1.3	1.3
Cabo Verde	72.3	92.1	99.6	88.1	91.4	88.6	4.8	6.0	5.3	5.4	5.3	5.2
Camarões <sup>2</sup>	12.4	21.3	26.1	27.5	31.3	31.8	...	...	...	...	...	...
Comores	19.1	15.4	17.7	18.9	22.7	26.7	7.1	6.6	6.8	5.8	5.4	5.3
Congo, Rep. do <sup>2</sup>	24.0	49.3	39.3	28.7	28.9	30.6	...	...	...	...	...	...
Congo, Rep. Dem. do	16.9	14.8	14.6	12.9	11.4	9.8	1.4	0.6	0.4	0.5	0.8	0.8
Côte d'Ivoire <sup>1</sup>	34.2	27.7	32.4	36.0	37.7	36.3	...	...	...	...	...	...
Eritreia	62.7	59.6	70.3	64.4	58.0	55.2	3.2	2.8	2.4	2.4	1.9	3.1
Eswatini	7.7	9.1	8.9	9.8	11.6	13.1	4.1	3.5	3.3	2.7	2.4	2.8
Etiópia <sup>3</sup>	21.6	29.2	29.6	30.7	29.9	28.0	2.0	2.1	2.0	1.7	1.9	2.1
Gabão <sup>2</sup>	21.9	35.6	40.6	38.5	40.5	41.1	...	...	...	...	...	...
Gâmbia	30.7	40.3	45.8	46.6	43.7	41.7	4.5	1.3	2.8	2.7	3.1	3.6
Gana	20.4	29.9	29.1	27.8	30.3	31.9	2.8	2.6	2.8	2.7	2.3	2.1
Guiné	29.7	22.5	20.6	19.5	29.2	30.9	2.4	1.4	1.4	1.8	2.1	2.3
Guiné-Bissau <sup>1</sup>	27.2	22.8	19.8	22.3	24.5	24.0	...	...	...	...	...	...
Guiné Equatorial <sup>2</sup>	7.1	9.1	9.2	9.2	12.3	14.7	...	...	...	...	...	...
Quênia	21.9	26.7	27.1	30.4	32.1	31.8	4.1	4.7	4.2	4.5	4.8	4.6
Lesoto	31.0	35.1	33.6	33.8	34.8	35.5	5.2	4.4	4.3	3.2	3.3	3.0
Libéria	9.3	20.1	24.2	28.0	32.4	36.9	2.0	2.8	2.9	2.6	1.9	1.2
Madagáscar	26.1	28.1	28.5	29.4	31.4	33.1	2.8	3.0	3.8	4.0	4.2	4.1
Malawi	20.3	31.3	32.8	31.2	29.8	29.4	2.0	2.6	3.4	3.2	3.2	3.5
Mali <sup>1</sup>	21.0	23.9	26.2	23.7	25.8	25.4	...	...	...	...	...	...
Maurícias	14.1	14.6	12.9	11.2	13.8	15.3	5.7	8.3	9.5	10.1	11.3	11.4
Moçambique	46.8	99.8	91.5	84.0	91.2	90.3	3.1	2.8	3.7	2.3	1.9	1.9
Namíbia	7.9	16.6	15.2	14.8	16.9	16.6	2.6	2.5	1.7	1.7	2.1	2.5
Niger <sup>1</sup>	18.6	28.9	34.7	32.0	36.3	37.3	...	...	...	...	...	...
Nigéria	5.1	9.9	13.3	13.7	15.8	15.2	5.8	6.4	6.6	7.2	6.4	6.0
Uganda	16.0	21.8	25.4	27.3	29.2	31.2	4.6	5.0	4.5	3.9	3.8	4.0
República Centro-Africana <sup>2</sup>	21.5	27.2	29.5	26.8	26.4	24.8	...	...	...	...	...	...
Ruanda	19.3	33.6	37.3	40.8	42.3	43.6	5.0	4.1	4.5	4.6	4.6	4.5
São Tomé e Príncipe	77.5	80.3	78.0	70.5	70.0	65.5	4.0	3.9	3.6	2.6	2.4	2.6
Senegal <sup>1</sup>	25.9	31.1	41.4	48.5	50.8	50.2	...	...	...	...	...	...
Seicheles	42.8	31.8	29.7	27.5	26.5	25.3	3.2	3.7	3.7	3.6	3.5	3.4
Serra Leoa	26.9	36.7	40.5	38.6	39.3	39.5	2.6	3.7	3.9	3.4	3.2	3.4
Sudão do Sul	...	...	...	...	...	...	2.8	0.3	0.1	0.2	0.4	0.3
Tanzânia	22.1	27.6	27.6	27.5	26.2	25.0	4.0	5.4	6.2	5.5	4.4	4.2
Chade <sup>2</sup>	23.2	25.7	26.3	24.2	25.1	23.1	...	...	...	...	...	...
Togo <sup>1</sup>	15.8	19.2	21.1	19.7	21.9	22.2	...	...	...	...	...	...
Zâmbia	16.2	38.2	36.7	42.2	55.0	62.6	3.0	2.4	2.2	1.7	1.4	1.0
Zimbabwe <sup>4</sup>	37.0	33.8	31.1	33.6	56.0	55.5	0.5	0.6	0.4	0.2	0.1	0.1
<b>África Subsariana</b>	<b>14.3</b>	<b>22.0</b>	<b>24.0</b>	<b>24.0</b>	<b>25.9</b>	<b>25.8</b>	<b>4.9</b>	<b>5.1</b>	<b>5.0</b>	<b>4.9</b>	<b>4.7</b>	<b>4.6</b>
Mediana	21.4	27.4	28.0	27.7	29.5	30.7	3.5	3.5	3.7	3.2	3.2	3.4
Excl. África do Sul e Nigéria	21.3	29.9	30.1	31.2	33.6	33.7	4.3	4.2	4.0	3.7	3.6	3.7
<b>Países exportadores de petróleo</b>	<b>9.5</b>	<b>17.9</b>	<b>20.6</b>	<b>21.5</b>	<b>23.5</b>	<b>23.0</b>	<b>6.0</b>	<b>6.5</b>	<b>6.3</b>	<b>6.5</b>	<b>6.0</b>	<b>5.9</b>
Excl. Nigéria	19.4	36.4	34.0	37.2	42.3	44.2	6.3	6.7	5.8	5.1	5.2	5.6
<b>Países importadores de petróleo</b>	<b>18.1</b>	<b>24.7</b>	<b>26.0</b>	<b>25.5</b>	<b>27.4</b>	<b>27.5</b>	<b>4.1</b>	<b>4.2</b>	<b>4.2</b>	<b>4.0</b>	<b>3.9</b>	<b>3.8</b>
Excl. África do Sul	22.2	27.8	28.7	29.4	31.4	31.2	3.3	3.3	3.4	3.2	3.2	3.2
<b>Países de rendimento médio</b>	<b>12.4</b>	<b>20.2</b>	<b>22.6</b>	<b>22.7</b>	<b>24.7</b>	<b>24.7</b>	<b>5.5</b>	<b>5.9</b>	<b>5.7</b>	<b>5.7</b>	<b>5.4</b>	<b>5.3</b>
Excl. África do Sul e Nigéria	20.3	31.1	30.9	33.3	36.7	37.5	5.4	5.5	5.0	4.6	4.6	4.7
<b>Países de baixo rendimento</b>	<b>23.0</b>	<b>28.3</b>	<b>28.9</b>	<b>28.5</b>	<b>29.9</b>	<b>29.3</b>	<b>2.7</b>	<b>2.5</b>	<b>2.7</b>	<b>2.4</b>	<b>2.5</b>	<b>2.5</b>
Excl. países em situação frágil	22.7	30.9	31.8	32.1	32.7	32.1	3.1	3.3	3.6	3.2	3.1	3.1
<b>Países em situação frágil</b>	<b>25.6</b>	<b>25.9</b>	<b>26.6</b>	<b>25.8</b>	<b>27.8</b>	<b>27.1</b>	<b>2.8</b>	<b>1.3</b>	<b>1.3</b>	<b>1.5</b>	<b>1.8</b>	<b>1.9</b>
Zona do franco	20.4	25.8	29.2	29.8	32.4	32.3	5.3	3.2	3.4	3.8	4.2	4.3
CEMAC	16.2	25.6	27.7	26.5	29.3	30.0	5.2	2.3	2.3	2.7	3.3	4.0
UEMOA	24.9	26.0	30.3	32.2	34.5	33.8	5.3	3.9	4.1	4.5	4.8	4.5
COMESA (países membros da ASS)	20.8	26.4	26.8	28.1	30.0	29.9	3.0	3.1	3.0	2.9	3.2	3.2
CAO-5	20.7	26.4	27.3	29.3	30.1	30.0	4.2	4.9	4.9	4.7	4.5	4.3
CEDEAO	10.0	15.4	19.1	19.8	21.7	21.2	5.0	5.1	5.2	5.5	5.1	4.9
União Aduaneira da África Austral	12.6	18.4	20.7	17.8	19.0	19.2	5.3	6.0	5.7	5.6	5.4	5.2
SADC	16.8	26.3	26.3	25.4	27.7	28.1	5.2	5.9	5.6	5.2	4.9	4.9

Ver as fontes e notas de rodapé na página 67.

